

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS

COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS

COORDENAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO

Programa de trabalho:

Avaliação de políticas públicas de redistribuição de renda e de apoio aos arranjos produtivos locais

O POLO DE CONFECÇÕES DE TORITAMA: análise das relações de trabalho e da informalidade

RELATÓRIO DE PESQUISA

RECIFE, DEZEMBRO / 2008.

Coordenadora da Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais – CGEP

Ana Eliza Medeiros de Vasconcelos Lima

Coordenadora da Coordenação de Pesquisa de Campo - COPEC

Magda de Caldas Neto

Coordenação do Estudo

Luis Henrique Romani de Campos (Organizador e coordenador geral)

Equipe da pesquisa

André Luis Santiago Maia

Darcilene Gomes

Helyon Fonseca Rego (estagiário PIBIC – FBV)

Isabel Raposo

Ivone Aquino de Medeiros

Kallyne Andréia Rodrigues Moura (estagiária PIBIC – FBV)

Luis Henrique Romani Campos

Magda de Caldas Neto

Tabira de Souza Andrade (mestranda visitante – UFPB)

Valtemira Vasconcelos (estagiária PIBIC – FBV)

Wilson Fusco

Apoio Técnico e de Campo

Ana Maria Pereira de Arruda

Maria Cristina Pino do Couto

Maria de Fátima Barroca Medeiros

LISTA DE TABELAS

3.1	Características da ocupação na cadeia têxtil/confecções – Brasil – 2006	43
5.1	Índice de Moran para o setor de confecções em Pernambuco: 1996 – 2005	67
5.2	Crescimento anual da população: 2000 a 2007	68
5.3	Evolução do emprego formal nos principais municípios produtores: 1996 a 2005	70
5.4	Evolução do número de estabelecimentos e seu tamanho médio	70
5.5	Salários médios do emprego formal nos principais municípios produtores: 2005	72
5.6	Escolaridade no emprego formal nos principais municípios produtores: 2005	73
5.7	Tipo de vínculo formal em 2005 – Divisão de confecções – Toritama	75
5.8	Origem dos trabalhadores formais empregados em confecções em Toritama em 2005	75
5.9	Emprego no setor de confecções em Pernambuco: Censo de 2000	76
6.1	Tamanho da amostra para a segunda etapa da pesquisa	87
6.2	Distribuição das empresas formais de Toritama por estrato de funcionários	89
7.1	Distribuição da população ocupada (10 anos ou mais) segundo setor de atividade. Toritama, 2000	102
7.2	Distribuição da população ocupada na atividade de confecção segundo faixas de idade e sexo. Toritama, 2000	103
7.3	Migrantes residentes segundo município de nascimento: Toritama, 2008	106
7.4	Migrantes residentes segundo município de última procedência: Toritama, 2008	107
7.5	Residentes segundo ocupação no trabalho principal: Toritama, 2008	110
8.1	Valor pago por unidade produzida, Toritama, 2008	124
8.2	Trabalhadores entrevistados distribuídos por jornada de trabalho semanal, Toritama, 2008	126

LISTA DE GRÁFICOS

3.1	Exportações e importações do complexo têxtil brasileiro	37
3.2	Evolução da taxa efetiva real de câmbio	38
3.3	Exportações e importações de confecções – Brasil	39
3.4	Participação média nas exportações de confecções	39
3.5	Participação média nas importações de confecções	40
3.6	Comportamento da participação da cadeia têxtil/confecções na pauta de comércio internacional brasileiro	41
3.7	Produção física do setor têxtil	42
8.1	Distribuição das configurações produtivas no DPs de Toritama	121
8.2	Escolaridade dos trabalhadores entrevistados por configuração produtiva, Toritama, 2008	125

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

2.1	Esquema lógico de análise de Arranjos Produtivos Locais	25
3.1	Processo produtivo na cadeia têxtil-confecções: Fluxograma da cadeia têxtil e de confecções	31
5.1	Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 1996	79
5.2	Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 1999	79
5.3	Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2002	80
5.4	Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2005	80
5.5	Teste LISA para o QL de confecções em 2005	81
5.6	Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2000	81
8.1	Configurações produtivas	120

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1 O tema da pesquisa	1
1.2 Motivação teórica	4
1.3 Motivação empírica	7
1.4 Objetivos	9
1.5 Hipóteses	10
1.6 Organização do relatório	11
2. A visão evolucionista das aglomerações produtivas: o conceito de arranjo produtivo local e de sistema produtivo e inovativo local	13
2.1 Introdução	13
2.2 A visão evolucionista da firma e da economia	13
2.3 Os arranjos produtivos locais e os sistemas produtivos e inovativos locais	23
2.4 Conclusões	26
3. O setor de confecções: uma contextualização para o Brasil	28
3.1 Introdução	28
3.2 A cadeia têxtil/confecções: uma visão geral	29
3.3 Desempenho recente da cadeia têxtil/confecções	36
3.4 Conclusões	44
4. Terceirização, emprego disfarçado e condições de trabalho	46
4.1 Introdução	46
4.2 Do fordismo à especialização produtiva	47
4.3 Subcontratação e cooperação	51
4.4 O emprego disfarçado e a subordinação	55
4.5 A coexistência da terceirização e do emprego disfarçado	59
5. O emprego formal no setor de confecções de Pernambuco: análise temporal, espacial e migratória	62
5.1 Introdução	62
5.2 A distribuição espacial do emprego no setor de confecções em Pernambuco	64
5.3 As características do emprego formal	69
5.4 A migração do trabalho e a dinâmica do emprego formal em Toritama	74
5.5 Notas introdutórias sobre a informalidade no setor	76
5.6 Notas conclusivas	78
5.7 Mapas	79
6. Procedimentos metodológicos	82
6.1 Introdução	82
6.2 As fases da pesquisa de campo	83
6.3 Pesquisa domiciliar	84
6.4 Pesquisa empresarial e institucional	89
7. Migração e trabalho em Toritama – PE	91
7.1 Introdução	91
7.1.1 Localização e caracterização da área estudada	92
7.2 Abordagens para migração e trabalho em Toritama	93
7.3 Redes sociais na migração	95
7.4 Fluxos pendulares	97
7.5 Trabalho	99
7.6 Características sociodemográficas da população analisada	101
7.6.1 Dados do censo 2000	101
7.6.2 Dados da pesquisa domiciliar	104
7.6.3 Dados da pesquisa complementar	108
7.6.4 Perfil ocupacional	109

7.7	Considerações finais	110
8.	Configurações produtivas e condições de trabalho na indústria de confecções em Toritama	113
8.1	Introdução	113
8.2	Conhecendo Toritama	115
8.3	O trabalho em Toritama: alguns dados	116
8.4	Condições de trabalho na indústria de confecções em Toritama	119
8.5	Considerações finais	127
9.	Referências	129
	Anexo I – Instrumentos de coleta	136

1. Introdução

Luís Henrique Romani de Campos
Isabel Raposo
Darcilene Gomes
Wilson Fusco

1.1 O tema da pesquisa

Os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama formam, no agreste pernambucano, um importante polo de produção de confecções. Este polo produtivo organizou-se há mais de 30 anos, com o uso de retalhos de confecções de outras regiões do Brasil, do qual derivou seu nome inicial, “Sulanca”. Na década de 90 a produção de confecções destes municípios apresenta importantes níveis de crescimento, passando a ser um dos mais importantes polos deste tipo no Brasil. Tal crescimento aliado ao reconhecimento, cada vez maior, das feiras de comercialização destas cidades desperta em diversas esferas governamentais o interesse em apoiar e desenvolver a região a partir da atividade de confecções.

Este crescente interesse está ligado, também, ao surgimento de um consenso (mais empírico que teórico) de que as regiões que apresentem fortes adensamentos em um determinado tipo de atividade produtiva teriam vantagens competitivas que as levariam a um círculo virtuoso capaz de provocar o desenvolvimento econômico. Como será detalhado ao longo do relatório, tal raciocínio tem como premissa a existência de efeitos positivos de transbordamento, em outros termos, os municípios centrais acabam por estimular as economias de seus vizinhos, gerando bolsões de prosperidade.

Diversas correntes teóricas abordam estes efeitos econômicos e sociais da aglomeração produtiva. Este relatório toma como base o conceito proposto pela REDESIST, que utiliza o nome “Arranjos Produtivos Locais” (APLs). Apesar desta escolha, o relatório não se fundamenta apenas em uma única corrente teórica. A escolha do conceito da REDESIST se dá em favor do termo que tem apresentado maior difusão entre os economistas brasileiros por trazer à nossa realidade os conceitos adotados por economistas de outros países. Este relatório fundamenta-se, além do corte neoshumpeteriano, em referências relativas à finanças públicas, à economia do trabalho e à migração, uma vez que a pretensão é apresentar uma visão

sistêmica da dinâmica produtiva do município de Toritama, evidenciando fatores que não têm sido abordados por outros estudos.

Os transbordamentos comentados anteriormente já são visíveis para os municípios limítrofes à Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Isto fez com que diversos estudos tenham sido realizados, já no século XXI. O mais citado foi feito em 2003 pela FADE/UFPE, sob encomenda do SEBRAE. Segundo estimativas do mesmo existiam 76.700 pessoas ocupadas no polo, sendo que 58.300 empregadas em empresas consideradas como informais.¹ Em 2003, a RAIS registrou a existência de 5.450 pessoas registradas com carteira de trabalho nos três municípios, o que representa apenas 7% do contingente de ocupados, estimado pela pesquisa da FADE/UFPE. Segundo esta mesma pesquisa, o quantitativo de empresas foi de 12.100, sendo que apenas 8,1% formais. A produção estimada foi de 57.000.000 de peças por mês.

O grau de informalidade para o município de Toritama não difere muito daquele observado para o polo como um todo. Do ponto de vista do emprego, de acordo com os dados da FADE/UFPE (2003), havia 20.000 pessoas ocupadas em confecções, das quais 15.100 trabalhavam em empresas informais. Trabalhadores com carteira de trabalho assinada representavam apenas 6% do total de ocupados identificados pela pesquisa FADE/UFPE (2003), conforme extraído da RAIS (2003). Segundo dados da FADE/UFPE (2003), das 2.196 confecções, apenas 8% são formalizadas. Apesar disso, Toritama desponta como o segundo maior produtor de peças jeans do país, confeccionando cerca de 5.000.000 peças por mês, o que representa 15% da produção nacional.

Estes números ao mesmo tempo em que revelam a importância e a relevância deste polo produtivo para a economia pernambucana, também evidenciam um grande desafio para a adoção de políticas públicas: a elevada informalidade da atividade. Esta alta informalidade precisa ser melhor identificada, pois as bases de dados existentes não permitem caracterizá-la adequadamente e, dessa forma, impossibilitam conhecer os mecanismos que levam à sua manutenção.

Outro importante aspecto levantado na pesquisa da FADE/UFPE (2003) é no tocante à demografia. Os três principais municípios do polo de confecções apresentam taxas de crescimento populacional superiores às do Estado e do país: enquanto o Brasil cresceu a 1,61% ao ano entre 1991 e 2000 e o Estado de Pernambuco a 1,18% a.a., Caruaru teve um incremento populacional a ritmo de 1,92% a.a., Santa Cruz do Capibaribe cresceu a 4,92% a.a. e Toritama a 4,31% a.a., no mesmo período. Este

¹ Note-se que o emprego em empresa formal não é necessariamente formal, ou seja, o empregado pode trabalhar para uma empresa formalizada, mas sem carteira assinada.

forte crescimento acarretou uma redução na renda média destes municípios, mesmo com um intenso crescimento econômico alavancado pelo polo. Ao mesmo tempo, a comparação entre a estimativa de pessoas empregadas e a população total leva a crer que estes municípios recebam trabalhadores que residem em outras cidades. Este fluxo migratório é especialmente significativo no município de Toritama, pois, se a estimativa da pesquisa citada corresponde à realidade, o total de trabalhadores no setor equivale a 91,7% da população local. Para Santa Cruz do Capibaribe esse percentual é relativamente menor – 68,1%, enquanto para Caruaru é de apenas 6,5%.

A estimativa da população em Toritama fornecida pela contagem populacional do IBGE para 2007 é de 29.907 pessoas, mas é somente a partir dos dados do Censo 2000 (IBGE), os quais contam 21.800 residentes para aquele ano, que se pode conhecer algumas características demográficas do município. A proporção de pessoas que residiam na zona urbana, por exemplo, é de 92%, enquanto que em Pernambuco essa medida é de 76%; em Toritama, considerando-se a população de 18 anos ou mais, 67% possuía até 4 anos de estudo, ao tempo que, em nível estadual, a proporção era de 51%; no que toca a ocupação e setor de atividade, verificou-se que 59% das pessoas ocupadas (61% da população com 10 anos ou mais) trabalhavam na confecção de artigos do vestuário e acessórios.

Associando esta última informação ao dado anterior acerca da estimativa de trabalhadores no setor FADE/UFPE (2003), observa-se uma incongruência que, para ser resolvida, deve estar relacionada a pelo menos duas explicações não exclusivas, vinculadas à atração exercida pelo dinamismo econômico local: ocorreu uma forte migração para o município entre 2000 (data do censo) e 2003 (data da pesquisa citada) e/ou diversos moradores de municípios vizinhos se deslocavam diariamente para trabalhar em Toritama, transformando seus locais de residência em “cidades-dormitório”. Tal fenômeno teria algo de original, já que, geralmente, está associado a grandes metrópoles, ou seja, as grandes cidades são as que, até então, vêm exercendo esse papel de receptoras de população trabalhadora de cidades vizinhas.

A análise dos fluxos migratórios também é um ponto importante a ser pesquisado, tanto para entender quais os possíveis efeitos sobre a renda e a qualificação profissional, quanto para poder estimar necessidades de incremento na infraestrutura física e social destes municípios. Ao mesmo tempo, tal análise poderá auxiliar na identificação de transbordamentos do polo, mais especificamente do município de Toritama para as cidades limítrofes.

Ainda segundo a pesquisa da FADE/UFPE (2003), existe uma importante diferenciação entre os municípios do polo no que diz respeito ao produto fabricado. Enquanto Santa Cruz do Capibaribe apresenta forte tradição em roupas de malhas e

elanca, Toritama desponta nos últimos anos como um grande centro produtor de roupas de jeans. Já Caruaru, mostra enfoque muito forte na comercialização. Assim, estudos sobre o polo devem ser feitos considerando estas diferenças, ou seja, quando se tratar de questões ligadas à produção e à organização da cadeia produtiva, os estudos devem ser feitos individualizando os municípios. Já quando os estudos tratarem do ambiente institucional e de mecanismos de apoio, os mesmos devem abranger todos os municípios.

1.2 Motivação teórica

A origem dos estudos sobre a concentração de empresas de um mesmo setor de atividade em uma mesma região remonta a Marshall. Contudo, é a partir da experiência de êxito ocorrida na chamada terceira Itália, que se denominou um conceito que passou a ser o ponto de partida das políticas públicas visando o desenvolvimento regional. Uma das possíveis formalizações deste conceito é a seguinte:

“Clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para competição. Os clusters abrangem, por exemplo, fornecedores de insumos especializados, tais como componentes, máquinas, serviços e provedores de infra-estruturas especializadas. Clusters freqüentemente se estendem na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes empresas relacionadas por qualificação da mão-de-obra, tecnologias ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem instituições governamentais e de outra natureza, tais como universidades, instituições de controle de qualidade, empresas de pesquisa e geração de idéias, especializadas em qualificação profissional, e associações patronais, que provêem treinamentos especializados, educação, informações, pesquisa, e suporte técnico.” (Traduzido de Porter, 1998a, pp. 78).

Contudo, este conceito reflete uma forma mais avançada das empresas concentradas geograficamente, que, na maioria das vezes não ocorre em regiões menos desenvolvidas. Desta forma, no Brasil, propuseram-se outros dois conceitos similares. O que tem tido maior divulgação é o de Arranjo Produtivo Local (APL), que envolve a concentração geográfica de uma atividade e a presença de qualquer um dos outros elementos de um *cluster*.

Campos e Lima (2006) destacam que o apoio a aglomerações produtivas por parte de órgãos governamentais ganhou grande ênfase ao redor do mundo após a mudança de paradigma do sistema de produção fordista para o sistema de produção flexível. Esta ênfase deve-se a fatores como:

- O desenvolvimento local pode ser conseguido dentro de um ambiente de externalidades positivas. Ou seja, o estado supre uma aglomeração já existente de medidas que reduzam as carências comuns, ampliando um círculo virtuoso.
- Este tipo de política pública tende a gerar *spillovers* tecnológicos e regionais. Em outros termos, há uma ênfase na inovação tecnológica que tende a se difundir com rapidez. Além disto, o desenvolvimento costuma atingir municípios vizinhos.
- O apoio à aglomeração produtiva é barato. Pode-se fazer este tipo de afirmação, porque, em geral, as medidas adotadas envolvem a criação de entidades que supram o arranjo de informação, treinamento e que gerem um ambiente de cooperação. Este tipo de gasto se reduz no tempo, porque se entende que com o desenvolvimento do arranjo o empresariado toma a iniciativa de manter estas instituições.

Segundo Schmitz (1999) existem quatro vertentes teóricas que tratam dos *clusters*, são eles o *mainstream*, a economia dos negócios, a economia regional e a economia da inovação. Em todas estas correntes existem alguns pontos de convergência que permitem destacar aspectos a serem analisados em uma aglomeração produtiva.

O primeiro aspecto refere-se ao padrão geográfico e da cadeia produtiva. O padrão geográfico indica o grau de concentração desta atividade e a que mercado as empresas estão atendendo. Quanto mais concentrada for a atividade e a região estiver atendendo um mercado maior e com mais crescimento, mais dinâmico e competitivo tende a ser o arranjo. No tocante à cadeia produtiva, a existência de diversos elos, bem como de empresas prestadoras de serviços é um indicador de que aquela aglomeração tem condições de permanecer crescendo.

O segundo aspecto trata do mercado de trabalho. A argumentação de Marshall para explicar os distritos industriais é tratada praticamente por todas as correntes. O raciocínio é que a presença de várias empresas de uma mesma atividade atrai trabalhadores especializados, uma vez que nesta região há maior demanda pelas suas qualificações. Ao mesmo tempo, esta proximidade e abundância de

trabalhadores especializados geram um ambiente no qual o conhecimento se difunde de forma natural.

O terceiro aspecto aborda os mercados de bens. O raciocínio é análogo ao mercado de trabalho, ou seja, a concentração da atividade atrai não apenas os compradores, mas também os fornecedores das empresas. Atualmente, um fato mercadológico importante é a identificação da região com um produto ou linha de produto. Isto pode ser usado como uma 'marca' pelas empresas da região, gerando uma fonte de diferenciação.

O quarto aspecto diz respeito ao padrão de inovação e difusão tecnológica. Um arranjo produtivo competitivo e com capacidade de crescimento no longo prazo deve apresentar um intenso processo de inovação e difusão tecnológica. Segundo Lastres e Cassiolato (2005, p.13) *"inovação é o processo pelo qual as organizações incorporam conhecimentos na produção de bens e serviços que lhes são novos, independentemente de serem novos, ou não, para os seus competidores domésticos ou estrangeiros."* Desta forma, deve-se verificar se as empresas estão sendo capazes de incorporar novas formas de produzir, ou novas práticas gerenciais ou comerciais, ou até mesmo novos produtos. Além disto, é importante detalhar como as empresas se envolvem neste processo, se por cópia de atividades dos concorrentes locais ou externos, se por criação própria ou em conjunto com outras empresas, ou até se por um processo sistemático de pesquisa e desenvolvimento.

O quinto aspecto corresponde à cooperação entre as empresas, bem como ao arcabouço institucional. Em qualquer um dos formatos possíveis de aglomerações produtivas, a presença de numerosas micro e pequenas empresas, organizadas em algum tipo de rede de contrato e suprimento, é fato marcante. A competitividade da região está intimamente ligada à forma de como esta rede se organiza. Se houver grande cooperação de longo prazo, em um ambiente de confiança recíproca, há a tendência ao surgimento do que Schimitz (1999) chama de 'eficiência coletiva', um dos fatores capazes de gerar as externalidades positivas.

Considerando os cinco aspectos, pode-se concluir que a formação de APLs é socialmente desejável em virtude dos ganhos proporcionados pelos mesmos. Pelo lado das firmas, os ganhos são representados pela redução de custos de transação, pela diminuição da assimetria de informação, maior acesso a conhecimento, barganha junto ao setor público para elaboração de políticas setoriais, dentre outros. Pelo lado da sociedade, existem ganhos gerados pelo incremento de competitividade da atividade em questão que se convertem na oferta de bens/serviços mais baratos e de maior qualidade, além da possibilidade de ampliação das oportunidades de emprego e melhoria de diversos tipos de infraestrutura resultante do próprio dinamismo do APL.

Entretanto, enquanto o surgimento de aglomerações produtivas pode ocorrer por motivos fortuitos ou naturais², sua evolução para formas mais desenvolvidas, como APL ou *cluster*, exige um alto grau de coordenação entre agentes envolvidos, o que pode gerar custos iniciais elevados. Além disso, a própria existência de externalidades positivas oriundas de investimentos em capacitação ou na produção de bens/serviços com características de bens públicos pode estimular a criação de comportamentos oportunistas. Isto porque os benefícios de tais inversões podem ser apreendidos sem custos, por firmas que não as realizaram. Em outros termos, mesmo sendo socialmente desejável, não necessariamente uma aglomeração se transformará em um APL ou *Cluster*.

Frequentemente não há suficientes incentivos para o desenvolvimento de uma mentalidade de cooperação e inibição de comportamentos oportunistas. O desenvolvimento de mecanismos que venham a superar esses obstáculos nem sempre ocorre de forma a que os agentes produtivos saiam de um equilíbrio competitivo, mas sem cooperação, para um equilíbrio com cooperação, que muitas vezes é mais eficiente no sentido de Pareto. (ALMEIDA, 2005).

1.3 Motivação empírica

Alguns autores têm encontrado evidências de que já exista em Toritama a formação de uma eficiência coletiva. Lucena (2004: 41) ao analisar os processos administrativo-contábeis de uma amostra de empresas formais do município afirma:

Pode-se afirmar que o aglomerado de indústrias de confecções em Toritama contribui e facilita para o aprendizado coletivo, fazendo com que cada empresa estabeleça seus preços, analise os produtos, adquira qualidade em sua produção, tenha conhecimento, enfim, prolifere desenvolvendo a economia da região, gerando mais emprego e renda para os habitantes da cidade.

Outro exemplo de eficiência coletiva é relatado por Almeida (2005). Segundo o autor as lavanderias do município adotam, atualmente, processo de tratamento de esgotos que permite a reutilização de 50% da água, reduzindo custos de aquisição

² Sobre o surgimento de aglomerações produtivas ver Krugman (1991).

deste insumo³ e os impactos ambientais desta atividade. O processo de tratamento foi projetado por uma ONG alemã e implantado em uma lavanderia. Esta foi quem difundiu o conhecimento, contando com o apoio da CPRH, do SEBRAE e do ITEP, em um típico exemplo de difusão da inovação gerado pela cooperação.

Tendler (2002) propôs uma visão sobre a não evolução de uma aglomeração para formas mais avançadas baseada no que ela chamou 'pacto com o diabo'. Apesar de ser uma autora americana, que estuda diversos APLs no mundo, foi ao analisar o caso de Toritama que surgiu à mesma essa figura de linguagem. Em seu artigo é relatado que até 2001, apesar de o governo do estado saber da existência da aglomeração de Toritama, não existia nenhum programa específico a apoiá-la. Isto porque os governantes consideravam que a informalidade da região era sua única fonte de competitividade, ou seja, eles acreditavam que se o Estado interviesse na aglomeração, que implicaria na necessidade das empresas se formalizarem, as perdas acarretadas às empresas por terem que pagar tributos seriam maiores que os ganhos que poderiam ser levados pelo Estado em programas de apoio à aglomeração. O pacto do diabo seria então o de os empresários não exigirem nada do governo e continuarem votando em seus políticos, enquanto que o governo não iria fazer fiscalizações dirigidas para a coleta de impostos.

Almeida (2005), por sua vez, mostra que no caso de Toritama a mudança de postura do Estado ocorre em virtude dos riscos ambientais provenientes dos resíduos tóxicos das lavanderias. A manutenção do quadro de ausência do Estado faria com que a principal reserva de água da região pudesse ser contaminada, o que prejudicaria mais de quarenta municípios. Ou seja, o Estado não atuar poderia trazer graves prejuízos políticos, o que rompe com a lógica do 'pacto com o diabo'.

Apesar desta mudança de postura frente às lavanderias, não se pode afirmar, a priori, que esse mesmo comportamento se estendeu para outros aspectos da relação entre Governo e APL. Isto porque a incompatibilidade entre o número de pessoas que trabalham no setor no município e sua população se repete quando se trata do número de empresas. Segundo informações do Censo 2000, apenas 157 pessoas se declararam como empregadoras no setor de confecções, o que é inconsistente com a estimativa da FADE/UFPE de 2.196 empresas, em Toritama, em 2003. É possível que a pesquisa da FADE/UFPE tenha considerado casas onde ocorra o trabalho de facção como uma empresa. Ocorre que o uso de facção no setor de confecções pode tanto

³ Devido ao clima e ao solo da região, todas as lavanderias são obrigadas a comprar água em carros pipa.

ser um sinal de dinamismo e especialização da produção, quanto uma forma de burlar as leis trabalhistas⁴.

Tendler (2002) relata que encontrou este mesmo tipo de pacto em outras aglomerações, em geral envolvendo micro e pequenas empresas – MPEs. Isto implicaria encarar o apoio a essas unidades produtivas como uma forma de combater a pobreza, e não como uma forma de conseguir o desenvolvimento econômico.

Recentemente foi aprovado no Brasil o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, instituído pela Lei Complementar Nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Esse estatuto visa estimular a formalização das micro e pequenas empresas brasileiras facilitando sua constituição e funcionamento. Desta forma, estabelece tratamento que favorece as MPEs (micro e pequenas empresas) no tocante à redução de entraves burocráticos e de tributos e na facilitação à contratação de mão-de-obra e ao acesso à justiça e ao crédito. Com esse instrumento o governo procura fortalecer a participação das micro e pequenas empresas no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Resta verificar até que ponto esta lei, que entrou em vigor plenamente em meados de 2007, provocará impactos positivos junto ao empresariado do APL de confecções de Toritama.

1.4 Objetivos

A presente pesquisa teve como objetivo geral, analisar as relações de trabalho e a informalidade existente na cadeia produtiva de confecções no município de Toritama.

Como objetivos específicos destacam-se:

- Detalhar as relações de subcontratação para verificar se estas são reflexos de formas modernas de cooperação ou se escondem relações de trabalho informal;
- Comparar a qualidade de trabalho entre as empresas formais e informais;
- Verificar a ocorrência e a qualidade do trabalho feito nas residências;
- Elucidar os motivos da manutenção da informalidade das empresas mesmo com o pólo se expandindo;

⁴ Inclusive o município é destacado em relatório do Ministério do Trabalho e Emprego como possuindo foco de emprego de crianças e adolescentes em 2004, tanto na parte de confecções quanto na parte de comercialização. (MTE, 2005)

- Estabelecer os possíveis impactos da nova lei das microempresas no grau de informalidade e na lucratividade das empresas existentes.
- Determinar origem e destino da migração nos municípios do polo;
- Detalhar quais as características socioeconômicas da população que está deixando e chegando à região;
- Verificar a inserção desta nova população no mercado de trabalho;
- Comparar a atual infraestrutura do município com as necessidades geradas pelo fluxo migratório.

1.5 Hipóteses

Ao se discutir sobre a atividade de confecções de Toritama, imediatamente faz-se uma comparação do dinamismo deste município perante uma região que amarga baixas taxas de crescimento, altos índices de desemprego e fraco desempenho de indicadores sociais que medem a qualidade de vida para além da exclusiva ótica da renda.

O elevado percentual de pessoas empregadas em relação à população faz com que se afirme que o município vive o pleno emprego, fato muito positivo na atual configuração econômica regional e nacional. Além do crescimento econômico que gera o pleno emprego, o município também tem apresentado fatos positivos na área das instituições de preservação do meio ambiente. Após pressão exercida por órgãos governamentais, as lavanderias iniciaram um processo de difusão de tecnologia de tratamento e reutilização de resíduos a partir de convênio com uma ONG alemã. Esta difusão permitiu que diminuísse não apenas a poluição ambiental, mas também o consumo de água das lavanderias.

Apesar de fatos tão positivos acerca da economia de Toritama, o alto índice de informalidade de suas empresas leva à formulação de duas hipóteses de trabalho: i) que coexistem no município duas formas de competitividade, uma que se pode considerar 'moderna' e outra que se pode considerar 'não-moderna'; ii) que estas formas interagem em um círculo vicioso que impede o desenvolvimento econômico pleno do município, sendo necessárias ações de políticas públicas específicas para fazer com que as empresas 'não-modernas' mudem de padrão.

Na forma moderna, as empresas são formalizadas, possuem empregados que recebem qualificação e condições de trabalho dignas e qualquer terceirização da

produção é feita na busca de aumentos da produtividade por ganhos de escala e especialização. Há cooperação entre os agentes, sendo esta utilizada como mecanismo para alcançar maior flexibilidade.

Já na forma ‘não moderna’, as empresas são informais e seus critérios de competitividade se baseiam, sobremaneira, em baixos custos de produção em detrimento à qualidade. Como resultado, ocorre sonegação fiscal, as relações de subcontratação são feitas na tentativa de reduzir custos trabalhistas, o pleno emprego não se traduz em maiores rendimentos e verificam-se formas de emprego precárias, como o trabalho infantil. Há, entre essas empresas, a adoção de comportamento individualista, onde qualquer tipo de cooperação entre os agentes da cadeia de confecções ameaçaria revelar a sua situação de ilegalidade, não sendo, portanto, sustentável.

1.6 Organização do relatório

O presente relatório está organizado na forma de capítulos independentes mas não desconectados. Tal organização foi escolhida para que os autores dos capítulos pudessem ser identificados, tendo em vista que a equipe é grande e as colaborações ao resultado final tiveram diversas vertentes teóricas e objetivos empíricos específicos.

O capítulo *“A visão evolucionista das aglomerações produtivas: o conceito de arranjo produtivo local e de sistema produtivo e inovativo local”* detalha com maior profundidade a principal motivação teórica, que é a lógica de formação e de desenvolvimento de arranjos produtivos locais, dando ênfase para a linha neoshumpeteriana, buscando colaborações da corrente institucionalista.

O capítulo *“O setor de confecções: uma contextualização para o Brasil”* apresenta uma contextualização do setor de confecções brasileiro, evidenciando seu papel dentro da cadeia produtiva e o desempenho recente, mostrando que o setor tem menos deficiência competitiva que outras partes da cadeia, apesar de possuir forte concorrência internacional via importações.

O capítulo *“Terceirização, emprego disfarçado e condições de trabalho”* apresenta uma discussão acerca do processo de transformação do fordismo para a especialização flexível. É mostrado que podem coexistir duas formas de padrões de produção em um APL, dando origem ao uso do ‘emprego disfarçado’, uma forma espúria de competição.

O capítulo “*O emprego formal no setor de confecções de Pernambuco: análise temporal, espacial e migratória*” analisa o setor de confecções do Estado a partir de dados do emprego formal. Com o uso de técnicas de econometria espacial delimita-se o núcleo do APL de confecções do agreste. Mostra-se também o processo de mudança de perfil (geográfico, de tamanho de empresa e de salário médio) ocorrido nos últimos anos. Apesar da alta informalidade presente no setor de confecções, os dados apresentados no capítulo permitem concluir que houve uma decadência no emprego de uma parte importante da Região Metropolitana do Recife, ao mesmo tempo em que cresce rapidamente no agreste do estado.

O capítulo “*Procedimentos metodológicos*” apresenta os passos adotados nas três fases da pesquisa de campo, a saber: i) cadastro inicial para estimar a proporção de residências que possuem produção de confecções em seu interior e a proporção de residências que possuem algum morador envolvido com a atividade de confecções; ii) aplicação de questionários junto a domicílios com produção, tendo sido coletadas informações sobre o ambiente de trabalho e sobre trabalhadores, além das específicas da atividade produtiva; iii) aplicação de questionários junto a empresas formais de pequeno e médio porte; iv) aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a lideranças do polo e a entidades que ajudam a compor o ambiente institucional.

O capítulo “*Migração e trabalho em Toritama*” enfoca a atração de moradores a partir do grande volume de geração de emprego existente no município, destacando também as características da migração pendular.

O capítulo “*Configurações produtivas e condições de trabalho na indústria de confecções em Toritama*” apresenta uma tipologia dos domicílios visitados, mostrando que vigora na cidade a subordinação e o emprego doméstico, onde prevalecem precárias condições e baixa remuneração do trabalho.

2. A visão evolucionista das aglomerações produtivas: o conceito de Arranjo Produtivo Local e de Sistema Produtivo e Inovativo Local

Luis Henrique Romani de Campos
Tabira de Souza Andrade

2.1 Introdução

Na introdução deste relatório apresentou-se como motivação teórica a crescente discussão sobre o conceito de “cluster” e seus desdobramentos em termos de estudos empíricos e de proposição de políticas públicas que busquem o desenvolvimento local. Foi relatado que existem quatro vertentes teóricas estudando o fenômeno da aglomeração produtiva e que existem alguns aspectos relevantes que formam pontos de interseção entre estas quatro vertentes.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a análise teórica baseada na economia da inovação. É feita, portanto, a apresentação e detalhamento de como os aspectos relevantes apontados na introdução são vistos pelos teóricos da inovação que estudam as aglomerações produtivas. Este detalhamento norteou a elaboração de boa parte do questionário aplicado na pesquisa de campo.

Este capítulo se inicia com a apresentação da visão evolucionista da empresa e da economia, destacando os pontos onde esta rompe radicalmente com a postura neoclássica onde a empresa age como um ente racional. É dada ênfase ao papel da inovação no processo evolucionista. Posteriormente, destacam-se os conceitos de Arranjo Produtivo Local e de sistema de inovação (local e nacional), mostrando a relação destes com o tecido institucional. Finalmente, apresentam-se aspectos-chave ao se estudar um APL sob a ótica da economia da inovação, enfatizando o setor de confecções.

2.2 A visão evolucionista da firma e da economia

A partir das contribuições de Schumpeter, de Veblen, de Simon e outros autores surgiu uma corrente de pensamento da economia denominada evolucionista.

Como o nome sugere, o principal traço, no entanto, deriva da biologia, mais precisamente da teoria darwinista da evolução das espécies. A agenda de pesquisa desta corrente opõe-se à teoria neoclássica, sem, contudo atacar seu núcleo principal, ou seja, sem abandonar o conceito de valor-utilidade. Na verdade, o conceito de valor raramente é explicitado pelos autores evolucionistas. O pilar neoclássico que é fortemente atacado pelos evolucionistas é o da racionalidade substantiva onde agentes econômicos (consumidores e empresas) agem maximizando funções-objetivo.

Esta seção pretende apresentar as linhas gerais do raciocínio da escola evolucionista evidenciando conceitos centrais para sua análise do fenômeno das aglomerações produtivas, que os teóricos brasileiros desta corrente denominaram, a princípio, de Arranjos Produtivos Locais. O importante é destacar que alguns conceitos-chave como o de inovação, o da dependência do caminho (*path dependence*), a forma como as firmas tomam decisões, e o processo de seleção via concorrência são primordiais para a elaboração de um contexto de análise de economias locais que tente vislumbrar caminhos para o desenvolvimento.

Schumpeter (1985) destaca que, tendo em vista o modelo neoclássico proposto por Walras, a economia tenderia à estagnação, ao contrário do que se observa empiricamente. Em outros termos, a teoria neoclássica em suas primeiras versões é insuficiente para entender o crescimento econômico e o desenvolvimento, tendo em vista que seu aparato, baseado na análise estática comparativa e na existência do equilíbrio, leva a um mundo teórico sem crescimento⁵. Para Schumpeter (1985) o processo de crescimento observado nas economias deve-se a um fator desestabilizador do sistema econômico, a inovação.

Segundo o autor, o desenvolvimento econômico resulta de modificações nas combinações das forças produtivas, culminando em novos processos produtivos. As novas combinações podem ocorrer de diversos modos: i) no interior das empresas que combinam diferentemente seus meios de produção, considerando as particularidades de cada uma, as quais somadas formam o conjunto empresarial de uma dada sociedade; ii) por meio do surgimento de novas empresas que introduzem novas maneiras de produzir, transformando a composição empresarial; iii) através da introdução de novos recursos produtivos; e, iv) por meio do uso de recursos já existentes, mas que não eram empregados nos processos produtivos anteriormente.

⁵ Posteriormente, a corrente neoclássica apresentou modelo de crescimento de longo prazo onde o avanço tecnológico é o responsável pelo mesmo. Contudo, esta versão, cuja principal referência é Solow, não tenta explicar os mecanismos deste avanço tecnológico. Somente no final do século XX é que os modelos neoclássicos incorporam o avanço tecnológico de forma endógena, e mesmo assim, com as mesmas deficiências com que trata a produção de bens e que são melhor detalhados ao longo do texto.

A partir daí pode-se notar a importância que a empresa tem dentro do sistema de produção capitalista. Mais do que isto, o espírito empreendedor que emana do empresário, movido pelo senso de percepção das oportunidades que lhes são criadas com o passar do tempo e pela coragem de transformar as circunstâncias presentes ao seu modo, no sentido de introduzir inovações, promove um processo de “destruição criativa”. Porém, há certas nuances que devem ser percebidas com relação aos termos “empresários” e “capitalistas”. Os primeiros são identificados como aqueles agentes que vivem permanentemente ensejando alterações em suas atividades, revolucionando a estrutura produtiva, porém à medida que estes deixam de inovar e passam a repetir e copiar inovações desenvolvidas anteriormente, eles perdem o caráter inovador tornando-se um gerente de negócios, um simples capitalista.

No início de sua carreira, Schumpeter remetia aos empreendedores inovadores o papel de lançarem novos processos produtivos, novas rotinas administrativas e, principalmente, novos produtos. A busca destes empreendedores pelo novo deve-se à tentativa em obter lucros de monopólio, que a diferenciação permite, até que suas inovações sejam copiadas e a taxa de lucro, conseqüentemente, caia. (NELSON, 2006).

Segundo Nelson (2006) a mudança do capitalismo ao longo do início do século XX fez Schumpeter rever levemente sua postura, colocando nas corporações (e não mais em indivíduos) o papel da busca de inovações. Isto faz com que o foco principal de análise passe à busca sistemática de inovações pelas empresas (e não mais por empreendedores). Desta feita, o núcleo de análise da economia evolucionista é a firma e a inovação.

A teoria evolucionista opõe-se radicalmente ao conceito de firma neoclássica, não apenas quanto à possibilidade da mesma adotar posturas maximizadoras, como já afirmado, mas também pela mesma ser vista como uma “caixa preta”. Em outros termos, a concepção neoclássica, ao basear-se na função de produção deixa de analisar todo o jogo social que é engendrado dentro de uma firma ou corporação.

Conforme demonstrou Sbicca e Fernandes (2005) a visão da firma evolucionária está baseada na presença da incerteza, o que faz com que as decisões tomadas não tenham caráter maximizador. Os autores citam Winter (1971) para mostrar que o conceito dos evolucionistas é o de “satisfice”, o de estabelecer metas de desempenho e tomar decisões que levem ao seu cumprimento⁶.

Assim, o estabelecimento de regras e procedimentos (rotinas) comportamentais é uma das formas encontradas pelos agentes (firmas) para atuarem

⁶ Se não for possível o cumprimento total da meta, busca-se alcançar o desempenho mais próximo da meta dentro do ambiente que se apresentou à empresa.

menos expostos aos riscos em um ambiente fortemente permeado de incertezas. Tais rotinas são definidas conforme a tecnologia vigente, bem como pela trajetória que esta seguirá, mas sob hipótese alguma isso significa dizer que as incertezas serão eliminadas, o que ocorrerá é uma provável redução das mesmas. Através das rotinas, as empresas evoluem, diferenciam-se com relação aos seus rivais e podem manter-se no mercado.

Definidas de modo genérico como “*o comportamento regular e previsível, as habilidades das organizações*”, as rotinas estão na raiz do processo de aprendizagem e, assim sendo, das inovações (Nelson e Winter, 1982).

As empresas criam rotinas para diminuir o tempo de resposta a um estímulo externo. Por exemplo, uma rotina é efetuar o cadastro de um cliente e analisá-lo abrindo (ou não) crédito para que ele realize uma determinada compra. Para o funcionário que a cumpre, trata-se apenas de seguir um conjunto ordenado de passos e tomar a decisão com base em critérios previamente estabelecidos. A elaboração desta rotina libera tempo do gerente que não precisa mais analisar todas as vendas, e sim apenas rever os critérios (e a própria rotina) de tempos em tempos. Somente casos não previstos pela rotina são levados à sua análise. Note-se que a dinâmica empresarial (e econômica) obriga o gerente a constantemente rever esta rotina: i) fatores externos podem alterar o comportamento-padrão do cliente (crise econômica, por exemplo); ii) mudanças nos critérios dos concorrentes podem levar à perda de participação no mercado; iii) a repetição de casos não previstos pela rotina pode provocar uma nova rotina, etc. Em geral a rotina é criada ou alterada buscando soluções (mais) eficazes para os problemas novos ou existentes.

Tigre (1998) distingue dois tipos de rotina: as estáticas e as dinâmicas. As rotinas estáticas caracterizam-se como sendo aquelas criadas com base em repetições de práticas e comportamentos anteriores e as dinâmicas dizem respeito ao adição, a incorporação permanente de novos conhecimentos, de novas habilidades ao cotidiano empresarial e do ambiente externo como um todo. Baptista (2000) acrescenta que as rotinas podem acontecer em três níveis: i) aquelas associadas às habilidades empresariais, ou seja, à capacidade tecnológica das unidades produtivas; ii) aquelas relacionadas ao crescimento e expansão das atividades existentes; e, iii) aquelas que são construídas objetivando aperfeiçoar as rotinas anteriores, as chamadas rotinas criativas.

Independente de como se classifiquem as rotinas empresariais, deve-se ter em mente que em algumas firmas adotam-se rotinas que busquem a inovação. Desta feita, a inovação, segundo a visão schumpeteriana, pode ocorrer não somente pela introdução de novas tecnologias, ou produtos, mas também por novas práticas

administrativas, comerciais e de processo produtivo. Isto abre espaço para que alguns autores que estudam *clusters* de indústrias maduras usem como definição de inovação: "... o processo pelo qual firmas controlam e implementam o design e a produção de bens e serviços que são novos para elas, não importando se eles são novos aos seus competidores (domésticos ou estrangeiros) ou não." (ERNEST et alli., apud MYTELKA e FARINELLI, 2000: 8)⁷.

Uma rotina que busca a inovação pode ser simples como o dono de uma pequena empresa participar regularmente de feiras de tecnologia do seu setor para manter-se atualizado e ver que novas práticas, processos e produtos podem ser incorporados à sua empresa, ou até mesmo a firma possuir um importante centro de pesquisa e desenvolvimento trabalhando em parceria com universidades elaboradoras de ciência pura. Esta postura é, portanto, pró-ativa na busca da inovação.

Contudo, a inovação também pode surgir a partir de forma re-ativa. Ou seja, se o ambiente socioeconômico e concorrencial altera-se drasticamente, fazendo com que as atuais rotinas não sejam mais capazes de garantir um desempenho desejável, as firmas podem empreender mudanças (pensadas ou não) em sua rotina que levam a inovações.

Por sua vez, as inovações podem ser incrementais ou radicais. Uma inovação incremental consiste em mudança marginal em processo ou em produto, que mantenha a vantagem da firma (ou diminua sua desvantagem) em relação às demais. Já uma inovação radical envolve uma drástica mudança de processo, a introdução de um produto novo no mercado e é um forte fator de desestabilização do sistema. Apresentar um produto novo pode levar à imposição de novo padrão (caso o produto seja bem aceito), gerando fortes lucros para a firma, ou mostrar-se um grande equívoco (caso o produto não seja bem aceito), gerando pesadas perdas para a firma.

Desta forma o entendimento do processo de inovação extrapola as fronteiras da empresa. Não obstante sua importância enquanto unidade que põe em prática os esforços inovativos através da geração de inovações em suas inúmeras formas, a empresa, por si mesma, ou melhor, em um ato isolado, dificilmente lançará as bases para a evolução tecnológica. De fato, a análise da inovação envolve conceitos, elementos, fatores e aspectos indispensáveis à percepção do caminho trilhado pela empresa, pelo ambiente maior que a cerca, enfim, pelo crescimento e desenvolvimento de diferentes setores, localidades, regiões e países.

Aderindo a este raciocínio, Gadelha (2001) frisa que sob a ótica evolucionista do modo de como enxergar a realidade, o desenvolvimento econômico deve ser

⁷ "... the process by which firms master and implement the design and production of goods and services that are new to them, irrespective of whether not they are new to their competitors - domestic or foreign."

definido como um “processo sistêmico e estrutural” que envolve, substancialmente, a conjunção de três fatores principais: a inovação tecnológica; a expansão da demanda efetiva - seja esta induzida ou não pelo Estado; e, por fim, a estrutura e mudança institucional. Em outras palavras, desenvolvimento na percepção neo-schumpeteriana significa a transformação qualitativa do conjunto de setores de atividades, ou melhor, dos agentes integrantes e característicos da sociedade capitalista, do modo como evolui cada estrutura econômica própria dos diferentes países⁸.

Cerqueira (2000), ao investigar a retomada explícita e veemente da noção evolutiva que transcende do âmbito econômico, faz o seguinte comentário a respeito da abordagem evolucionária:

holística, tanto no sentido de que a totalidade apresenta um comportamento que não pode ser deduzido meramente pela agregação de suas partes constitutivas como no sentido de que as próprias partes não podem ser individualmente entendidas separadamente das relações que mantém umas com as outras e que constituem a totalidade; sistêmica e evolucionária, no sentido de que o sistema sócio-econômico sob investigação é concebido como estando sempre em um estado de fluxo e mudança qualitativa, na medida em que seus elementos constitutivos alteram seu comportamento em relação aos demais e ao ambiente extra-sistêmico (FREEMAN (1988) apud CERQUEIRA (2000, p. 12)).

Da mesma maneira que as outras linhas de pensamento, a construção da teoria evolucionária está pautada num conjunto de premissas essenciais (Nelson e Winter, 1982), dentre as quais se podem destacar:

- O processo de mudança econômica ao longo do tempo, isto é, no longo prazo é imprescindível na análise das capacidades, do comportamento das empresas (bem como de seus respectivos ramos de atividades) que atuam numa economia de mercado. Em particular, a transformação cumulativa no progresso tecnológico e na organização econômica.
- O desenvolvimento dos argumentos evolucionistas está intrinsecamente relacionado à contestação e ruptura de preceitos fundamentais, porque não das principais bases de sustentação da chamada economia convencional, da teoria econômica ortodoxa: as empresas operam em busca dos maiores rendimentos possíveis que podem ser auferidos, através de um processo

⁸ “O conceito schumpeteriano de desenvolvimento [...] vincula-se às trajetórias nacionais de evolução qualitativa da estrutura econômica, não se restringindo às situações de *catching up*” (GADELHA, 2001: 152). Aqui se torna indispensável mencionar que no contexto mais amplo de desenvolvimento, atrelado à noção de desenvolvimento nacional, dentre as inúmeras áreas possíveis de intervenção pública a da política industrial coloca-se como a de maior vulto, pois é direcionada àquele setor considerado decisivo no processo de mudança estrutural conduzida pela introdução de novas tecnologias. Acredita-se que seja justamente das atividades industriais que emirjam as melhores condições de superação de entraves ao crescimento econômico, por se caracterizarem como as principais responsáveis pela geração e disseminação de inovações no sistema econômico [...]. Nesta direção, a política industrial está na raiz do papel do Estado na dinâmica econômica de longo prazo”.

incessante de escolha dos melhores meios para se alcançar este objetivo, pautando-se em regras que lhes são características, atentando para suas experiências passadas e os impactos destas na sua atuação presente, nas soluções dos problemas que surgem ao longo do tempo. Isto não quer dizer que as firmas maximizarão seus lucros, dado um conjunto de escolhas ótimas perfeitamente visualizadas, nem tampouco que a economia atingirá o equilíbrio.

Uma vez exposto que o conceito evolucionista é holístico, pode-se retomar a discussão de um dos aspectos centrais de sua análise: a inovação tecnológica. Agora mostrando que o esforço da firma na busca da inovação deve ser entendido como algo onde tanto competências internas quanto fatores externos interagem.

Inovação tecnológica nada mais é do que a incorporação de conhecimentos nas atividades (Edquist, 1996; Lastres; Cassiolato, 2005). Conhecimentos criados (novos) ou conhecimentos existentes combinados de modos diferentes dos já efetivados em outros períodos. A produção de conhecimentos é uma fonte crucial de vantagem competitiva duradoura. As empresas que investem na busca constante de obtenção de conhecimentos, que procuram manter-se informadas sobre as transformações que permeiam o setor do qual fazem parte, detêm maiores possibilidades de permanência no mercado e mais ainda, de expansão. Estas inovações cristalizam-se na forma de rotinas.

Usualmente, costuma-se dizer que existem dois tipos de conhecimentos: o codificado e o tácito. O primeiro é aquele conhecimento formalizado e estruturado que se encontra disponível em livros, manuais, revistas, entre outros. Desta forma, “pode ser manipulado como informação”. Já o de caráter tácito é aquele conhecimento “implícito e incorporado” em agentes e áreas geográficas específicas que não pode ser transferido facilmente. O repasse deste tipo de conhecimento, em particular, exige o contato direto entre os agentes envolvidos⁹, os quais podem trocar experiências e fazer demonstrações sobre seus saberes. Neste sentido, quanto mais próximo estiverem, quanto mais compactuarem das visões sobre algum aspecto, maiores serão as chances de repasse das habilidades pessoais. Aqui é necessário destacar a importância do ambiente institucional em contextos mais localizados como incentivador e favorecedor do compartilhamento de conhecimentos (LASTRES; CASSIOLATO, 2005; LEMOS, 1999; BRAGA, 2005).

⁹ Convém atentar para o fato de que se a transferência do conhecimento tácito implica em contato entre os participantes (o ensinamento, a conversa, etc.) tal interação propicia o fomento da criação de novo conhecimento, pois muitas vezes a transferência deste tipo de conhecimento (tácito) é bilateral, o que é diferente da transferência do conhecimento formal, sendo este último muito mais unilateral.

Dada à rapidez no ritmo com que vêm se processando as mudanças no cenário mundial, a capacidade das empresas, das instituições e dos indivíduos de evoluir na construção de competências, através de aprendizados, torna-se cada vez mais fundamental para o desenvolvimento de tecnologias (Johnson; Lundvall, 2003). Caracterizado como um processo cumulativo, que envolve dentre outros aspectos a organização e as habilidades individuais, o aprendizado permite às empresas elevarem seus conhecimentos e com isso tornarem-se potencialmente mais eficientes, desenvolverem dinamicamente suas inovações, adquirirem maior capacidade e praticidade na coordenação de suas decisões estratégicas, etc.

Para isto, podem utilizar as seguintes fontes de aprendizado: aprender via experiência própria (em “fazer”), ou seja, em organizar a atividade produtiva, ao definir o processo e o método a ser empregado, ao estabelecer rotinas (*learning by doing*), com a comercialização e o uso (*learning by using*); bem como com a busca de novas soluções para problemas específicos em departamentos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) (*learning by searching*). Além destas, por ser um processo altamente interativo, os esforços de aprendizado podem ser materializados na troca de conhecimentos com fornecedores, clientes, outras empresas concorrentes, organismos de apoio, em programas de treinamento e capacitação, participação em feiras, congressos, em instituições educacionais, entre outros¹⁰.

Desta ligação entre o processo de inovação e o de aprendizado, onde a interação da firma com agentes externos potencializa as chances de sucesso, fica patente a importância do ambiente institucional de ensino e pesquisa. Nelson (2006) descreve como a interação de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas com as universidades foi importante para que os Estados Unidos da América conseguissem posição de domínio tecnológico no pós-guerra. As universidades, além de formarem a mão-de-obra que irá empreender a busca pela inovação dentro das firmas, também realizam pesquisas puras que geram conhecimento básico para a inovação. A interação entre universidades e empresas, ao contrário de desviar os temas de pesquisa das primeiras, pode ser uma fonte de questionamentos que mostre novos caminhos para a ciência pura.

Outra característica importante do ambiente institucional para o processo de inovação diz respeito ao crédito. Schumpeter (1985) destacou a importância dos empreendedores terem acesso ao crédito para poderem efetivar suas idéias e transformá-las em inovação. Nelson (2006) mostrou que os gastos militares norte-americanos financiaram pesquisas puras cujos resultados foram utilizados pelas

¹⁰ A título de maiores esclarecimentos consultar: Freeman (1998), Lundvall (1998) e Lastres; Cassiolato (2005).

empresas em inovações com aplicações não militares (a indústria da aviação civil é o principal exemplo). Assim, a forma como o sistema financeiro interage com as empresas, ou como o governo implementa políticas de financiamento à pesquisa e desenvolvimento irá facilitar ou dificultar o processo inovativo.

Tendo em vista que a inovação é a faísca que leva ao desenvolvimento e que a inovação é buscada dentro das firmas, que interagem com um ambiente institucional que pode tanto facilitar (estimular) ou dificultar (desestimular) sua implementação, um conceito utilizado pela corrente evolucionista é o de “sistema nacional de inovação”.

Sistema de inovação pode ser definido como um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região ou localidade. Constitui-se de elementos e relações que interagem na produção, difusão e uso do conhecimento. (ALBAGLI; BRITO: 2003, 25).

Para Lundvall (1992) o processo de aprendizagem é um elemento central na geração de inovações tecnológicas. O fenômeno da inovação deriva da combinação das competências acumuladas proporcionadas por conhecimentos existentes que foram obtidos anteriormente, com as experiências vivenciadas precedentemente pelas empresas e as novas alternativas que surgem inesperadamente e intencionalmente, traduzindo assim, a dependência da inovação futura em relação à passada. Enfim, uma vez que o avanço tecnológico segue trajetórias traçadas anteriormente pelas empresas, ou, em outras palavras, que as novas opções, os novos produtos, processos e métodos produtivos, assim como as novas formas organizacionais e as estratégias competitivas são influenciadas pela sua história, pode-se afirmar que as mesmas são *path dependents*. “Isto é, as firmas ao obterem sucesso em determinada ação, tornam-se reféns do seu próprio sucesso” (CABRAL, 2007, p. 39).

O ambiente de “seleção natural” do mercado fará com que as empresas dotadas de maior capacidade organizacional, estratégica, tecnológica e inovativa – adquiridas pelo acúmulo de conhecimentos, isto é, pelas capacitações - sobressaiam-se frente às de menor habilidade para superar prováveis barreiras, de manter-se e expandir-se na dinâmica econômica. A denominação de mudança estrutural é fruto deste processo, a qual é caracterizada pelo fato de que enquanto certos ramos de atividade e agentes aumentam seus ganhos, sua lucratividade e, por consequência, sua participação na estrutura produtiva atual, outros têm sua atuação diminuída, redundando em perda de relevância econômica relativa. “Nossa teoria enfatiza a tendência das firmas mais lucrativas de expulsar as menos lucrativas; no entanto, não focalizamos nossa análise em hipotéticos estados de “equilíbrio coletivo”, em que

todas as firmas não-lucrativas desaparecem, e em que as lucrativas têm o tamanho desejado” (CABRAL: 2007, 19).

As empresas fazem suas escolhas correntes pautadas em resultados das decisões tomadas no passado. Além do mais, as rotinas também fazem com que o conjunto de ações possíveis das empresas, decorrentes de mudanças do ambiente institucional, seja restrito. A trajetória histórica de sucesso ou fracasso de alternativas e procedimentos adotados em momentos anteriores reflete consideravelmente na direção das escolhas definidas no presente, podendo interferir inclusive nas que ocorrerão no futuro. Assim sendo, pode-se identificar mais uma característica marcante da dinâmica evolutiva da conjuntura empresarial: seu caráter histórico.

A opção das empresas por seguir um determinado caminho sofre a influência de acontecimentos aleatórios, de aprendizados decorrentes de situações concretas (os quais moldam suas competências), das oportunidades de mercado e de paradigmas tecnológicos. Dosi (1982) entende por paradigma tecnológico um modelo ou uma forma padrão para resolver certos problemas técnicos. De fato, sobre a ascensão de um dado paradigma tecnológico, as empresas condicionam suas pesquisas, os conhecimentos científicos disponibilizados de modo a identificar quais são os impasses, os problemas que estão afetando sua desenvoltura e, além disso, delimitar e definir as melhores maneiras de solucionar tais dificuldades.

Neste sentido, convém salientar que para os teóricos evolucionistas o processo de desenvolvimento tecnológico está fundamentado num somatório de elementos e fatores os quais podem ser resumidos nas proposições que se seguem:

i) O conhecimento é o alicerce da economia, pois é justamente pela produção, aquisição, reconstrução, aplicação e repasse do conhecimento que se viabiliza a evolução da sociedade através da injeção incessante de inovação, fonte elementar de vantagem competitiva duradoura;

ii) Sem aprendizado (seja formal ou informal) não há conhecimento, uma vez que é pela aprendizagem que os indivíduos, as empresas (no sentido abstrato), as organizações, as instituições obtêm e transferem conhecimentos que vão sendo acumulados ao longo do tempo;

iii) A empresa é considerada a unidade central neste processo, porém como é impossível entender e descrever a dinâmica da sociedade sem levar em consideração seu caráter sistêmico, interdependente e inter-relacionado, a análise das causas da inovação deve necessariamente se ater às trocas de informações e conhecimentos entre os indivíduos da empresa e destes com outros agentes externos;

iv) Os ambientes social, econômico e institucional interferem e são moldados pelos processos de aprendizagem, capacitação e inovação.

2.3 Os Arranjos Produtivos Locais e os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

A visão evolucionista da empresa e da economia apresentada até o momento deixa claro que não é possível entender o mundo a partir de uma visão tecnoglobalista. Em outros termos, não se entende que a “globalização” seja garantia para que técnicas e padrões produtivos sejam homogeneizados ao redor do mundo. O argumento de que a intensificação do comércio internacional, a crescente facilidade para o fluxo de capitais financeiros (na forma de investimentos diretos ou em carteira) e o forte avanço nas tecnologias telemáticas levará a uma convergência tecnológica não condiz com as conclusões da teoria evolucionária. Se as decisões empresariais são tomadas a partir de processo de experimentação de rotinas, muitas vezes partindo-se das já conhecidas, gera-se a dependência do caminho, o que faz a cultura empresarial ser um importante vetor que interfere no processo de desenvolvimento.

Conclui-se, então, que mesmo fazendo frente ao idêntico conjunto de tecnologias (e de caminhos) distintas, empresas de localidades¹¹ diferentes podem tomar decisões completamente díspares. Pode-se argumentar que o forte crescimento das empresas multinacionais, intensificado por fusões e aquisições de capitais de diferentes países, levaria à homogeneização da cultura empresarial e, posteriormente, das escolhas tecnológicas. Contudo, tal hipótese não se confirma no mundo real. Muitas vezes a cultura da empresa adquirida acaba se sobrepondo à da adquirente. Também se deve levar em conta que a cultura local pode simplesmente impedir que a matriz de outro país imponha todos os seus valores. A indústria automobilística brasileira é exemplo disto. A cultura nacional de carros menores e com baixo consumo (e também o uso do álcool combustível) faz com que a engenharia de desenvolvimento brasileira tome decisões distintas das suas matrizes¹².

A regularidade empírica que se observa na economia mundial é que existem localidades que apresentam um processo de desenvolvimento econômico mais intenso, mesmo dentro dos países desenvolvidos. O conceito de *path dependence*, da resultante da análise evolucionista é marcado por fortes fatores aleatórios. Logo, o processo histórico de uma região está longe de ser determinístico. Para os aficionados

¹¹ O conceito do que pode ser considerado como local não é estrito. Não se limita necessariamente a apenas um município, mas também não é necessariamente tão grande. O mesmo envolve um espaço geográfico onde ocorra interação extramercado entre agentes econômicos que permitam a inovação.

¹² Mais especificamente, recentemente a GM brasileira anunciou que iria auxiliar a tentativa de salvamento da GM norte-americana enviando pessoal com conhecimento para remodelar o mix de produtos da matriz, baseado em carros de grande porte e alto consumo (GUCONI, 2009).

em matemática, isto é o mesmo que afirmar que conhecer as condições iniciais de um sistema com *path dependence*, da forma como é concebido pelos evolucionistas, não permite explicar as diferenças de estado entre as localidades. Ou seja, não é simplesmente a dotação de fatores inicial que determina (ou explica) a diversidade nos níveis de desenvolvimento de diferentes localidades.

Assim, é preciso elaborar conceitos que apresentem a lógica evolucionária, mas que possam nortear processos econômicos diferenciados. A REDESIST (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais) propõe o uso de dois conceitos-chave: Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPILs).

“Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e treinamento.

***Sistemas produtivos e inovativos locais** são aqueles APLs em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, de competitividade e do desenvolvimento local.” (ALBAGLI, BRITO: 2003, 3).*

O surgimento de um APL em uma dada região pode auxiliar, inclusive, no processo de *catch up*, do que resulta a importância dada ao tema pelos pesquisadores.

“Os casos discutidos neste trabalho ilustram que a mera presença de um agrupamento de empresas ou de características semelhantes em um mesmo distrito são insuficientes para gerar o aprendizado. Isso depende de instituições de desenvolvimento e de práticas para coordenar a rede de produção que desenvolvam as capacidades coletivas de aperfeiçoamento do desempenho.” (PEREZ-ALEMAN, 2000).

PEREZ-ALEMAN (2000) destaca ainda que a simples presença de associações de empresários em uma determinada aglomeração produtiva não é garantia de que o aprendizado ocorra nas empresas. A forma como estas associações atuam tem relevância neste processo de aprendizado. Isto traz implicações para a condução de políticas, pois se apreende que estas devam ser formatadas com o

objetivo de dotar (ou criar) as associações de meios que permitam atuarem na geração de aprendizado aos seus associados.

A análise de uma localidade a partir do referencial evolucionário deve conter levantamentos de dados primários que sigam a lógica da figura 2.1. A escolha dos círculos entrelaçados é para evidenciar que a análise não deve ser pautada apenas nas partes, mas também na interação entre as mesmas. Além disto, o mercado e a cultura locais são fatores que influenciam e são influenciados por todos os três conjuntos de agentes e por este motivo encontra-se em um círculo mais externo.

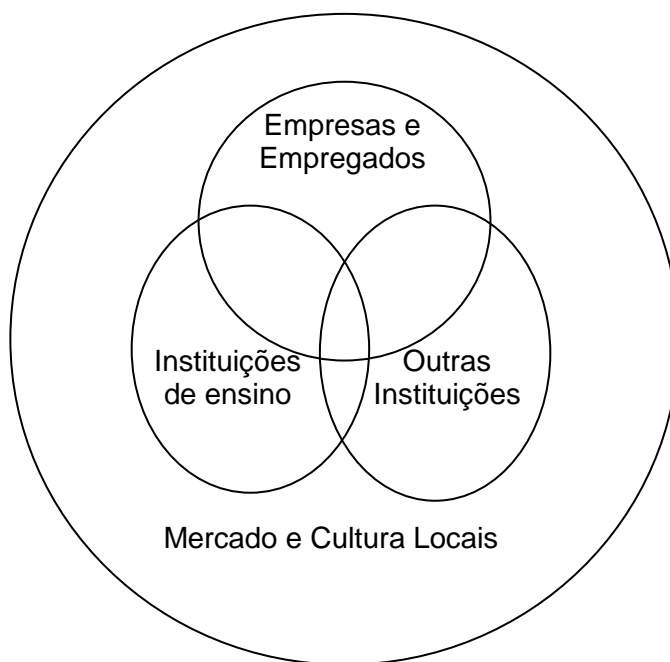


Figura 2.1: Esquema lógico de análise de Arranjos Produtivos Locais.

No tocante às empresas é importante apreender seus processos tecnológicos atuais; suas formas de relacionarem-se com os empregados, com fornecedores, com clientes, com instituições de ensino e pesquisa e com outras instituições. Além disto, é fundamental que se dirija o foco de atenção para seus processos de inovação e aprendizagem, uma vez que este é o motor do desenvolvimento. As contradições observadas nestas interações devem ser apontadas, pois muito provavelmente são nelas que devem agir as políticas públicas.

O papel das instituições de ensino e pesquisa não deve ser apenas o de suprir mão-de-obra qualificada e desenvolver pesquisas puras, mas envolver-se ativamente na dinâmica econômica, quer seja com pesquisas dirigidas às empresas dos APLs, quer seja construindo o saber com as pessoas que compõem as empresas. Ao mesmo

tempo, estas instituições devem cooperar com as demais instituições para sanar eventuais lacunas¹³.

O conjunto “outras instituições” envolve desde sindicatos, associações de classe, o sistema S, bancos, agências e secretarias governamentais e até organizações civis de cunho social. Seu papel pode ser desde o de suprir um ambiente de interação dos componentes do APL, onde possa surgir um processo de aprendizado, até o de especificamente ser o “ente pensante”¹⁴ do APL.

2.4 Conclusões

O presente capítulo buscou apresentar uma forma de analisar as aglomerações produtivas sob a ótica da corrente evolucionista-schumpeteriana, uma das quatro possíveis. A partir deste arcabouço teórico, pretende-se nortear a análise do arranjo produtivo da produção de jeans do município de Toritama.

A apresentação da visão da empresa no pensamento evolucionista mostrou que mais do que buscar a maximização dos lucros (de forma estática ou dinâmica) os empresários e gerentes atuam tentando o melhor resultado possível, a partir da elaboração de rotinas de trabalho que podem ser alteradas em um processo intencional ou não, cabendo até a possibilidade do uso da tentativa e erro na busca de melhores rotinas.

Tal tipo de comportamento faz com que o desenvolvimento tenha característica de “*path dependence*”. Isto implica em que as inovações, que são a fonte dos lucros puros e o objetivo das empresas, tenham caráter de regularmente deslocar as trajetórias das empresas e, conseqüentemente, dos mercados e localidades.

Foi mostrado também que a lógica empresarial de operar por rotinas leva a análise ao local, tendo em vista que a cultura empresarial (que é correlacionada com o capital social) local está longe de ser uniforme nos diferentes espaços geográficos. Tendo em vista tal aspecto da análise evolucionista foram apresentados os conceitos de APL e SPIL. Destes conceitos apreende-se a necessidade de que o estudo de uma aglomeração produtiva seja holístico, devendo abordar as seguintes dimensões:

- i) Empresas e empregados: apreender as principais rotinas; as fontes de inovação; o processo de aprendizado.

¹³ Por exemplo, com programas de extensão que utilizem estudantes na condução de projetos específicos das outras instituições. Note-se que isto é mais do que simplesmente fazer convênios de estágios.

¹⁴ Como “ente pensante” entende-se uma instituição criada com o objetivo específico de propor ações conjuntas de empresas e instituições com vistas a aumentar a competitividade da localidade.

- ii) Instituições de ensino: levantar a formação de mão-de-obra qualificada; ver a geração do saber específico para o APL.
- iii) Outras instituições: listá-las; descobrir suas dinâmicas internas; ver o papel que estão cumprindo dentro do APL.
- iv) Cooperação: trata-se da análise transversal das três dimensões anteriores onde se enfoca as cooperações dentro de cada dimensão e as cooperações interdimensões, focalizando principalmente o aprendizado coletivo e a inovação.

Esta análise holística permite mostrar as deficiências e os pontos fortes do APL e propor políticas públicas que sejam específicas à localidade, políticas estas que devem ser implementadas em ambiente participativo.

3. O setor de confecções: uma contextualização para o Brasil

Luís Henrique Romani de Campos
Tabira de Souza Andrade

3.1 Introdução

O presente capítulo pretende apresentar as características e transformações recentes do setor de confecções brasileiro. Sua importância para esta pesquisa é apresentar o contexto do qual o pólo de confecções do agreste pernambucano faz parte.

O setor está inserido dentro da cadeia têxtil e de confecções, sendo o elo final da esfera produtiva do vestuário. Esta cadeia, por sua vez, está relacionada a outros complexos produtivos, como a agropecuária (fornecedora de fibras naturais), a indústria química/petroquímica (fornecedora de fibras sintéticas e artificiais) e a metal-mecânica (fornecedora de máquinas e equipamentos).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006 indicam que 3,8 milhões de pessoas trabalhavam na cadeia têxtil/confecções brasileira, sendo que 44,53% estavam alocadas em confecções. Comparando este resultado com o total de pessoas com mais de 10 anos que trabalharam na semana de referência da PNAD, a cadeia responde por 4,75% da geração de emprego¹⁵ (formal e informal) no Brasil. Isto revela a grande relevância da cadeia como potencial de geração de emprego e, em especial, o setor de confecções.

Além desta introdução, o capítulo está estruturado em três seções. Na próxima seção são apresentadas as linhas gerais do funcionamento da cadeia produtiva, detalhando-se o papel do setor de confecções nesta cadeia. A seguir exibem-se alguns dados estatísticos do setor de confecções que dão suporte empírico às conclusões e também são apresentados alguns dados que permitem vislumbrar a inserção de Pernambuco nesta cadeia e, em especial, neste setor.

¹⁵ Se o critério de análise for a renda o resultado é 4,86%.

3.2 A cadeia têxtil/confecções: uma visão geral

Pode-se afirmar que a cadeia têxtil e de confecções é formada por 6 elos, a saber: i) fornecedores de matérias primas; ii) beneficiadores das matérias-primas; iii) fiações; iv) tecelagens; v) confecções e vi) comerciantes (ver Figura 1). Uma característica marcante da cadeia têxtil/confecções está no fato das operações serem descontínuas, ou seja, os produtos finais de uma fase correspondem aos insumos iniciais da fase seguinte, sem existir entrelaçamentos produtivos. Isto permite a flexibilização na organização da produção e a existência de empresas que operam com escalas diferenciadas, bem como com perfis tecnológicos variados (SANTANA, APOLINÁRIO, 2004).

Os fornecedores de matérias-primas estão inseridos em outras cadeias produtivas (agropecuária e química/petroquímica) e são os principais pontos de ligação da cadeia têxtil com outros complexos produtivos. As matérias-primas usadas são as fibras naturais (algodão, lã, seda, linho, juta, ramí, de origem animal e/ou vegetal), as artificiais (viscose e acetato) e as sintéticas (poliamida (náilon), poliéster e acrílica). O fornecimento de matérias-primas naturais ocorre no formato de *commodities*, o que faz com que as decisões estratégicas estejam em elos mais à jusante da cadeia. Já quando as matérias-primas são artificiais e sintéticas o suprimento é feito por um pequeno número de fornecedores e a inovação é um forte motor de união estratégica com as fiações e tecelagens, fazendo com que as decisões situem-se mais à montante da cadeia.

Os beneficiadores das matérias-primas, as fiações e as tecelagens compõem o setor têxtil. A fiação é feita através da mistura das fibras, obtendo-se os diversos tipos de fios que são usados na fabricação de tecidos e malhas. A tecelagem pode ser plana ou de malharia. A fabricação dos tecidos planos demanda um processo mais complexo de preparação prévia e combinação dos fios comparada à dos tecidos de malha, dos quais existem basicamente três linhas: a) tecidos pesados (índigos, brins e roupas profissionais); b) tecidos de camisaria; c) tecidos para cama, mesa e banho e para decoração. O setor têxtil, por transformar matérias-primas em fios e tecidos que serão utilizados na produção de artigos confeccionados, envolvia em 2006 (PNAD, 2006) 847.064 trabalhadores, o que corresponde a 21,09% do emprego gerado na cadeia. A participação do setor na geração de renda para os trabalhadores foi de 14,4%.

O setor de confecções envolve o corte, a costura e o acabamento do tecido e do produto final (que corresponde à incorporação de detalhes, aos ajustes do produto).

Em termos de representatividade, o setor de confecções totalizou 1.706.069 empregados, correspondendo a 42,47% e gerou 32,20% da renda do trabalho da cadeia. Desta forma, os principais setores da cadeia são o têxtil e o de confecções. Note-se que estes setores correspondem àquelas fases onde existe o processamento industrial, o que na teoria do valor-trabalho indicaria as fases nas quais ocorrem a efetiva criação do valor.

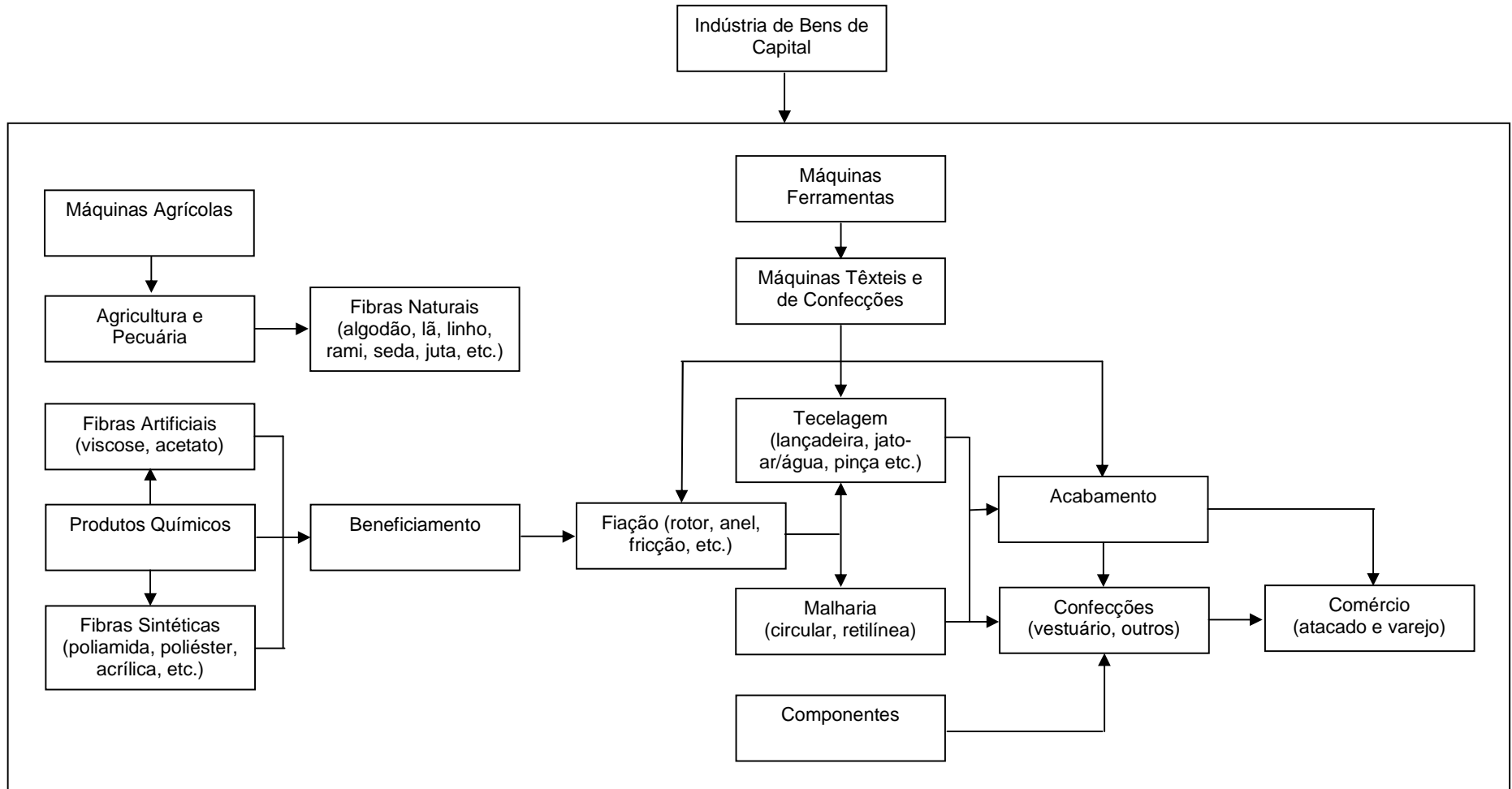
Como já afirmado, o setor de confecções é o último elo da fase produtiva da cadeia. Enquanto a indústria têxtil é intensiva em bens de capital, o segmento confeccionista é enormemente reconhecido pela grande capacidade de absorção de mão-de-obra. Dos diversos artigos que podem ser confeccionados a partir do uso dos tecidos e malhas, os de vestuário contemplam boa parte dos itens que mais são fornecidos pela cadeia têxtil-confecções, além de apresentar-se como o segmento mais dinâmico, dada à necessidade de acompanhamentos e respostas frequentes às mudanças de preferência, que são corriqueiras, em se tratando de moda (BRAGA, 2005).

As etapas constitutivas do processo produtivo do setor de confecções são (Senai-SP; Oliveira e Ribeiro *apud* Braga, 2005):

- *Design*: fase dedicada ao desenho dos modelos e a opção das cores, tecidos e padronagens da coleção;
- Modelagem: trata-se da criação de moldes em papel e determinam todas as marcações para as fases posteriores de corte e costura. É nesta etapa que são testados os melhores moldes e corrigidas as prováveis falhas;
- Gradeamento: refere-se à adequação dos moldes aos diferentes tamanhos e medidas solicitados pelos clientes;
- Encaixe: etapa em que os moldes são posicionados sobre os tecidos de modo a fazer uso eficiente do material, evitando desperdício de tecidos¹⁶;
- Corte: o corte dos tecidos ocorre após as especificações demarcadas nas etapas precedentes, assinaladas anteriormente;

¹⁶ Nas etapas de modelagem, gradeamento e encaixe verifica-se um intenso avanço tecnológico com a utilização dos sistemas CAD e CAM (os quais serão abordados mais à frente), bem como com o uso de máquinas de corte de controle numérico (máquinas computadorizadas).

FIGURA 3.1
Processo produtivo na cadeia têxtil-confeccões
Fluxograma da cadeia têxtil e de confeccões



Fonte: Santana; Apolinário (2004).

- Costura: depois de cortado, os tecidos são costurados. É a etapa que mais emprega mão-de-obra, englobando em torno de 80% do trabalho produtivo. Ainda é caracterizada fortemente pela relação uma máquina por trabalhador, sendo assim, as habilidades inerentes à mão-de-obra são determinantes fundamentais na produtividade de um dado empreendimento especializado nesta atividade;
- Acabamento: diz respeito aos últimos ajustes nas peças de vestuário, como por exemplo, a retirada do excesso de linha – procedimento comum ao término das costuras. Na sequência, as peças são passadas e organizadas em embalagens para serem distribuídas.

As inovações tecnológicas radicais no setor concentram-se substancialmente nas primeiras fases do processo, do *design* ao corte, com a incorporação dos sistemas *Computer Aided Design* e *Computer Aided Manufacturing* (CAD e CAM desenvolvidos para desenho digital dos modelos e para corte computadorizado dos tecidos, respectivamente). A partir da introdução destes sistemas, a produção passa a ocorrer em menos tempo e com menor desperdício de tecidos, tendo a automação reflexos expressivos na maior flexibilidade para alterações de modelos e organização da produção (CASTRO, 2004).

Cumprir destacar que nas fases iniciais do processo produtivo repousam as grandes oportunidades de cooperação (ou mesmo de integração vertical) de empresas de confecções com empresas de outras fases da cadeia produtiva. O *design* está fortemente ligado à definição de um perfil de consumidor, o que permite a formação de parcerias com cadeias de lojas, a partir da elaboração de marcas. Ao mesmo tempo, a pesquisa de novos tecidos está fortemente ligada ao tipo de *design* e ao público-alvo ao qual se destina a confecção.

Na etapa de montagem ou costura, os avanços estabelecidos são ainda de caráter incremental, reduzindo-se à criação de máquinas de costura eletrônica, que incorporam, por exemplo, acessórios para corte de linha, mas cujo funcionamento depende crucialmente do manuseio individual. De fato, no setor de confecções “*verifica-se uma tecnologia madura e estável, baixas condições de apropriabilidade, e oportunidades tecnológicas relativamente limitadas. Sua base de conhecimento é pouco complexa e bastante codificada e difundida, dificultando a apropriação de inovações*” (Ibid, p. 8-9).

Para complementar e reforçar as características desta indústria pode-se, tomando por base (ABREU, 1997 *apud* CAVALCANTI FILHO; MOUTINHO, 2004), destacar os seguintes aspectos:

- Trata-se de um segmento industrial tradicional, cuja estrutura é bastante heterogênea. A baixa complexidade tecnológica somada aos custos iniciais relativamente baixos exigidos em termos de infraestrutura para instalação, bem como à gama de produtos que podem ser fabricados (roupas íntimas, de dormir, de praia, de esportes, de cama, mesa e banho, etc.) e ao mercado consumidor altamente segmentado (padrão cultural, sexo, nível de renda, idade, etc.) favorecem enormemente a disseminação de um grande número de micro, pequenas e médias empresas;
- Geralmente, as grandes empresas atuam direcionando seus produtos para mercados mais padronizados, fazendo com que as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) tenham à sua disposição “variados nichos de mercados específicos”. Os micro e pequenos empreendimentos podem identificar com maior agilidade as mudanças habituais de preferência quanto “aos tecidos, padrões de corte e cores” devido à maior proximidade com o mercado consumidor final. Existe também uma outra opção. Grandes griffes trabalham com produtos diferenciados, mas devido à sua ampla inserção no mercado (ampla em termos geográficos) podem, mesmo com produto diferenciado, conseguir grandes escalas;
- Presença de relações de subcontratação. A subcontratação e as facções correspondem à divisão do processo produtivo (assim sendo, a divisão dos custos e riscos do negócio) comumente praticada entre empresas de diferentes portes, sobretudo, nos momentos de expansão da demanda. Funcionam como ‘colchão amortecedor’ em resposta às oscilações corriqueiras do mercado de confecções.

Nos últimos anos, algumas mudanças ocorridas no contexto mundial tiveram impacto significativo na cadeia têxtil/confecções brasileira. A mais importante foi a abertura comercial iniciada no final dos anos 80 e intensificada no início dos anos 90, cujos reflexos puderam ser sentidos em nível nacional e regional. Com o acirramento da concorrência provocado pela abertura de mercados, a estratégia competitiva pautada não apenas no preço, mas também e, sobretudo, no estilo, na moda, na marca, no *design* e na qualidade e diferenciação dos produtos e matérias-primas passaram a ser crescentemente buscadas e praticadas pelas empresas líderes.

A subcontratação (supracitada) alcança dimensões internacionais. Os mercados industrializados, onde normalmente estão inseridas as grandes empresas,

líderes da criação e avanço de tecnologias¹⁷, controlam as etapas do processo produtivo que são mais intensivas em inovação, ou seja, as etapas de criação e *marketing*, enquanto os mercados em desenvolvimento controlam os segmentos mais intensivos em trabalho. Assim sendo, o custo da mão-de-obra é um elemento fundamental na determinação do preço final do produto e da localização das indústrias, haja vista que na formação das redes integradas de produção, as etapas mais absorvedoras de trabalho (a indústria de confecções) tendem a se concentrar nos países, nas regiões detentoras de mão-de-obra abundante e de baixa qualificação (GORINI, 2000).

Enquanto os países desenvolvidos concorrem via qualidade, a estratégia competitiva adotada pela indústria de confecções brasileira ainda está fortemente assentada em preços baixos, sobretudo, as empresas de micro e pequeno porte. A cadeia têxtil/vestuário passou por reestruturações de ordem mundial. Internacionalmente, aqueles países acostumados à posição de líderes desta cadeia, especificamente, os Estados Unidos da América (EUA) e alguns membros da União Européia (UE), viram determinadas economias em desenvolvimento ganhar espaço no comércio internacional de produtos têxtil/vestuário, o que desencadeou a necessidade de desenvolver estratégias competitivas (mudanças bruscas), fortemente assentadas nas inovações.

Neste contexto, um país específico merece ser mencionado. É a China - economia que experimenta já há alguns anos grande expansão, e que passou a ocupar posição de destaque tanto na produção, quanto na exportação deste complexo produtivo. Basicamente, os Estados Unidos e a União Européia utilizam como estratégia a prática de direcionar a fase produtiva propriamente dita da cadeia têxtil-confecções para a China, e as partes de criação e de *marketing*, de pesquisa e desenvolvimento (que são as que agregam maior valor¹⁸) permanecem em seus países de origem. Trata-se de uma maneira de obter maiores rendimentos via redução dos custos de produção, uma vez que as fases intensivas em mão-de-obra são realizadas naqueles países onde o salário é menor.

Retomando-se a discussão acerca do mercado nacional, observa-se que a abertura comercial (pela valorização cambial e redução de barreiras tarifárias) promoveu profunda reestruturação na cadeia têxtil/confecções, além da busca das empresas líderes por atender camadas superiores do mercado consumidor. Com a facilidade de entrada de produtos importados no País, a preços relativamente

¹⁷ Uma importante fonte de inovação é a inserção de novos fios e tecidos. Muitas vezes o desenvolvimento destes materiais é feito em conjunto (fábrica química/ tecelagem/ *griffe*). Isto, além do *desing* e do esforço com propaganda, conferem importante diferencial competitivo às *griffes*.

¹⁸ Ou nos termos da economia política: "as que mais se apropriam de mais-valia".

menores, a estrutura produtiva empresarial foi redefinida. Conforme Barreto (2000) *apud* Santana e Apolinário (2004), no setor de confecções, a estratégia adotada para sobreviver à crise foi a política de *downtrading*, ou seja, de fabricação de produtos a preços mais baixos, mesmo assim muitas empresas não conseguiram superar os problemas e foram fechadas, marcadamente as MPEs. Já as de tamanho médio e grande, desenharam como estratégia a modernização do seu aparato tecnológico, a promoção de aquisições e fusões, e o deslocamento para regiões com menores custos de mão-de-obra, marcadamente o Nordeste e o Centro-oeste.

O processo de realocização contribui para diminuir a concentração da produção e emprego industriais, típicas da industrialização brasileira. Todavia, deve-se perceber que a instalação de empresas na região nordestina com matrizes sediadas nas regiões desenvolvidas em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra barata, ao mesmo tempo em que reduz a concentração pode comprometer o crescimento sustentável da região, uma vez que *“a dependência desta realocização a partir unicamente de incentivos fiscais e baixos salários sinaliza uma trajetória de especialização produtiva regional/estadual de baixo dinamismo tecnológico e de baixa renda per capita relativa”* (CAVALCANTI FILHO; MOUTINHO, 2004, p. 10).

No tocante ao perfil das empresas brasileiras, a maioria delas é de micro e pequeno porte e informal. Enquanto estes estratos têm relevância na totalização do número de estabelecimentos e na geração de empregos no País, a produção é, sobremaneira, proveniente das empresas de médio e grande porte. O índice de informalidade das de pequeno porte é altíssimo, muitas produções são de “fundo de quintal”, sem condições mínimas de funcionamento, não pagam impostos nem cumprem direitos trabalhistas. São caracterizadas por copiarem o *design* dos produtos das empresas maiores, por contarem com um quadro de pessoal ocupado de baixa escolaridade e influenciarem os rendimentos dos estabelecimentos formalizados, pelos custos menores supracitados. Já as de grande porte, em especial as localizadas no Sudeste do País, possuem perfil semelhante aos dos países desenvolvidos por estarem comprometidas com alta tecnologia, com mão-de-obra qualificada, bem como por serem intensivas em capital.

Apesar de o produto nacional ter condições de competir no cenário internacional por ser ofertado a preços baixos e com qualidade (considerando a produção como um todo), a cadeia têxtil/confecções enfrenta muitos problemas, dentre os quais se podem citar: i) carga tributária e encargos sociais elevados; ii) apoio governamental inconstante e insuficiente; iii) baixa atualização tecnológica e capacitação gerencial; iv) escassez de financiamento e dificuldades de acesso ao crédito (notoriamente para as micro e pequenas empresas) para capital de giro e

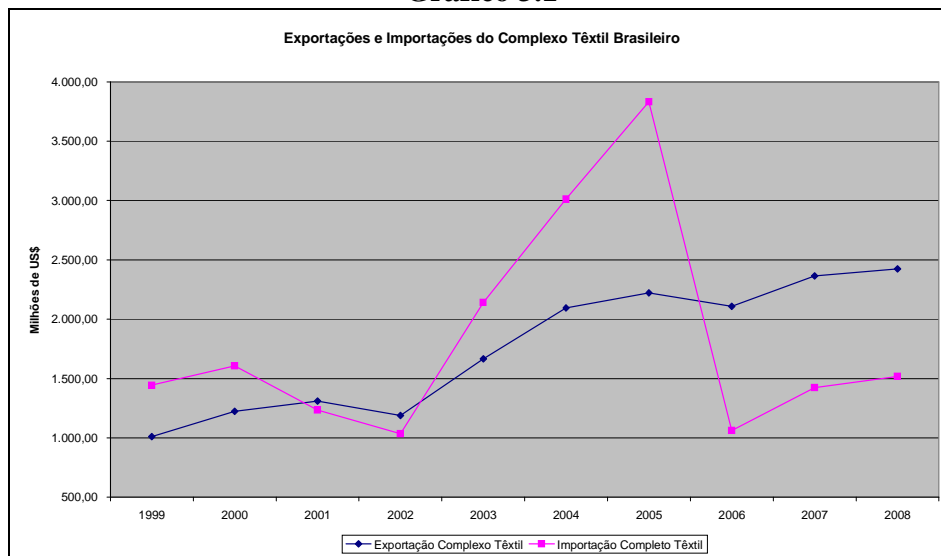
aquisição de máquinas modernas; v) falta de mecanismos de cooperação entre as MPEs; e, vi) inexistência de marcas consolidadas no mercado mundial (Ibid.).

Estes problemas dificultam um maior desenvolvimento do parque têxtil e de confecções, o qual já desempenha função importante na economia brasileira pela dimensão da atividade, que consegue atingir estados localizados nas regiões mais atrasadas, bem como municípios do interior do País, sendo em alguns casos a única oportunidade econômica local responsável em grande medida pelo dinamismo produtivo e comercial e, sobretudo, pela geração de empregos.

3.3 Desempenho recente da cadeia têxtil/confecções

A presente seção apresenta dados agregados do setor têxtil/confecções (complexo têxtil) brasileiro. O gráfico 3.1 apresenta a evolução das exportações e importações do complexo têxtil brasileiro. As exportações apresentam tendência de crescimento, com a marca de 140,13% considerando-se o período de 1999 a 2008. Apenas os anos de 2002 e 2006 apresentaram queda. Os anos de maiores altas foram 2003 e 2004 que sucedem forte desvalorização real do câmbio do setor têxtil, como pode ser observado no gráfico 3.2. A partir de 2004 o câmbio real do setor volta a se valorizar e o impacto é de diminuição na intensidade de crescimento em 2005 e pequena queda em 2006. Em 2007 e 2008 observa-se estabilidade do câmbio real com a volta do crescimento das exportações, mas em taxas inferiores às observadas no início da década. Esta dinâmica mostra, então, que as exportações são influenciadas pela taxa real de câmbio, mas com alguma defasagem e que existem outros fatores positivos que fizeram com que houvesse o crescimento observado ao longo dos últimos anos. Algumas hipóteses que podem ser levantadas são: a) o aumento mundial da renda amplia muito o mercado consumidor, ou, em outras palavras, a elasticidade-renda compensou a elasticidade-preço; e b) o Brasil realizou esforços para ampliar o número de países com os quais comercializa, abrindo novos mercados para compensar a perda dos mercados tradicionais dos países desenvolvidos, para onde naturalmente flui a maior parte da produção mundial da cadeia.

Gráfico 3.1



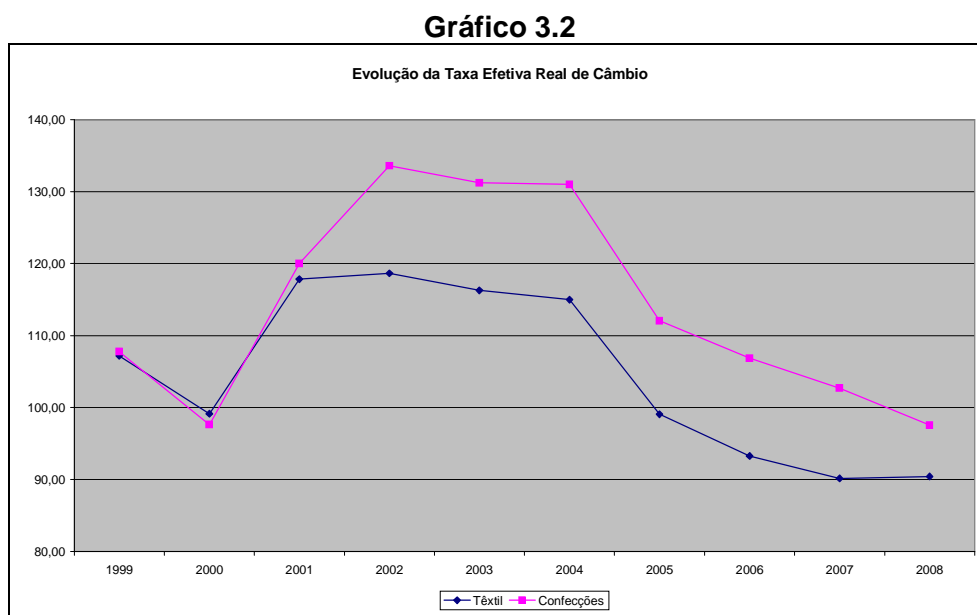
Fonte: MDIC, Sistema Alice.

Já as importações apresentaram comportamento bem mais errático. A forte tendência de alta observada entre 2002 e 2005 é revertida após ser firmado acordo de restrição voluntária das exportações chinesas para o Brasil (DIANNI, 2006). As maiores altas de importações, assim como nas exportações, ocorreram nos anos de 2003 e 2004, o que mostra que mesmo com o câmbio desfavorável às importações o mercado brasileiro foi inundado de produtos externos. Em todo o período, a balança comercial da cadeia têxtil/confecções foi positiva em 5 anos, sendo que 3 deles devido ao acordo em questão. Isto mostra que o setor apresenta fortes limitações competitivas, além do comportamento do câmbio real.

O volume total de transações de comércio exterior da cadeia passa de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões em 1999 para US\$ 6,1 bilhões em 2005. Pode-se afirmar, então, que a cadeia têxtil/confecções brasileira intensifica fortemente sua abertura para o mundo. As medidas protecionistas adotadas em 2006 e as dificuldades cambiais revertem este movimento, fazendo que em 2008 o volume total tenha somado US\$ 3,9 bilhões.

O comportamento do câmbio real efetivo, considerando-se os principais parceiros comerciais brasileiros em têxtil e em confecções é disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e apresentado em médias anuais no gráfico 3.2. Note-se que quando houve a desvalorização, a proteção mais efetiva foi no setor de confecções, sendo que a valorização atinge os dois setores de forma igual. O final da série mostra o setor têxtil mais exposto ao câmbio em virtude do diferencial que se formou em 2002. Considerando que os anos de 2001 e 2002 são anos de relativa estabilidade na balança comercial da cadeia, pode-se inferir que uma taxa de equilíbrio deveria estar nos patamares deste ano. O que se observa no final da série,

então é que há uma valorização cambial de aproximadamente 23,3% em produtos têxteis e de 18,7% em confecções.

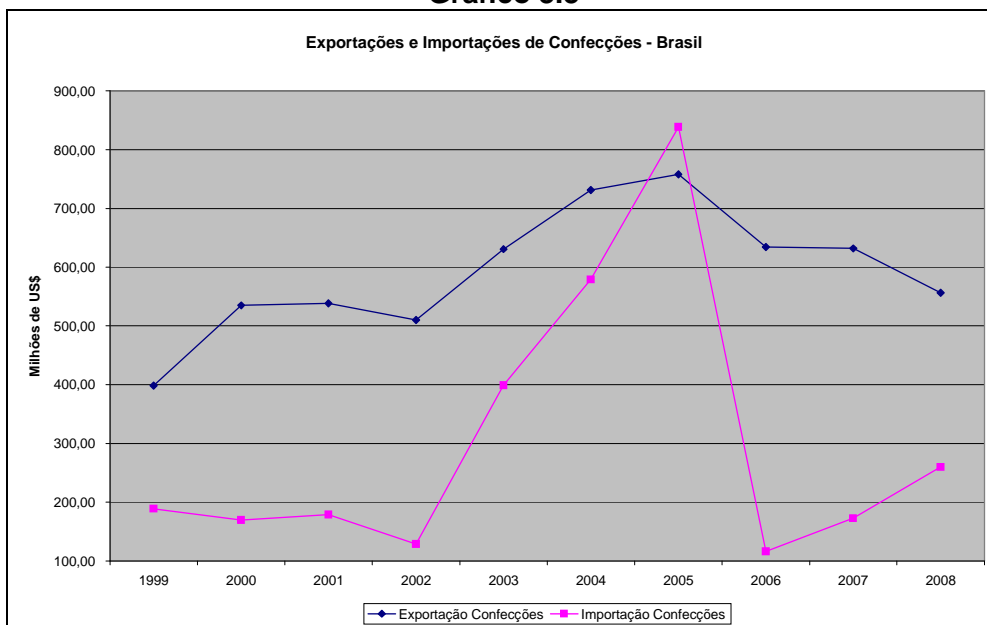


Quando a análise foca apenas o setor de confecções, que está representado no gráfico 3.3, destaca-se, a princípio, que o comportamento geral parece ser o mesmo. Considerando que as exportações de confecções representam, em média, 35,38%, é natural que as oscilações sejam basicamente no mesmo sentido. A divergência ocorre no final da série, quando as exportações de confecções reverterem a tendência de crescimento, ao contrário do que ocorre com as exportações totais da cadeia têxtil. Isto mostra que muito provavelmente as exportações de confecções são bem mais sensíveis ao câmbio do que as exportações de tecidos e fios. Pode ser também que a ampliação de vendas tenha ocorrido atendendo mercados com menor poder aquisitivo, onde a indústria de confecções possui forte diferencial de salário em relação ao Brasil.

Assim como nas exportações de confecções, o comportamento das importações de confecções segue a mesma trajetória das importações da cadeia. O destaque está no comportamento do saldo comercial. Ao contrário do agregado da cadeia, o setor de confecções apresenta saldos positivos em toda a série, à exceção de 2005, quando há um déficit na ordem de US\$ 80 milhões. A forte queda em 2006 deve-se, novamente às restrições impostas às exportações chinesas para Brasil. Isto mostra que a deficiência competitiva é maior no setor têxtil, onde estão as maiores empresas. Mostra também uma estratégia do governo que somente tomou atitudes de proteção à cadeia quando houve sinais evidentes que o setor de confecções, o que

mais emprega pessoas, não teria chances de competir com a produção chinesa em um ambiente de forte valorização do Real.

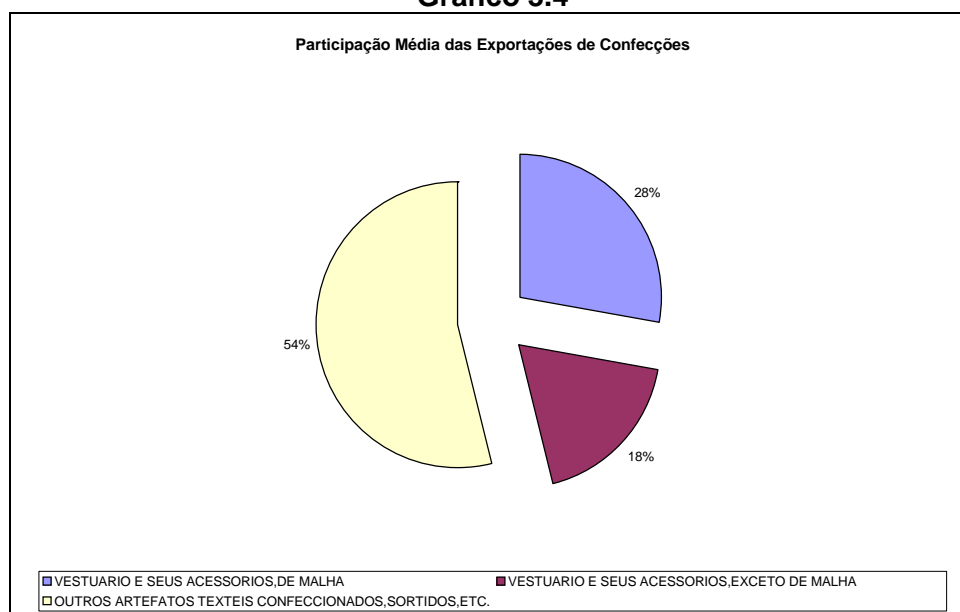
Gráfico 3.3



Fonte: MDIC, Sistema Alice.

O gráfico 3.4 mostra a composição média das exportações de confeções tomando-se o período de 1999 a 2008. O principal grupo da pauta de exportações é o de “outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.” com 54% de participação. Neste ponto estão produtos que não são típicos de confeções de pequeno porte, pois entram as roupas de cama, mesa e banho, etc.

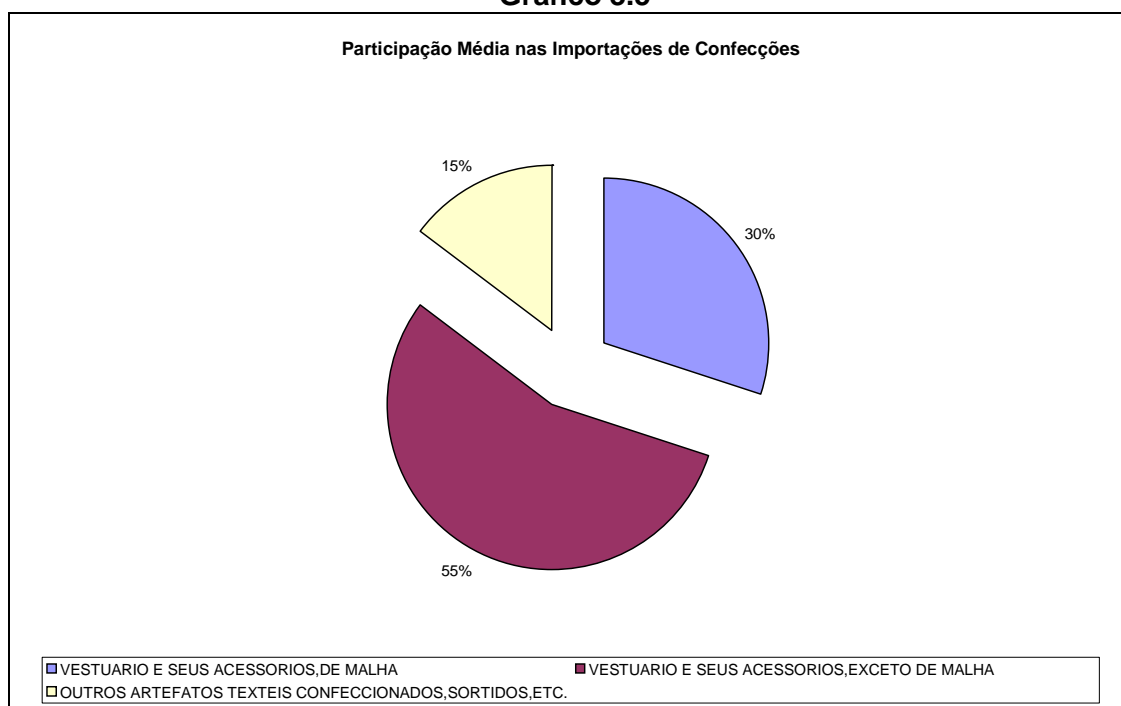
Gráfico 3.4



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC, Sistema Alice.

A composição das importações de confecções (gráfico 3.5) apresenta comportamento totalmente distinto das exportações. Os vestuários de malha e exceto os de malha respondem, em conjunto, por 85% das importações. A comparação dos gráficos 3.4 e 3.5 permite, então, afirmar que as deficiências competitivas brasileiras estão nestes dois tipos de produtos, ou seja, naquelas atividades onde estão concentradas o maior número de micro e pequenas empresas e que emprega o maior volume de trabalhadores.

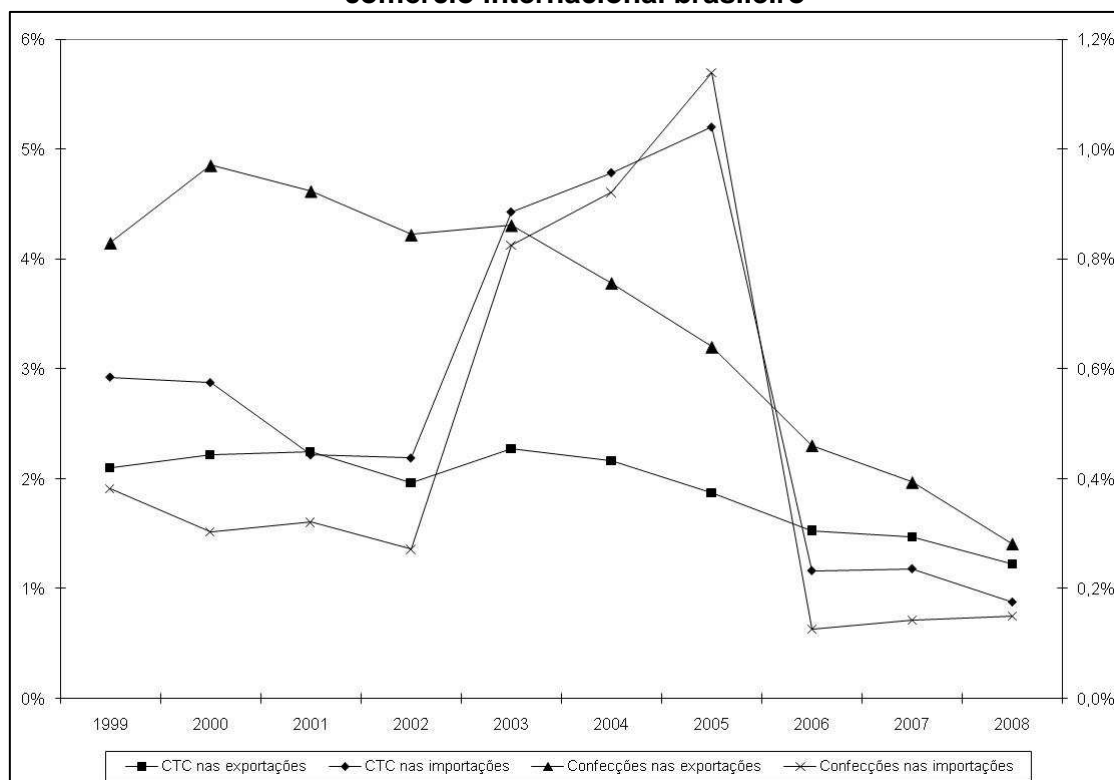
Gráfico 3.5



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC, Sistema Alice.

O gráfico 3.6 mostra o comportamento da participação da cadeia têxtil/confecções e apenas do setor de confecções dentro das exportações totais do Brasil. No eixo da esquerda está a participação da cadeia, enquanto no da direita encontra-se a participação do setor. A participação da cadeia nas exportações é praticamente estável até 2003, quando inicia tendência de queda, perdendo, ao final, quase a metade de sua participação original. A participação das importações apresenta queda até 2002, forte alta até 2005, quando ocorre a intervenção diplomática. O patamar muito inferior das importações, a partir de 2006, de praticamente um terço do que ocorria em 1999 deve-se, também, à forte expansão nas importações brasileiras de outros tipos de bens. Em outros termos, limitações de importações e expansão da importação de outros bens diminuem sensivelmente a importância da importação da cadeia têxtil/confecções no total brasileiro.

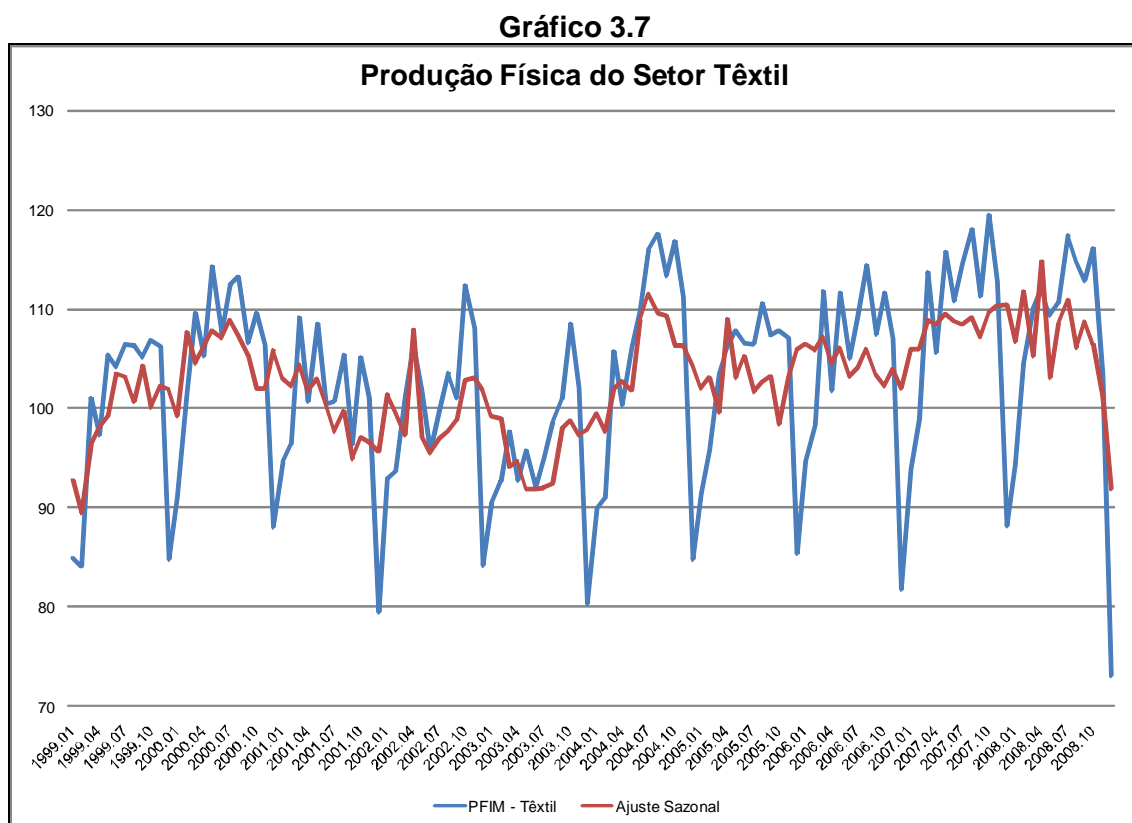
Gráfico 3.6
Comportamento da participação da cadeia têxtil/confeccões na pauta de comércio internacional brasileiro



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC, Sistema Alice.

A participação das exportações de confeccões no total exportado pelo Brasil mostra uma tendência de queda muito preocupante. Com exceção do ano 2000, que apresenta alta razoável, e de 2003, com pequena alta, todos os demais anos do período mostraram queda, fazendo com que a participação do setor no total das exportações brasileiras caísse de 0,82% para 0,28%. Desta forma, mesmo tendo havido aumento do valor exportado, este foi muito menor do que o aumento do total exportado pelo país, o que mostra que este foi um setor que sofreu fortemente com o comportamento da taxa real de câmbio e com a trajetória das negociações comerciais brasileiras.

Tendo em vista o pequeno grau de abertura da economia brasileira, a dinâmica produtiva da cadeia têxtil/confeccões também deve ser analisada a partir de dados internos. Uma importante fonte de consulta é a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “Pesquisa Industrial Mensal”, cujos dados da produção física (logo, revelando o desempenho real) da cadeia estão apresentados para o período de 1999 a 2008 no gráfico 3.7. O primeiro destaque relevante é que a produção segue forte padrão sazonal, com crescimento da produção entre os meses de setembro a novembro e vales bem delineados em dezembro. Tendo em vista este comportamento, também é apresentada a série com ajuste sazonal utilizando o método “Census-X12”.



Fonte: IBGE (PIM – PF).

Visualmente não há evidências da existência de tendência de crescimento, o que é confirmado por testes de estacionariedade ADF¹⁹. Estes testes indicaram ainda que a série não é estacionária. A implicação econômica desta análise econométrica é que, tendo em vista o destino da produção da cadeia, o esperado seria que fosse apresentada tendência de crescimento. Isto porque o crescimento populacional aliado ao crescimento de renda se traduz em crescimento do mercado. Se a produção não segue esta tendência implica que a indústria nacional está perdendo espaço para a produção importada.

O fato da série não ser estacionária também revela que existem fatores que estão fazendo o desempenho da cadeia oscilar demais. A análise da série com ajuste sazonal mostra a existência de dois longos ciclos, um iniciando em 1999 e terminando em meados de 2003 e outro começando neste ano e se encerrando ao final de 2008. Além do comportamento do câmbio já comentado na análise do comércio exterior, nota-se que outras duas variáveis macroeconômicas são muito importantes. São elas a taxa real de juros e o crescimento do PIB. Os momentos de forte elevação dos juros,

¹⁹ O teste informou estatística $t = -2,22$ para a estacionariedade da série sem ajuste sazonal, contra valor crítico de $-3,45$. O teste de tendência indicou estatística $t = 0,97$. A série com ajuste sazonal apresentou os seguintes resultados: teste para estacionariedade $t = -2,73$ e teste de tendência $t = 0,15$.

aliados com a retração do consumo, marcam as reversões dos ciclos. O longo ciclo de 2003-2008 tem crescimento abortado duas vezes, pela elevação dos juros de 2004 e de 2008, mas o impacto negativo não reverte o ciclo porque o PIB manteve tendência de crescimento. Ao final de 2008, já com a crise internacional afetando o mercado interno, a conjunção juros elevados e demanda em queda finaliza o ciclo.

Os dados da PNAD 2006 permitem elaborar algumas estatísticas sobre os trabalhadores da cadeia têxtil/confecções brasileira. Para o cômputo das estatísticas foram considerados apenas aqueles indivíduos que declararam ter trabalhado na semana de referência nos setores têxtil, confecção e comercialização de confecções. A tabela 3.1 apresenta um resumo destas informações. No primeiro bloco identifica-se a posição do indivíduo. Verifica-se que o trabalho formal (entendido como aquele com carteira assinada) é maior no setor de comercialização, notadamente é o que apresenta o maior percentual de emprego sem carteira. Os setores têxtil e de confecções apresentam uma maior participação no trabalho por conta própria, que não necessariamente é de qualidade²⁰.

Tabela 3.1
Características da ocupação na cadeia têxtil/confecções – Brasil – 2006

Característica	Têxtil	Confecções	Comercialização
Empregado com carteira	41,0%	34,6%	57,6%
Empregado sem carteira	9,5%	19,0%	21,5%
Trabalhador conta própria	49,6%	46,4%	20,9%
Salário Médio	R\$ 414,50	R\$ 450,09	R\$ 605,32
Anos médios de estudo	7,3	7,4	9,6
Participação de pessoas com menos de 1 ano de instrução	6,4%	4,0%	1,5%
Percentual de trabalho doméstico - própria casa	48,2%	40,8%	7,1%
Percentual de trabalho doméstico - casa do empregador	0,4%	1,1%	1,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2006.

A renda média por setor mostra sensível diferença entre os setores têxtil e de confecções com o setor de comercialização. O rendimento médio de comercialização é 34,5% superior ao de confecções e 46,0% superior ao têxtil. Muito provavelmente tal distinção deva-se ao formato de contratação e à exigência de escolaridade da comercialização. Em geral, lojas de vestuário adotam o critério de manter um salário fixo acrescido de comissões (ou prêmios de vendas), o que permite ao trabalhador

²⁰ Em outros capítulos deste relatório é tratada a questão do trabalho disfarçado, que consiste em um tipo de contratação que parece ser de conta própria, mas efetivamente é um trabalho sem carteira. O formato do questionário da PNAD não permite a estimação do trabalho disfarçado.

ampliar seus rendimentos. No setor de confecções, quando a remuneração está atrelada à produção, comumente está ligada ao esquema de facção, onde os preços são muito baixos devido à não exigência de uma maior capacitação dos trabalhadores e à fácil entrada no setor.

A diferença de exigência de qualificação aparece na média de anos de estudo e no percentual de pessoas com menos de 1 ano de instrução. A comercialização ocupa pessoas com 2 anos a mais, em média, que os setores têxtil e de confecções. Quando o quesito é a participação de pessoas sem instrução, comercialização tem 2,5 pontos percentuais a menos do que confecções e 4,0 p.p. a menos que têxteis.

O trabalho doméstico é muito presente nos setores têxtil e de confecções e, tendo em vista os percentuais envolvidos, está fortemente ligado aos trabalhadores por conta própria. Já na comercialização, o trabalho doméstico é bem menos relevante e não está ligado ao trabalho por conta própria, muito provavelmente porque neste setor o trabalhador por conta própria visita clientes no esquema “sacoleira”. O trabalho no domicílio do empregador é maior em confecções e na comercialização.

3.4 Conclusões

Em resumo, as estatísticas do comércio exterior brasileiro, analisadas em conjunto, mostram que a deficiência competitiva é maior no setor têxtil do que no setor de confecções. O setor de confecções tem no comportamento do câmbio um dos fatores-chave para sua competitividade, principalmente no tocante à importação de peças de vestuário. A fabricação de peças de vestuário é a que apresenta a menor força competitiva dentro dos produtos do setor de confecções. A China é o principal concorrente das empresas nacionais, tendo condições de irrigar o mercado brasileiro com mercadorias baratas com todos os tipos de produtos têxteis.

Um fato não tratado anteriormente, mas que é possível de ser retirado dos dados do comércio exterior brasileiro, é o de que a abertura comercial e o longo período de valorização cambial apresentam um processo contraditório para as empresas de confecções. Ao mesmo tempo em que as mesmas sofrem maior competição das importações asiáticas, que reduz as margens de comercialização, podem suprir-se de tecidos importados mais baratos, onde a indústria nacional é menos competitiva (tecidos de matérias-primas artificiais e sintéticas), o que amplia sua margem. Este processo contraditório certamente atinge as regiões produtoras de confecções de forma diferenciada e leva à mudança do perfil dos bens nacionais,

tradicionalmente baseados em peças à base de algodão. Aquelas regiões (e empresas) que tiverem um parque fabril e vocação para fabricar peças que possam utilizar tecidos artificiais e sintéticos terão maior facilidade para enfrentar a concorrência internacional.

Os dados da ocupação revelaram alta informalidade no trabalho, baixos rendimentos e escolaridade ascendente. A escolaridade pode ser considerada em alta porque a idade média de anos de estudo esteve próxima a 8 anos, mesmo existindo um relevante percentual de trabalhadores com menos de 1 ano de escolaridade. Em outras palavras, muito provavelmente está havendo um processo de substituição de trabalhadores sem ensino por trabalhadores com o segundo grau completo. Os setores têxtil e de confecções apresentam menores exigências de qualificação, maior informalidade e menor ganho do trabalhador. O trabalho doméstico é muito relevante nos setores têxtil e de confecções, muito provavelmente ligado ao trabalho por conta própria, o que leva à formulação da hipótese de que seja alto o índice de emprego disfarçado no setor.

4. Terceirização, emprego disfarçado e condições de trabalho²¹

Luis Henrique Romani de Campos
Isabel Raposo
Kallyne Andréia Rodrigues Moura

4.1 Introdução

O aumento da densidade econômica de uma dada região provoca um inexorável processo de especialização produtiva. Tal fato já era observado pelos primeiros economistas, haja vista a abertura de Smith (1985) em sua “investigação sobre a riqueza das nações”, que trata da divisão do trabalho, tanto dentro da manufatura quanto dentro da sociedade. Para os economistas clássicos (e também para os que fazem sua crítica) a divisão do trabalho e a análise do processo de trabalho engendrado por esta divisão constituem a base para entender o funcionamento da economia e, conseqüentemente, da divisão social do produto.

Ocorre que a forma de divisão do trabalho, que leva ao processo de especialização produtiva, apresenta-se de diversas maneiras, dependendo do momento histórico, da região em estudo e até do setor da economia que prevalece na região. O presente texto tem como objetivo resgatar a discussão acerca de formas “ideais” de especialização, bem como mostrar que muitas vezes estas formas “ideais”, que são datadas²², coexistem. Este fato é ainda mais marcante se o setor econômico em análise for o de confecções.

Especificando melhor o objeto do estudo, o capítulo versa sobre a mudança do regime fordista de produção para a especialização flexível²³. O primeiro fundamentado principalmente na verticalização da produção, na forte divisão e controle do trabalho dentro da fábrica e o segundo baseado na criação de redes de empresas especializadas, mas com a presença do trabalho multifuncional dentro das mesmas²⁴.

Ao discutir a especialização flexível um termo chave emerge: a terceirização (e até a quarteirização). Neste capítulo entende-se a terceirização como o fato de uma empresa deixar de fazer uma determinada atividade e passar a adquirir o produto

²¹ Os autores deste capítulo agradecem as sugestões de melhorias de Darcilene Gomes.

²² Dando a impressão aos estudiosos de que cada momento histórico é uma forma que está presente.

²³ Por flexível entende-se em as empresas utilizarem formas de gestão que as permitam atender a mudanças repentinas da demanda com rapidez, ampliar a variedade de produtos. Estas formas de gestão levam à presença do trabalho multifuncional, no entender de muitos, flexível.

²⁴ O foco principal do texto trata o fordismo e a especialização produtiva sob o aspecto da análise do processo de trabalho. Contudo, o raciocínio não se altera muito se for estendido o conceito para o de regimes de acumulação.

semielaborado (ou o serviço) de outra empresa. Será demonstrado que a terceirização é marcante no processo de transformação do fordismo para a especialização flexível.

Quando ocorre a especialização flexível em um espaço geográfico bem definido e em um ambiente de cooperação e aprendizado conjunto, diz-se que aquela região configura-se em um Arranjo Produtivo Local (APL) avançado²⁵. Esta formação apresenta vantagens econômicas dinâmicas que levarão ao desenvolvimento econômico.

Assim, muitas vezes, analistas empresariais e formuladores de políticas públicas têm sido otimistas ao encontrarem um intenso processo de terceirização em uma dada região²⁶. Contudo, a terceirização pode surgir independentemente do processo de especialização flexível, ou, em outros termos, a terceirização pode ocorrer em um ambiente de subordinação, isento de aprendizado e com condições de trabalho inferiores às originais. Na verdade, neste caso, o mais correto seria afirmar que está havendo um processo de emprego disfarçado.

Para mostrar que podem coexistir diversas organizações de trabalho (fordismo, especialização flexível) e, conseqüentemente, coexistir a terceirização e o emprego disfarçado, o capítulo está estruturado da seguinte forma: i) na próxima seção é apresentado o referencial teórico que versa sobre a transformação do fordismo para a especialização flexível; ii) posteriormente é feita a análise de como a cooperação, fator central para que os pontos fortes da especialização flexível sejam sentidos pela população, pode muitas vezes estar disfarçada de subordinação; iii) após apresentar o problema da subordinação será mostrado que seu caso extremo pode ser considerado uma relação de emprego disfarçado; iv) será dado a conhecer que, apesar de excludentes em modelos teóricos, a terceirização e o emprego disfarçado coexistem; v) por fim, as notas conclusivas comentam a respeito de como uma pesquisa empírica deve abordar a questão da terceirização.

4.2 Do fordismo à especialização flexível

O modelo fordista caracteriza-se, entre outros fatores, pela produção massificada, produtos padronizados com peças idênticas intercambiáveis, verticalização das grandes empresas exercendo atividades de apoio e atividades-fim

²⁵ A literatura internacional utiliza o termo *cluster* para esta conjugação de fatores.

²⁶ Um bom exemplo é o estudo sobre o polo de confecções do agreste pernambucano realizado pela FADE/SEBRAE (2003), que ao observar um intenso processo de terceirização apontou o polo como altamente dinâmico.

na mesma planta organizacional e rígida divisão técnica e social do trabalho dentro da empresa (PIORE e SABEL, 1984). Esta forma de organizar a produção apresentou grandes ganhos de produtividade em comparação com a produção artesanal²⁷. A racionalização da produção elevou-se rapidamente intensificando fortemente o processo de expropriação do conhecimento do trabalhador. O fordismo é marcado, então, pela administração científica e pela criação de máquinas específicas que substituíam o trabalho, simplificando-o. Em outros termos, o conhecimento do artesão é transferido para engenheiros e cristalizado nas máquinas e no desenho da linha de montagem.

Pode-se afirmar que a lógica que leva à verticalização baseia-se, principalmente, em dois fatores: i) representava uma estratégia de a empresa internalizar seus custos de transação; e ii) facilitava o processo de padronização. O primeiro fator é demonstrado por Coase(1937) e corresponde à comparação que as empresas fazem entre desenvolver uma estrutura de governança interna e utilizar os mecanismos de mercado para adquirir as matérias-primas e bens necessários ao seu processo produtivo. Ao contrário do que a teoria neoclássica padrão assume, o acesso ao mercado possui custos explícitos (gastos com cotações, negociações, fretes, etc) e implícitos (possibilidade o risco moral e da seleção adversa). Além disto, as rígidas normas de padrões e ritmo de trabalho que o fordismo impõe, em comparação ao pré-fordismo, faz com que a subordinação direta seja a melhor alternativa para garantir o fluxo produtivo.

Já o segundo fator está ligado à característica central do processo fordista - a linha de montagem. Para que esta não fosse interrompida era necessário o rigoroso cumprimento das especificações técnicas. No início do fordismo isto somente era possível se houvesse uma linha direta de comando²⁸, até porque ainda não haviam sido sedimentados os padrões tais como a ISO²⁹.

A padronização implementada pelo modelo fordista, comparada à produção artesanal, trazia ganhos de escala superiores aos custos de manter os altos níveis de estoques originados na verticalização. As flutuações ocorridas na demanda eram contornadas pela existência destes estoques, pois asseguravam o suprimento dos produtos em decorrência de possíveis alterações na demanda. Desta forma, há uma relação positiva entre o nível de estoques e as instabilidades da demanda - quanto

²⁷ Ou pré-fordista.

²⁸ Os textos de administração científica estabelecem um forte paralelo entre a hierarquia empresarial e a hierarquia militar.

²⁹ O sistema ISO é, na verdade uma instituição internacional chamada International Organization for Standardization, fundada em 1947, e seu nome foi escolhido para fazer referência à palavra grega ISOS (igual). (www.iso.org)

maior a variância da demanda, maior o nível de estoques mínimos para assegurar que a demanda seja atendida³⁰.

Os ganhos de escala da produção fordista implicam em companhias cada vez maiores que se lançam em processo de internacionalização para garantirem maiores mercados consumidores, ao mesmo tempo em que os estados nacionais eram compelidos a manterem a demanda aquecida com o uso de políticas macroeconômicas expansionistas (PIORE e SABEL, 1984).

A década de 1970 foi marcada por um forte movimento de internacionalização do comércio, com a diversificação da demanda, um maior ritmo de mudanças tecnológicas nos países centrais e o esgotamento da possibilidade dos estados nacionais manterem elevadas taxas de crescimento econômico, tendo em vista seus crescentes endividamentos públicos e a intensificação do processo inflacionário. Como afirma Carleial (2001), era notável o nível de incerteza com que se defrontavam as empresas ao tomar suas decisões e, diante disso, elas passaram a buscar de forma incessante por maior agilidade, liquidez e flexibilidade. A produção em massa se tornava rígida e dispendiosa para mudanças que ocorriam no cenário mundial.

A manutenção, por décadas, de políticas expansionistas levou ao surgimento da estagflação, que consiste em inflação crescente em um contexto de baixo (ou nulo) crescimento econômico. A explicação para a estagflação que foi a melhor aceita, proposta por Friedman(1968), mostra que quando a inflação é positiva por um longo período de tempo (que é o que acontecia devido às políticas expansionistas) os agentes econômicos mudam sua forma de montar as expectativas e inicia-se uma espiral de preços-salários, mesmo que não haja elevação no crescimento econômico.

A resposta das autoridades monetárias foi, então, de reduzir a oferta de moeda, elevando a taxa internacional de juros, para conter o processo inflacionário. Este aumento elevou o custo de oportunidade das empresas, principalmente de manterem um alto nível de estoques. Ou seja, os ganhos de escala do modelo fordista de produção passam a ser menores do que os custos da manutenção dos elevados estoques usados para fazer frente a incertezas na demanda.

Em resumo, o contexto macroeconômico de elevação dos juros para conter a inflação e estados nacionais necessitando reduzir seus gastos para ajustar o endividamento provoca duas consequências para as empresas. Por um lado a demanda torna-se mais volátil e por outro o custo de manutenção de estoques se eleva. O processo de trabalho fordista tem como resposta automática a um aumento

³⁰ Isto pode ser visto em livros-texto de gerenciamento de estoques como o de Corrêa (1987).

da volatilidade o aumento no nível de estoques. Desta forma, a mudança no ambiente macroeconômico leva à exacerbação das contradições da forma fordista de produção.

Ao mesmo tempo em que estas contradições se expandem, o regime fordista gerou as possibilidades tecnológicas para o surgimento de uma nova forma de organizar a produção e, conseqüentemente, de um novo regime de acumulação. A padronização dos processos e produtos, necessária às linhas de montagens, foi conseguida no início do fordismo pela integração vertical. Contudo, quando a padronização se difunde nas diversas esferas produtivas, cria-se a possibilidade da desverticalização, pois passa a ser possível a muitas fábricas suprirem-se externamente ao invés de produzir tudo internamente³¹.

A produção flexível se caracteriza, entre outros aspectos, pela maior variação quantitativa e qualitativa dos produtos que se tornam fator-chave para as empresas se adaptarem a possíveis instabilidades do mercado (RUDUIT, 2001). Além disso, propicia uma maior agilidade nos processos de tomada de decisão, em decorrência de mudanças na demanda. Como afirma Marteleto e Silva (2004, p. 47), o novo paradigma de produção flexível, com a desverticalização da grande empresa, surge com a importância da flexibilidade da empresa de se antecipar em decorrência das mudanças ocorridas no ambiente econômico-institucional na qual está inserida.

O modelo fordista fazia uso da subcontratação apenas para a realização de tarefas auxiliares à produção. Por sua vez, a produção flexível apresenta como prática principal a descentralização de atividades ligadas diretamente ao processo produtivo, mediante a subcontratação de outras unidades produtivas. A questão observada diante destas mudanças refere-se ao que se chama de Flexibilidade Microeconômica Externa que, segundo Carleial (2001, p. 31), diz respeito às práticas que as firmas desenvolvem para externalizar os eventuais choques sofridos, de modo que se externalizam serviços e partes do processo produtivo a terceiros.

A externalização das atividades produtivas com a desverticalização das grandes empresas evidencia o novo modelo de produção baseado na flexibilidade. Contudo, a reestruturação produtiva na empresa, com a desverticalização da produção, será possível se os custos de transação não forem muito elevados. (WILLIAMSON, 1989). Para que os custos de transação sejam minimizados é preciso que o ambiente de negociação seja estabelecido cooperativamente, no qual o auxílio do capital social é primordial na construção deste ambiente (RAPOSO et al., 2008). Em outros termos, a flexibilidade para atender a maior variabilidade de quantidades e

³¹ Observa-se que as mudanças ocorridas não acarretam no fim das poderosas empresas de grande porte, porém, “[...] a crise de um modelo corporativo tradicional baseado na integração vertical e no gerenciamento funcional hierárquico [...] de rígida divisão social do trabalho dentro da empresa” (CASTELLS, 1999, p. 178).

maior possibilidade de diferenciações de produtos é facilitada pela terceirização, mas esta está limitada à cultura empresarial.

Desta forma, é possível perceber duas formas “ideais” de especialização. Uma baseada no fordismo, na qual a especialização ocorre dentro da empresa, e o empresário (ou seu preposto, o gerente) faz o papel do mercado em coordenar a produção. Outra baseada na especialização flexível, onde parte do processo produtivo é transmitida a outras empresas, e a especialização passa a ocorrer entre as empresas, sendo que a coordenação pode ser realizada por fatores externos ao mercado, como a cooperação.

4.3 Subcontratação e cooperação

A terceirização ou subcontratação é entendida como um recurso utilizado pelas empresas na qual uma unidade empresarial contrata uma (ou mais de uma) outra unidade para realizar atividades-meio ou atividade-fim da empresa contratante, interna ou externamente aos limites espaciais da mesma (RUDUIT, 2001). O fato de contratar o serviço de terceiros para realizar partes do processo produtivo remonta ao início do sistema capitalista de produção. Ocorre que a forma na qual esta subcontratação se apresenta evolui com o desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto que nas fases pré-fordista e fordista a subcontratação baseava-se em relações de mercado onde o porte empresarial pode levar ao desenvolvimento de relações desequilibradas, a fase da especialização flexível, teoricamente, é marcada por relações de subcontratação onde a cooperação provoca ganhos às duas partes (PIORE e SABEL, 1984)³².

Ruduit (2001) faz uma distinção entre os termos subcontratação e terceirização. Para ele a subcontratação é algo mais amplo que a terceirização, pois engloba tanto atividade-meio como atividade-fim, enquanto a terceirização diz respeito apenas à atividade-fim da empresa contratante. Entretanto, tendo em vista os objetivos deste capítulo, os termos podem ser tratados como equivalentes.

Pode ocorrer também a quarteirização, que consiste na terceirização da terceirização, ou seja, a empresa terceirizada repassa para outra empresa atividades que lhe foram destinadas pela empresa-mãe. Um exemplo seria o setor de refino de

³² Piore e Sabel (1984) apresentam uma visão muito otimista da terceirização, que é dividida com muitos autores da administração de empresas, que chegam a cunhar o termo “ganha-ganha” para a cooperação em ambiente de terceirização.

petróleo. Um estudo mostra a impossibilidade das pequenas e médias empresas serem fornecedoras diretas de refinarias. *“No esquema de subcontratação, as pequenas seriam as fornecedoras de outras grandes empresas que seriam, por sua vez, fornecedoras da refinaria”* (BARROS et al, 2006, p. 18).

A relação de subcontratação presente no pré-fordismo e no fordismo é caracterizada por uma relação de subordinação interfirmas e essa subordinação pode apresentar diversos graus. O grau de subordinação está diretamente ligado ao tipo de relação estabelecida entre as empresas como, por exemplo, o grau de dependência que a empresa subcontratada mantém com a contratante (RUDUIT, 2002). Nesta relação, muitas vezes, os direitos trabalhistas são negligenciados, uma vez que a redução de custos se apresenta como o principal objetivo desta forma de contratação. Não há estímulo para o desenvolvimento conjunto de novos processos ou tecnologias, e a falta de dinamismo no setor limitaria o desenvolvimento da indústria.

A subcontratação presente na especialização flexível é vista de modo diferente da anterior. Neste caso, as relações ocorrem de forma simétrica, ou, pelo menos, sem que haja a dominância de uma das partes, ou seja, há um sentido de complementaridade e cooperação interfirmas, das quais ambas as empresas podem estabelecer vínculos de longo prazo que diminuem as incertezas e possíveis choques externos. (PIORE e SABEL, 1984).

Para que a subcontratação seja feita de modo que resulte em formas compatíveis com a especialização flexível, a presença da cooperação se torna fundamental. A cooperação entre as empresas pode ocorrer quando há um envolvimento recíproco, de longo prazo, em busca de melhorias nos processos. Essa é uma cooperação positiva, que implica em aprendizagem para as empresas envolvidas, bem como a divisão dos ganhos adicionais advindos da intensificação da especialização.

A cooperação positiva segundo Feitosa (2002, p. 2) *“Compreende as relações ou os vínculos de complementação, auxílio e subsidiariedade entre empresas [...], geograficamente próximos ou distintos, desde que possuam uma convergência real de interesses, ou interesses diferentes que se transmitam de uma para outra”*.

Para que a cooperação se propague, no intuito de trazer benefícios para seus cooperados, é preciso que o ambiente estabelecido seja de confiança entre as partes e que haja objetivos em comum para que não resulte em assimetria no compartilhamento dos ganhos obtidos da cooperação.

A cooperação entre as empresas permite que os obstáculos decorrentes da maior competitividade sejam superados à medida que estas unidades empresariais compartilham fatores produtivos e informações em busca de ganhos para ambas as

partes. É neste enfoque que o surgimento do capital social é fundamental para o desenvolvimento da cooperação interempresarial³³. Numa visão mais sociológica Bourdieu afirma:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1980, p. 67, apud COSTA, 2005, p. 5).

Bourdieu questionou em seus escritos a demasiada importância dada pelos economistas clássicos ao capital econômico convertido em dinheiro. Ele incluiu no campo de análise as visões sobre capital social e cultural e sua importância ao gerar efeito multiplicador sobre as outras formas de capital. (HIGGINS, 2005, p.29).

Já Fukuyama (citado por Higgins, 2005, p.43) define capital social como *“normas e valores compartilhados que geram confiança e estimulam a cooperação e a eficiência”*. Para este autor o capital social tem origem na experimentação contínua, no relacionamento empresarial repetido. Seu raciocínio baseia-se no dilema dos prisioneiros. Este jogo, se realizado apenas uma vez gera o comportamento oportunista, mas se repetido infinitas vezes dá origem à cooperação, tendo em vista que a melhor estratégia é pagar na mesma moeda. (Higgins, 2005)³⁴. Desta forma, a função econômica do capital social consiste na redução dos custos de transação, provindos da coordenação formal, como os contratos, regras burocráticas, hierarquias etc. A confiabilidade é um dos determinantes para a cooperação positiva, pois diz respeito à certeza entre os agentes econômicos de que as obrigações assumidas serão cumpridas e terão algum grau de retribuição.

A confiança nas relações interfirmas é primordial para a construção de um ambiente profícuo para a cooperação, pois devido à racionalidade limitada que reconhece a incerteza e a impossibilidade de perfeita informação por parte dos agentes econômicos, o oportunismo pode se manifestar. A construção de um ambiente baseado na confiança, na qual poderiam ser estabelecidos contratos de longo-prazo pode amenizar o problema do oportunismo³⁵.

³³ Segundo Uderman (2006, 18): *“estudos que incorporam a idéia de produção flexível nos moldes pós-fordistas destacam a importância de redes de colaboração, ressaltando que o processo de acumulação é fundamentalmente uma atividade social”*.

³⁴ AXELROD (1997) dedica-se exclusivamente a mostrar este resultado.

³⁵ Para uma visão completa dos conceitos da Teoria dos Custos de Transação vide WILLIANSON (1989).

Após um longo processo de aprendizagem entre as empresas, a confiança se estabelece e se amplia de modo que é possível se afirmar que confiança não é condição *sine qua non* para a ocorrência deste processo, mas sim pressuposto básico para sua realização. Um fator importante seria o fato de que a cooperação induz à geração de mais cooperação à medida que tais acordos são realizados e cumpridos de modo que satisfaça os agentes envolvidos.

A subcontratação de empresas realiza-se de diversos modos, destacando-se a formação de redes de subcontratação por ser uma estratégia para as pequenas, médias e grandes empresas obterem ganhos de produtividade, reduzirem seus custos e conseguirem uma maior interação e aprendizado, ou seja, esta seria uma estratégia de aumento da competitividade.

As redes de empresas podem ser classificadas da seguinte forma³⁶:

- **Redes Verticais:** a estrutura é basicamente hierárquica. São semelhantes às que se estabelecem entre matriz e filial, na qual as filiais possuem pouca autonomia política (Balestrin e Vargas, 2004, p. 208). Casarotto & Pires (1999, p. 34) definem como topdown este tipo de rede que se constitui por uma empresa-mãe ou líder e outras fornecedoras ou subfornecedoras que seguem as estratégias da empresa líder. As fornecedoras apresentam pouca ou nenhuma flexibilidade, e não possuem influência nos destinos da rede.
- **Redes Horizontais:** são formadas por empresas que asseguram sua independência, mas que fazem a opção de coordenar as atividades específicas de forma conjunta. Seus membros adotam a formalização flexível para adaptar melhor a natureza de suas relações que são baseadas na cooperação (Balestrin e Vargas, 2004, p. 6). Casarotto & Pires (1999, p. 35) classifica este tipo de rede como flexível, que é composta de empresas que se unem por um consórcio com objetivos amplos ou específicos. É caracterizada por apresentar maior flexibilidade de atendimento a pedidos diferenciados, o que resulta em maior agregação de valor.

Balestrin e Vargas (2004) estabelecem fatores que induziriam as empresas a constituir redes, como: poder de barganha frente aos fornecedores; custos de

³⁶ Amato Neto (2000) citado por Spinosa e Souza (2004, p. 4) define que as redes verticais são formadas por empresas de uma cadeia produtiva nas quais umas são fornecedoras de outras formando uma cadeia de insumos e produtos, enquanto as redes horizontais caracterizam-se por ofertar produtos similares, na qual as empresas se unem para fortalecerem-se no mercado.

reciclagem e treinamento dos trabalhadores; custos de participação em feiras; atualização tecnológica; acesso a linhas de crédito e financiamento; custos com aluguel etc.

Porém, para que esses objetivos sejam alcançados pela rede e, conseqüentemente pelas empresas, é preciso que haja um ambiente de cooperação, para que essa interação resulte em formas positivas e sustentáveis de subcontratação e, principalmente, que os ganhos obtidos pela empresa contratante sejam repartidos com as subcontratadas proporcionando uma difusão de conhecimento, inovação nos processos e produtos, redução dos custos de transação, mão-de-obra qualificada e com boas condições de trabalho.

Em resumo, da argumentação precedente pode-se concluir que para que haja um bom funcionamento das redes a necessidade da cooperação, respaldada na contribuição do capital social para a realização de tais objetivos, é fator fundamental para alcançar um melhor nível de competitividade. Desta forma, regiões com alto capital social tendem a ter redes melhor estruturadas e, conseqüentemente, mais eficientes e competitivas.

4.4 O emprego disfarçado e a subordinação

A relação de emprego disfarçada é considerada como uma prática no mercado de trabalho que tem por finalidade burlar as normas relativas ao trabalho previstas na CLT. Na relação de emprego disfarçada podem ser observadas todas as características de uma relação de emprego como:

- Pessoaalidade³⁷: caracteriza-se pelo fato do empregador não poder se fazer substituir por um terceiro. A relação é pessoal.
- Não eventualidade: toda pessoa física que presta serviço de forma não eventual, ou seja, é observada a ocorrência da habitualidade.
- Onerosidade: é preciso existir um pagamento em contrapartida aos serviços prestados na relação de emprego. Se for gratuito não é caracterizado o vínculo. O que caracteriza a onerosidade é o pacto de pagamento.

³⁷ Art. 2º do decreto-lei nº 5.452 da CLT - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

- Subordinação: significa que o empregado está hierarquicamente subordinado ao patrão, sendo que este é quem assume os riscos do negócio e não o empregado.

A relação de emprego disfarçada contém todos esses preceitos, porém não oferece nenhum tipo de formalização, ou seja, não está coberta pela legislação trabalhista vigente³⁸. A finalidade que tem uma relação de emprego disfarçada é o de reduzir os encargos trabalhistas, barateando os custos de manter um trabalhador formalizado (KREIN, 2007).

Segundo este mesmo autor, algumas formas de gestão da mão-de-obra podem ser evidenciadas com o intuito de burlar a legislação trabalhista tais como, a contratação como pessoa jurídica, as cooperativas de mão-de-obra, o trabalho estágio, o trabalho autônomo, o trabalho em domicílio, e o teletrabalho.

Segundo Krein (2007, p. 159) as principais formas de burlar a legislação trabalhista estão presentes nos seguintes tipos de contratação:

Contrato como Pessoa Jurídica: é caracterizado por um contrato comercial no qual os contratados estão descobertos de todo o sistema de direitos e de proteção social vinculado ao assalariamento. Este tipo de contratação possibilita ao empregador reduzir seus custos em até 60% quando se consideram as contribuições sociais e os direitos trabalhistas (incluindo o salário direto e o deferido). Além do que, um contrato PJ reduz as contribuições previdenciárias de 27% (com carteira assinada) para cerca de 12% a 15%. E ainda permite que o empresário reduza sua carga de impostos com lucro presumido, Pis/Cofins cumulativo e isenção de IR na distribuição de lucros.

As Cooperativas de mão-de-obra: existe uma distinção entre as cooperativas de trabalho e as de mão-de-obra. As cooperativas de mão-de-obra se caracterizam por não produzir bens e serviços próprios, apenas realizam suas atividades nas instalações da empresa contratante. Enquanto, que as cooperativas de trabalho dispõem de capital e produzem bens e serviços sem depender de um tomador específico – são as chamadas cooperativas de produção. A relação disfarçada de trabalho existente nesta categoria é evidenciada pela razão de que estas cooperativas não mantêm relação empregatícia com os seus cooperados; são cooperativas fraudulentas e, portanto, estão livres dos encargos sociais previstos em uma relação

³⁸ Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

de emprego formal³⁹. Essas cooperativas ainda recebem incentivos do governo que se tornam atrativos para sua criação e conseqüente proliferação.

Trabalho autônomo: esta é uma forma de contratação que permite aos empregadores reduzir seus custos e que geralmente se estabelece numa relação triangular; ainda possibilita que sejam feitos rápidos reajustes em decorrência das transformações econômicas e instabilidades na demanda. A relação de emprego disfarçada ocorre quando o trabalhador autônomo está vinculado a apenas um empregador, tornando-se trabalhador por conta alheia. Observa-se, cada vez mais, que esses tipos de trabalhadores estão se transformando em pessoa jurídica, ora para legalizar a prestação de serviço, o que incorre em menores custos e riscos, ora pela exigência do cliente da nota fiscal.

Trabalho em domicílio: este tipo de trabalho pode ser feito através de um contrato de trabalho, na qual há uma relação de subordinação, ou através da prestação de serviço, onde o trabalhador possui autonomia para estabelecer horário, preço e venda do serviço. É importante salientar que a legislação brasileira não prevê a contratação em domicílio, além de permitir que o empregador seja acionado na justiça para o pagamento das horas extras e reembolso do aluguel pela utilização da infraestrutura.

Exemplos muitos frequentes são observados no setor de confecções, com o presente contingente de mão-de-obra feminina realizando o faccionismo. O faccionismo constitui-se da utilização de trabalhadores domiciliares, trabalhadores de pequenas unidades de produção ou de oficinas que realizam o acabamento das peças para empresas maiores.

O trabalho em domicílio é caracterizado por um contingente maior de mão-de-obra feminina e baixa taxa de contribuição à previdência social. Dados da PNAD de 2006 apontam que 74,6% dos trabalhadores que realizam a atividade no domicílio são representados por mulheres contra apenas 25,4% de homens. Além disto, 87,7% dos trabalhadores domiciliares não contribuem para a previdência privada.

Todas essas modalidades de contratação tentam se configurar como contrato comercial, e não de trabalho (KREIN, 2007). O problema decorrente destas modalidades de contratação é que todos os direitos trabalhistas são negligenciados, sendo uma estratégia utilizada pelos empregadores para reduzir custos.

Como foi argumentado anteriormente, a subcontratação de empresas estabelecida num ambiente de cooperação com a criação de redes pode resultar em relações modernas de subcontratação, embora não seja condição única para que

³⁹ A lei 8949/1994, estabelece que “qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo de emprego entre ela e seus associados, nem entre estes e o tomador de serviços daquela”.

ocorram. Por outro lado, em alguns padrões de relacionamento interfirmas baseado na subordinação, com uma forte assimetria de poder entre as empresas, as relações de trabalho seriam marcadas pela sua precariedade e em formas arcaicas de uso e gestão da mão-de-obra (GITAHY, 1994, *apud* RUDUIT, 2001). O que acontece em vários casos é a dependência que o contratado mantém com a empresa contratante, ou seja, a exclusividade na produção para um determinado comprador permite o aumento no grau de subordinação.

Como afirma Krein (2007):

A relação é de subordinação a uma lógica mais geral de organização da produção (bens e serviços) e de acumulação de capital, sem que a parte contratada, independentemente do tipo de vínculo (PJ, autônomo ou terceirizado, estágio etc.), tenha autonomia na determinação de suas funções, ficando numa relação de dependência direta ou implícita a um empregador, tanto pela regularidade da atividade quanto pela definição das atividades no tempo e no espaço, assim como pela forma de remuneração (KREIN, 2007, p. 161).

A estratégia adotada por uma empresa irá depender das condições setoriais e regionais de mercado, da disponibilidade e padrão da mão-de-obra, e do tipo de produto/serviço final da empresa contratante. No caso do setor de confecções do Agreste Pernambucano, a estratégia de competição baseada em redução de custos pautou fortemente a existência de emprego disfarçado, uma vez que existe um expressivo número de pequenas “empresas” domiciliares fornecendo peças de vestuário para poucos, ou apenas um contratante, numa relação de total subordinação.

A expressiva maioria dessas empresas é informal, não dispõe de capital de giro para a compra dos insumos necessários à sua produção, ficando assim dependente das empresas maiores que contratam a sua produção e fornecem seja matéria-prima, maquinário ou até mesmo o capital para realização da atividade. Essas contratantes vêm corrigir uma falha de mercado referente à restrição creditícia, porém ao custo de se criar um outro tipo de ineficiência, que é a relação assimétrica de trabalho baseada na subordinação da pequena confecção domiciliar em relação à sua contratante. Acontece que o comportamento da pequena empresa representa uma situação de equilíbrio quando ela age individualmente sem cooperação horizontal com outras unidades domiciliares. Em função de sua pequena escala de produção, a confecção domiciliar não precisa comprar grandes volumes de tecido, aviamentos e demais insumos para o fabrico de suas peças, logo não consegue negociar bons preços e prazos de pagamentos com os fornecedores desses insumos. Por outro lado, também

não consegue ter uma oferta grande o suficiente para obter uma variedade de compradores de sua produção.

É como se essas empresas estivessem impossibilitadas de sair de um “equilíbrio ruim”, onde elas não cooperam para suplantar os problemas de restrição creditícia, para um “equilíbrio bom”, onde elas cooperam, encontram soluções para obtenção de crédito, melhores preços e prazos de pagamento de seus insumos e conseguem romper com esta relação de subordinação para com as empresas maiores. Evidentemente que o equilíbrio bom domina o equilíbrio ruim no sentido de Pareto, já que todos estariam melhores na primeira situação. Note que a grande firma não necessariamente pagaria um valor mais alto pelas peças produzidas nas empresas domiciliares, já que essas poderiam se tornar mais eficientes na obtenção de melhores preços dos insumos numa situação de cooperação horizontal, além de acessar ao mercado de crédito. Rodriguez-Clare (2005) argumenta que, neste caso, a ocorrência do equilíbrio ruim decorre de dois tipos de falhas de mercado: (i) falhas de coordenação, uma vez que sem a cooperação horizontal entre as pequenas unidades domiciliares elas deixariam de realizar compras em conjunto e, portanto, de obter as vantagens nos preços e prazos de pagamento e (ii) restrição creditícia, já que por serem informais, essas confecções não conseguem acessar aos mecanismos formais de crédito.

Este ciclo é ainda mais difícil de ser rompido quando há fragilidade, falta de transparência e ingerência política nas instituições incumbidas de regular o mercado de trabalho. Além disso, o setor de confecções é mais intensivo em mão-de-obra do que em tecnologia, o que facilita a adoção de estratégias de competição baseada na redução de custos trabalhistas, tendo em vista que nesta região do Estado há uma abundância deste tipo de mão-de-obra com um reduzido grau de qualificação.

4.5. A coexistência da terceirização e do emprego disfarçado

Foram apresentados, nas seções anteriores, alguns modelos “ideais” de organização da produção: i) o pré-fordismo (ou produção artesanal); ii) o fordismo (ou produção em série); e iii) a especialização flexível. Estes modelos são chamados de “ideais” neste artigo porque se considera que os mesmos são construções teóricas oriundas da observação de diferentes momentos históricos e realidades locais.

A estes modelos estão ligados, em geral, conceitos também teóricos de terceirização (ou subcontratação). Enquanto que os modelos pré-fordista e fordista

apresentam terceirização em um ambiente assimétrico, a especialização flexível é marcada por um ambiente simétrico. Pode-se afirmar, então, que a análise da terceirização (e subcontratação) gera uma ideologia que, dependendo do momento histórico, leva os empresários e formuladores de políticas públicas à evitarem ou à desejarem.

Com o avanço da informática e da telemática, é possível que os trabalhadores altamente qualificados optem por prestar serviços a diversas empresas a partir de seu domicílio, com clara visão estratégica e independência de seus clientes. Este é um exemplo de terceirização compatível com a produção flexível. No outro extremo, o do emprego disfarçado, pode ocorrer de um trabalhador não qualificado receber em seu domicílio máquinas e matérias-primas a serem processadas em tempo escolhido pelo seu único contratante.

Ocorre que tal visão é míope e está baseada na construção teórica de que não podem subsistir duas formas de terceirização. Esta hipótese tem dois pontos falhos. O primeiro surge de ela derivar da existência de uma implicação entre modelo de produção e forma de terceirização. O segundo origina-se da hipótese de que dois modelos de produção não podem coexistir.

Se um modelo de produção implicar necessariamente em um formato específico de terceirização poderia ocorrer algo do tipo: no modelo fordista todas as redes criadas seriam verticais e a submissão dos fornecedores seria elevada a ponto de restringir a rentabilidade dos mesmos. A implicação também levaria ao fato de que no modelo da especialização flexível todas as redes seriam horizontais e a partilha dos ganhos e de decisões estratégicas levaria ao ganho comum. Contudo, se esta implicação não existir, pode ocorrer que no modelo pós-fordista observem-se redes verticais com alta submissão coexistindo com redes horizontais com partilha de ganhos. A empresa líder da rede pode relacionar-se de forma vertical no suprimento de materiais e bens com menor conteúdo tecnológico e possuir relacionamentos horizontais nos bens e materiais com maior conteúdo tecnológico.

Piore e Sabel (1984) destacaram que a prevalência de um determinado modelo produtivo não implicaria em que as demais formas deixariam de existir. Em sua explanação sobre o surgimento do fordismo demonstraram que o mesmo desponta na indústria automobilística no início do século XX e somente toma papel preponderante após a segunda grande guerra, uma vez que a necessidade de intensificação de produção bélica levou à adoção da linha de montagem em muitas fábricas.

A partir da constatação teórica de que não é possível conceber uma implicação unívoca entre modelo de produção e forma de terceirização e, muito menos, a de que dois modelos de produção não possam coexistir, fica patente destacar que a análise

empírica de distritos industriais ou APLs deve detalhar e qualificar o processo de terceirização que está sendo utilizado. No limite, a terceirização pode estar mascarando a situação de emprego disfarçado. Desta feita, questionários que forem aplicados às pretensas empresas devem averiguar a dinâmica da relação entre os parceiros e permitir ao pesquisador que classifique o entrevistado como um empregado disfarçado, como uma empresa terceirizada de forma vertical ou como uma empresa terceirizada de forma horizontal.

Detalhando melhor a proposta é preciso, ao estudar redes de empresas, elaborar perguntas que foquem o nível de dependência da empresa frente aos seus clientes, checar se as decisões estratégicas da empresa terceirizada são tomadas por ela mesma ou se são apenas réplicas das decisões do seu principal (ou, no limite, único) cliente e ver se o emprego ocorre em domicílio ou não. Apenas após a análise do conjunto destes três vetores é que se pode qualificar uma unidade produtiva.

5. O emprego formal no setor de confecções de Pernambuco: análise temporal, espacial e migratória

Luís Henrique Romani de Campos

5.1 Introdução

O presente capítulo tem por objetivo analisar o emprego formal do setor de confecções de Pernambuco a partir de 1996. Com base nesta análise pretende também contextualizar o polo de confecções do Agreste, dando ênfase à Toritama. Sabidamente, a produção de confecções no Agreste Pernambucano é muito baseada em trabalho informal (TENDLER, 2002; FADE, 2003). Contudo, o conhecimento do comportamento do emprego formal neste setor permite criar um pano de fundo para a compreensão da dinâmica do emprego como um todo, ao mesmo tempo em que pode levantar importantes questões a serem melhor investigadas. Desta forma, os objetivos específicos deste capítulo são: i) analisar a distribuição espacial da especialização produtiva em confecções em Pernambuco; ii) determinar qual é o conjunto de municípios que atualmente podem ser considerados como estatisticamente pertencentes ao polo de confecções do Agreste; iii) analisar as trajetórias do volume de emprego em confecções, bem como aspectos migratórios dos trabalhadores; iv) apresentar informações introdutórias sobre a informalidade no emprego do setor.

A principal fonte de informação é a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que se trata de um relatório anual que todas as empresas formais devem preencher e enviar ao Ministério do Trabalho. Devido ao autopreenchimento e ao fato de somente capturar o emprego formal esta fonte de dados é muitas vezes criticada. O autopreenchimento aumenta muito a probabilidade de erros, diminuindo a confiabilidade. Já, capturar apenas o emprego formal tende a viesar os resultados, uma vez que a informalidade não se distribui homoganeamente no espaço, no tempo e entre os setores (CAMPOS, 2004).

Contudo, dada a obrigatoriedade e ao avanço da microeletrônica (que permitiu a automatização de boa parte do processo de coleta de dados), a RAIS possui caráter censitário, fazendo com que eventuais erros de medida diluam-se em setores ou regiões com muitos empregados. Apesar dos cuidados necessários ao se analisar os

dados da RAIS, a mesma pode ser útil para se verificar a distribuição espacial do emprego. Como a RAIS permite a desagregação por município e setor é possível realizar o cálculo do Quociente Locacional (QL) por essas duas variáveis. Esta é a única pesquisa anual existente que permite este cálculo.

O mesmo pode ser feito com dados do Censo Populacional, mas, neste caso, a distância temporal de uma década pode esconder em demasia a dinâmica do emprego. Apesar desta limitação, o Censo também é utilizado neste capítulo. Seu uso se dá em parte para poder comparar com os dados da RAIS de 2000 e em parte para apresentar dados sobre a informalidade no emprego do setor.

Mesmo a RAIS apresentando o viés de subestimar o emprego, a análise de vários anos consecutivos permite que seja revelada parte da dinâmica econômica. Supondo que o nível de informalidade em um município permaneça constante no tempo, a variação do emprego formal pode ser adotada como uma proxy da variação do emprego total.⁴⁰ Supondo-se, adicionalmente, que a produtividade do trabalho permaneça constante, as variações no emprego total podem ser uma proxy da variação da produção.

Três fatores principais podem afetar estas suposições: i) alterações na política de fiscalização; ii) crescimento (ou decréscimo) econômico muito vigoroso; iii) aumento da produtividade do trabalho. Se houver um incremento na fiscalização provavelmente irá diminuir a informalidade, fazendo com que o crescimento observado no emprego formal seja uma proxy viesada para cima da variação real do emprego. Momentos de intenso crescimento econômico possuem o mesmo efeito, uma vez que a melhoria na situação econômica estimula a formalização do trabalho. Se houver incrementos na produtividade do trabalho haverá uma tendência contrária, ou seja, o crescimento observado no emprego formal será uma proxy viesada para baixo do emprego total.

Logo, para se analisar com maior segurança o desempenho do emprego em um setor e em uma dada localidade a partir de dados da RAIS é necessário o uso de informações complementares que permitam o conhecimento de medidas de fiscalização e informações de produtividade.

A RAIS apresenta atualmente outra vantagem que é a de permitir, a partir de seu módulo RAIS-MIGRA, analisar a migração dos trabalhadores tanto em termos geográficos quanto em termos funcionais, ou seja, atualmente é possível investigar, dentre os trabalhadores de um setor de um município em que cidade/estado/setor os

⁴⁰ Um importante fator que afeta este raciocínio é o expressivo aumento recente na formalização, que parece estar sendo mais intenso no interior. Contudo, este fato é posterior a 2005, não afetando a análise desenvolvida neste capítulo.

mesmos estavam em algum ano anterior. Este tipo de estatística permite verificar se uma região está atraindo trabalhadores de outras regiões e também se uma região está mudando seu perfil produtivo.

O presente capítulo contempla mais cinco seções além desta introdução. Na próxima seção é apresentada uma análise da dinâmica espacial do emprego formal no setor, destacando-se o processo de adensamento do Pólo de Confecções do Agreste (PCA) e a redução do pólo produtivo da RMR. Nesta seção também são detalhados quais são os municípios que compõem o núcleo do PCA a partir de critérios econômicos e estatísticos. A terceira seção apresenta uma caracterização do emprego formal, destacando valores absolutos do emprego, que permitem detalhar diferenças substanciais entre o pólo da RMR e o PCA. Na quarta são explorados os dados da RAIS-MIGRA, onde se detalha a origem dos trabalhadores, tanto em termos geográficos, quanto em termos funcionais. Na quinta apresentam-se alguns dados do Censo de 2000 que permitem tecer impressões iniciais e levantar hipóteses sobre a informalidade do emprego no setor. A última seção apresenta as conclusões deste capítulo, bem como levanta os pontos que devem ser observados no emprego como um todo em pesquisas de campo que envolvam o PCA.

5.2. A distribuição espacial do emprego no setor de confecções em Pernambuco

Um importante indicador espacial do emprego é o quociente locacional, dado pela equação (1) abaixo. Nele, relaciona-se o percentual do emprego de um setor no emprego total do município com este mesmo percentual, considerando-se a região como um todo (CAMPOS, 2004). Para efeitos deste capítulo, a totalidade é o estado de Pernambuco e o setor é o de confecções de artigos de vestuário e acessórios.

$$QL_{ij} = \frac{\frac{e_{ij}}{\sum_{i=1}^n e_{ij}}}{\frac{\sum_{j=1}^k e_{ij}}{\sum_{j=1}^k \sum_{i=1}^n e_{ij}}} \quad (5.1)$$

onde o índice i indica o setor em questão e o índice j indica o município.

Campos (2004) demonstra que quando $QL_{ij} > 1$ entende-se que aquele setor tem maior importância naquele município do que a média do estado, o que permite supor que aquele é um município que tende a vender os produtos deste setor para os demais. Quando se utiliza uma grande desagregação espacial (dados municipais) e

setorial (subdivisões industriais) muitas vezes o valor do QL da maioria dos municípios é nulo, tendo em vista que nem todos os setores têm emprego formal em todos os municípios.

Quando os dados foram tabulados notou-se que em 1998 e 2000 o município de Santa Cruz mostrou emprego no setor, mas não nos demais anos. Como pode ter havido erro de tabulação, tendo em vista que uma das cidades que notoriamente possui o setor de confecções é Santa Cruz do Capibaribe, buscou-se verificar no Censo de 2000 se havia emprego de confecções em Santa Cruz. Como o Censo de 2000 não acusou nenhum morador trabalhando nesta divisão, optou-se por reclassificar estes trabalhadores para Santa Cruz do Capibaribe.

Uma forma mais fácil de analisar os resultados do QL é observar o mapa. Os mapas de 5.1 a 5.4 apresentam as distribuições dos QLS de 1996, 1999, 2002 e 2005. O mapa 5.6 apresenta o QL a partir de dados do Censo de 2000. Os municípios em azul são os que possuem QL abaixo da média estadual que por sua vez é inferior a 1, ou seja, são municípios onde não há o emprego de confecções ou o mesmo tem importância muito pequena para a economia municipal.

Em laranja escuro estão os municípios que estão acima dos dois desvios padrões, ou seja, aqueles onde há forte concentração de trabalhadores formais do setor de confecções. Em 1996 foram 5 municípios que se encontravam nesta situação. São eles: Paulista, Agrestina, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Ao todo, apenas 10 municípios apresentaram QL superior a 1. A principal característica é que havia grande desconcentração espacial destes municípios.

Em 1999 já se observa importante concentração espacial nos municípios com alto QL. Neste ano foram 6: Caruaru, Itambé, Paulista, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama. Ao todo 14 municípios apresentaram QL acima de 1.

A configuração da concentração do emprego total (formal e informal) apresentada em 2000, a partir de dados do Censo, revela o Agreste como a região espacialmente especializada em confecções. Os 6 municípios com elevado QL foram: Riacho das Almas, Vertentes, Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Esta lista com alguns municípios diferentes do mapa com dados da RAIS em 1999 deve-se a uma importante característica do polo – a pendularidade do trabalho. O Censo captura onde a pessoa reside e a RAIS onde ela trabalha; logo, os deslocamentos diários entre cidades para trabalhar gera estas distorções.

Em 2000, 21 municípios apresentaram QL acima de 1, conforme dados do Censo. Uma importante distorção entre os dados da RAIS e os do Censo é o município de Paulista que apresentou QL de 0,637 pelo Censo e de 13,547 pela RAIS.

Esta divergência ocorre devido à diferença de informalidade deste município frente aos municípios do Agreste. Como Paulista tem maior nível de formalização em confecções e maior informalidade em outros setores, a importância relativa de confecções é menor nos dados do Censo do que nos dados da RAIS⁴¹.

Em 2002 mantém-se o padrão de concentração geográfica, mas com um número menor de municípios com elevado QL – 4 ao todo: Paulista, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama. Cumpre destacar que o ponto de corte de 8,52 foi o mais elevado dos anos selecionados, e que Caruaru obtém neste ano QL de 8,48, podendo ser acrescentado a esta lista, sem perda de generalidade. O número de municípios no estado com QL acima de 1 passou a ser de 15.

Finalmente em 2005 observa-se um novo padrão locacional. O polo do Agreste mostra-se como grande concentrador do emprego, mas com espraiamento deste em direção ao oeste. Cinco municípios apresentam QL muito alto: Caruaru, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama. Ao todo, 17 municípios apresentam QL acima de 1.

Estes dados permitem concluir que, ao mesmo tempo em que ocorre uma concentração do emprego formal em confecções no entorno de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte e Caruaru, ocorre uma elevação do número de municípios cujo QL é superior a 1 ou, de outro modo, onde o setor de confecções tem importância relativa elevada. Cumpre destacar que dos 17 municípios com QL superior a 1, 12 (70,6%) estão na mesma 'mancha', ou seja, pertencem a uma mesma lógica de distribuição do emprego formal.

É importante também observar que este formato da distribuição do alto QL em direção ao Oeste faz com que Pesqueira, anteriormente (1996) isolada, tenha se unido ao polo. Em outros termos, o *spillover* de emprego observado no polo do Agreste foi no sentido de uma tradicional cidade produtora de confecções, mas com ênfase em rendados.

Outra indicação utilizada para identificar aglomerações produtivas é o Índice de Moran. Este indicador consiste em uma análise de correlação espacial, onde se relaciona o valor observado em um município com os municípios de sua vizinhança. Existem várias formas de considerar a vizinhança. Duas das mais utilizadas são a estilo 'torre' e a estilo 'rainha'. Na definição 'torre' são considerados vizinhos os municípios que possuem divisas adjacentes. Já na definição 'rainha' são considerados vizinhos os municípios que possuem qualquer tipo de divisa com o de referência. Para

⁴¹ Mais detalhes sobre a informalidade são tratados na seção 5.5.

efeito deste capítulo, considerou-se o estilo rainha, menos restritivo, para o cálculo da matriz de vizinhança, W^{42} . Formalmente o índice de Moran é dado por⁴³:

$$I = \frac{z'Wz}{z'z} \quad (5.2)$$

onde z é o vetor com o indicador em questão, neste caso, o QL. A tabela 5.1 apresenta o resultado do cálculo do índice de Moran para o período de 1996 a 2005. A coluna Moran apresenta o valor da correlação encontrada. A significância testa a hipótese nula de que o emprego é distribuído de forma aleatória no território pernambucano⁴⁴. Apenas no ano de 1996 não se rejeitou a hipótese nula, ou seja, apenas em 1996 não havia evidências suficientes para se afirmar que existisse uma distribuição espacial concentrada em Pernambuco. Outro fato importante é que o índice eleva-se até 2000, permanecendo alto a partir de então.

Também é importante destacar que o cálculo do índice de Moran usando dados do Censo apresenta uma evidência muito mais clara de concentração espacial de confecções em Pernambuco. O valor encontrado, de 0,53 é quase o dobro do obtido com dados da RAIS. Tal fato apenas faz com que as conclusões em favor da concentração espacial em torno do agreste sejam corroboradas.

TABELA 5.1
Índice de Moran para o setor de confecções em Pernambuco:
1996 - 2005

Ano	Moran	Significância
1996	0,0345	0,1140
1997	0,0771	0,0410
1998	0,1591	0,0070
1999	0,2037	0,0020
2000	0,2783	0,0010
2000*	0,5302	0,0010
2001	0,2348	0,0030
2002	0,2184	0,0020
2003	0,2232	0,0060
2004	0,2232	0,0040
2005	0,2537	0,0020

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da RAIS.

* Calculado a partir de dados do Censo.

⁴² Para maiores detalhes, consulte MAGALHÃES e HEWINGS (2000).

⁴³ Para maiores detalhes, consulte ANSELIN (1988).

⁴⁴ Para proceder aos cálculos e obter a significância utilizou-se o programa Geoda. O cálculo da significância utiliza procedimento bayesiano para não ser necessária a hipótese de que os valores seguem uma distribuição normal no Estado.

O teste de Moran tem duas principais limitações. A primeira é que o mesmo pode não capturar processos muito localizados, ou seja, se houver uma aglomeração em apenas uma região geográfica e se esta não for muito relevante, o índice não capturará essa ocorrência. Em termos matemáticos, o teste pode não capturar efeitos locais. A segunda limitação é que esse dado estatístico não permite localizar onde estão e qual a lógica da distribuição dos dados no espaço. Isto é suplantado pelo teste de LISA proposto por ANSELIN (1995) e implementado para o ano de 2005. Intuitivamente, o mesmo é uma versão local do teste de Moran. A vantagem é que ele identifica quais são as localidades que têm média superior à da região e têm como vizinhas localidades que também têm este indicador acima da média.

Para o caso específico deste capítulo, interessa aquelas localidades onde a concentração do emprego (QL) estiver acima da média do Estado e ao mesmo tempo tiverem como seus vizinhos a mesma situação. Os resultados do teste Lisa estão apresentados no mapa 5.5 e indicam que o núcleo do APL de confecções do Agreste de Pernambuco é composto pelos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte e Toritama, ou seja, os municípios onde a concentração de trabalho formal no setor de confecções é mais intensa e de onde está irradiando trabalho para os municípios vizinhos.

A tabela 5.2 apresenta o crescimento populacional dos municípios do núcleo do APL. Nota-se que todos os municípios do polo têm apresentado crescimento populacional muito acima da média do estado, sendo que Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, de onde o polo se origina, apresentam taxas muito elevadas, mesmo para municípios de pequeno porte. Isto mostra a polarização econômica que está ocorrendo devido à produção de vestuário e ajuda a entender parte do movimento de formalização do trabalho observado nos últimos anos.

TABELA 5.2
Crescimento anual da população 2000 a 2007

Município	Taxa de Crescimento
Caruaru	1,81*
Santa Cruz do Capibaribe	3,21
Taquaritinga do Norte	1,19
Toritama	4,62
Pernambuco	0,76**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo de 2000 e da Contagem da população de 2007.

* Percentual estimado pelo IBGE.

** Percentual estimado a partir das taxas calculadas pela contagem de 2007 e pelo crescimento estimado pelo IBGE.

5.3 As características do emprego formal

A análise da concentração espacial e da dinâmica da distribuição da especialização do emprego permite detalhar quais são os municípios que formam o núcleo do polo de confecções. Contudo, esta análise, por tratar-se de dados relativos, não permite vislumbrar toda a dinâmica do volume do emprego formal do setor no Estado. Esta seção busca este tipo de detalhamento. A tabela 5.3 apresenta a evolução do emprego formal em alguns municípios de Pernambuco. A seleção dos municípios que compõem esta tabela partiu, a princípio, da escolha daqueles que apresentaram QIs altos nos mapas anteriormente citados. A eles somaram-se municípios cujo QI está acima de um nos últimos anos e também municípios onde o QI é inferior a um, mas o volume de emprego não é desprezível. Neste último caso estão os municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. O total de emprego observado nestes 15 municípios correspondeu a, no seu nível mínimo, 92,8% do emprego de Pernambuco, ou seja, pode-se afirmar que a dinâmica destes 15 municípios representa o total da dinâmica do emprego formal em confecções do Estado.

Abaixo do total do emprego do Estado estão representados os totais do emprego no núcleo do Polo do Agreste e na Região Metropolitana do Recife (RMR). Ocorre uma nítida inversão na participação do emprego formal. Em 1996 80,4% do emprego formal se encontravam em 4 municípios da RMR, enquanto que apenas 8,5% estavam no PCA. A participação da RMR reduz-se ano a ano, chegando a 27,5% em 2005. Este comportamento deve-se à drástica queda de empregos em Paulista. Neste município a queda foi de 80,0% e é altamente relevante, tendo em vista que em 1996 sua participação no Estado foi de 46,1%. Recife também sofre perda de trabalhadores, mas esta é menos intensa, de 23,4% e, apesar de sua diminuição na participação relativa, em 2005 ele ainda era o segundo maior município que empregava pessoas na confecção.

Os 4 municípios do núcleo do PCA apresentam taxas de crescimento muito intensas com o início de suas séries históricas marcadas por grandes saltos do emprego formal, cuja explicação, muito provavelmente, deve-se ao esforço de fiscalização. Apesar da inversão na participação do emprego, reduzindo em Paulista e crescendo em Caruaru, não se deve levantar a hipótese de que os empregos gerados em Caruaru tenham substituído os de Paulista. Isto porque o perfil de empresas e de produção dos dois municípios é muito diferente. Em Paulista o emprego era concentrado em grandes empresas, enquanto que no município de Caruaru em

pequenas, conforme pode ser verificado pela tabela 5.4, onde está presente a evolução tanto do tamanho das empresas quanto do número de estabelecimentos.

TABELA 5.3
Evolução do emprego formal nos principais municípios produtores: 1996 a 2005

Município	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agrestina	47	44	41	40	37	36	39	45	41	39
Belo Jardim	20	114	120	158	284	271	101	176	157	226
Caruaru	671	1.595	2.002	2.042	2.069	2.071	2.637	3.168	3.781	4.645
Itambé	67	85	137	146	24	23	23	47	48	18
Jaboatão dos Guararapes	163	187	195	231	233	271	224	234	211	225
Olinda	165	159	201	338	371	325	212	107	135	189
Paulista	4.436	2.735	2.236	3.038	2.912	2.002	2.021	1.140	1.057	888
Pesqueira	327	219	246	193	170	156	165	170	149	155
Recife	2.982	2.768	2.470	1.996	2.275	2.464	2.370	2.191	2.475	2.283
Sanharó	18	25	41	49	56	103	109	85	82	95
Santa Cruz do Capibaribe	74	73	802	669	781	914	1.070	1.153	1.357	1.728
Surubim	0	9	12	29	43	64	91	107	133	154
Taquaritinga do Norte	0	0	75	95	129	113	149	152	149	158
Toritama	76	148	313	264	374	503	701	1.129	1.248	1.251
Vitória de Santo Antão	33	62	56	69	90	86	118	105	136	166
Total	9.631	8.740	9.419	9.870	10.568	10.127	10.711	10.628	11.877	13.046
Núcleo do Polo	821	1.816	3.192	3.070	3.353	3.601	4.557	5.602	6.535	7.782
Núcleo da RMR	7.746	5.849	5.102	5.603	5.791	5.062	4.827	3.672	3.878	3.585

Fonte: RAIS/MTE.

TABELA 5.4
Evolução do número de estabelecimentos e seu tamanho médio

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº Est. Pernambuco	550	584	655	734	771	844	937	1.025	1.136	1.306
Nº Est. RMR	355	347	309	307	306	311	343	342	329	320
Nº Est. Polo	105	145	241	298	333	375	412	507	620	785
Nº Est. Paulista	14	13	10	13	18	13	18	19	23	17
Nº Est. Toritama	9	15	17	21	26	34	39	66	88	104
Tam. Médio Pernambuco	17,5	15,0	14,4	13,4	13,7	12,0	11,4	10,4	10,4	10,0
Tam. Médio RMR	21,8	16,9	16,5	18,3	18,9	16,3	14,1	10,7	11,8	11,2
Tam. Médio Polo	7,8	12,5	13,2	10,3	10,1	9,6	11,1	11,0	10,5	9,9
Tam. Médio Paulista	316,9	210,4	223,6	233,7	161,8	154,0	112,3	60,0	46,0	52,2
Tam Médio Toritama	8,4	9,9	18,4	12,6	14,4	14,8	18,0	17,1	14,2	12,0

Fonte: RAIS/MTE.

A tabela corrobora a conclusão de que a RMR e o PCA são os grandes responsáveis pela produção de confecções em Pernambuco, isto porque, na média, 83,0% dos estabelecimentos do setor pertenciam a estas duas regiões.

O número de empresas no setor cresce 137,5% entre 1996 e 2005 no Estado, com o ano de 2000 apresentando a menor taxa de crescimento anual e 2005 a maior. Já quando se observa apenas o polo, o crescimento observado é de 647,6%, com

1998 apresentando o crescimento anual mais intenso e 2002 o menor crescimento. Os anos de 2003 a 2005 apresentam taxas de crescimento muito similares. Em Toritama o crescimento é ainda mais surpreendente – de 1055,6%. Os maiores crescimentos ocorrem nos anos de 1997 e 2003. Estes dados comprovam que há aumento da importância do polo no cenário estadual, bem como mostra que a dinâmica produtiva dentro do polo não parece ser homogênea.

O deslocamento da importância do setor em direção ao polo reduz consideravelmente o tamanho das empresas. Com exceção de 2000 e 2004, em todos os anos diminuiu o tamanho médio dos estabelecimentos. Isto pode ser reflexo de dois efeitos. Por um lado, as pequenas empresas estão se formalizando e por outro, está havendo fechamento de postos de trabalho formal em empresas de grande porte na RMR e abertura em empresas de menor porte no polo.

A redução deste tamanho médio não implica em que as empresas do polo não estejam crescendo. A média pode reduzir mesmo com algumas empresas estando crescendo. Isto ocorre, principalmente, se o número de novas empresas (ou de empresas que se formalizaram) for muito grande. O tamanho médio dos estabelecimentos de Toritama com emprego formal mostra um histórico interessante. O tamanho dobra em 1998, indicando que pode ter havido forte formalização de empresas já médias. Posteriormente, a média volta a cair, indicando formalização de empresas menores. O novo pico de 2002 já pode ter sido resultado tanto do crescimento vegetativo das empresas já formalizadas, quanto da formalização de empresas médias naquele ano. Outro fato interessante é que apenas em 1997 o tamanho médio das empresas formais em Toritama foi inferior à média das empresas do polo. Isto indica um perfil diferente das empresas formalizadas neste município em comparação com os demais e constitui mais um argumento em favor de se levantar a hipótese de grande heterogeneidade dentro do polo.

A diferença de perfil produtivo das empresas de confecções da RMR e do PCA pode ser vista também a partir da tabela 5.5, que apresenta os salários médios nos principais municípios, destacando-se a média da RMR e do núcleo do PCA. O salário médio na RMR é 30,9% superior ao salário médio do PCA. Se for comparado o salário de Paulista com a média do PCA esta diferença fica ainda mais evidente: 51,7%. Logo, pode-se afirmar que existem dois perfis produtivos distintos no Estado. Um mais relacionado com a grande indústria, localizado na RMR e outro mais ligado a redes de pequenos fabricantes, localizado no PCA.

A tabela 5.6 apresenta o nível de escolaridade dos empregados formais em 2005. Destaca-se nitidamente a diferença de escolaridade existente entre Paulista e o núcleo do PCA. Enquanto em Paulista o percentual de analfabetos é nulo, e na RMR é

de 0,4%, no núcleo do PCA é de 1,5%, bem mais elevado. O percentual de empregados com segundo grau completo ou mais é de 39,0% em Paulista, 42,3% na RMR e de apenas 20,0% no PCA. Esta diferença de escolaridade pode estar ligada aos seguintes fatores: i) ser reflexo de uma menor escolaridade dos municípios do Agreste em comparação com os municípios da RMR; ii) atividades produtivas com características diferentes nas duas regiões, sendo as da RMR demandando maior conhecimento formal; iii) preferência explícita dos empregadores do PCA por trabalhadores de menor escolaridade para poder pagar menores salários.

TABELA 5.5
Salários médios do emprego formal nos principais
municípios produtores: 2005

Município	Salário Médio R\$
Agrestina	385,76
Belo Jardim	395,51
Caruaru	371,97
Itambé	359,91
Jaboatão dos Guararapes	390,00
Olinda	383,99
Paulista	557,08
Pesqueira	452,55
Recife	467,84
Sanharó	368,41
Santa Cruz do Capibaribe	363,24
Surubim	307,63
Taquaritinga do Norte	340,85
Toritama	358,85
Vitória de Santo Antão	338,33
Total	398,41
Núcleo do Polo	367,29
Núcleo da RMR	480,64

Fonte: RAIS/MTE.

Para verificar a primeira possibilidade é preciso comparar os níveis de escolaridade dos municípios com a escolaridade dos trabalhadores no setor. Para tanto, foram incluídas na tabela duas colunas onde se apresenta o percentual de pessoas acima de 25 anos com menos de quatro anos de estudo e com onze anos ou mais de estudos, a partir de dados do Censo de 2000, disponibilizados pelo IPEA. Nota-se que há uma significativa diferença na escolaridade das pessoas residentes em municípios da RMR, o que leva à aceitação do argumento de que a maior escolaridade dos trabalhadores do setor de confecções na RMR, comparada com a da mesma categoria de trabalhadores do PCA, deva-se à característica da localidade. Contudo, a maior escolaridade dos trabalhadores da RMR não se deve apenas a este fator, uma vez que os percentuais do emprego formal não mimetizam os percentuais da população.

TABELA 5.6
Escolaridade no emprego formal nos principais municípios produtores: 2005

Município	Analfabetos (a)	4 anos ou menos (b)	2º grau completo ou mais (c)	Anos de Estudo		(1)	(2)	(3)
				4 ou menos (d)	11 ou mais (e)	(c)/(b)	(e)/(d)	(1)/(2)
Agrestina	2,60%	7,70%	15,40%	66,30%	1,70%	2,00	0,03	78,00
Belo Jardim	0,00%	10,60%	36,70%	59,50%	4,90%	3,46	0,08	42,04
Caruaru	0,80%	10,90%	25,00%	40,40%	6,80%	2,29	0,17	13,63
Itambé	0,00%	22,20%	16,70%	67,30%	2,70%	0,75	0,04	18,75
Jaboatão dos Guararapes	0,00%	17,30%	29,80%	27,20%	8,40%	1,72	0,31	5,58
Olinda	0,50%	10,10%	47,10%	22,10%	12,80%	4,66	0,58	8,05
Paulista	0,00%	1,20%	39,00%	19,80%	8,40%	32,50	0,42	76,61
Pesqueira	1,30%	19,40%	33,50%	54,90%	3,50%	1,73	0,06	27,09
Recife	0,50%	6,80%	44,40%	21,80%	17,70%	6,53	0,81	8,04
Sanharó	0,00%	2,10%	48,40%	61,00%	3,80%	23,05	0,06	369,97
Santa Cruz do Capibaribe	3,10%	31,10%	12,30%	49,50%	1,90%	0,40	0,04	10,30
Surubim	0,00%	16,20%	31,20%	58,30%	3,80%	1,93	0,07	29,55
Taquaritinga do Norte	1,30%	23,40%	19,00%	52,10%	3,20%	0,81	0,06	13,22
Toritama	2,10%	21,40%	14,40%	57,00%	2,00%	0,67	0,04	19,18
Vitória de Santo Antão	0,60%	14,50%	25,90%	66,30%	1,70%	1,79	0,03	69,66
Total	1,1%	13,7%	28,6%					
Núcleo do Polo	1,5%	17,3%	20,4%					
Núcleo da RMR	0,4%	6,2%	42,3%					

Fonte: RAIS/MTE e CENSO 2000, IBGE apud IPEADATA.

A coluna (1) é resultado da divisão entre a coluna (c) e a coluna (b) e representa a proporção de trabalhadores mais qualificados em relação aos menos qualificados. Desta forma, Paulista demonstra que para cada 32,5 trabalhadores com alta escolaridade existe 1 trabalhador com baixa escolaridade no emprego formal de confecções. A coluna (2) apresenta esta mesma relação, só que olhando agora as características de escolaridade dos adultos. A coluna (3), que é resultado da divisão da coluna (1) pela coluna (2) apresenta o viés no emprego formal pelo trabalhador com maior escolaridade. Quanto maior este valor, maior este viés. A leitura dos números destas três colunas revela que não se descarta a hipótese de que o trabalho na RMR tenha diferenças em relação ao PCA, entretanto, permite rechaçar a hipótese de que as empresas do PCA tenham preferência por trabalhadores com menos escolaridade para manter uma menor remuneração.

Paulista se mostra como um município onde há uma aversão à baixa escolaridade (de tão grande que é seu viés), ao contrário dos outros municípios da RMR. O fato de Jaboatão, Olinda e Recife possuírem um viés menor que os

municípios do PCA pode estar atribuído à maior diversidade econômica destes, principalmente com o setor de serviços mais desenvolvido, o que dificultaria a contratação, por parte das empresas de confecções, de empregados com escolaridade muito alta. Pode-se fazer esta afirmativa porque a razão do número de empregados com escolaridade alta nestes municípios é bem superior aos do PCA.

5.4 A migração do trabalho e a dinâmica do emprego formal em Toritama

Esta seção tem por objetivo explorar os dados disponíveis na RAIS-Migra para o emprego formal de confecções em Toritama. Esta base disponibiliza a possibilidade de verificar onde e em que setores estavam trabalhando os empregados de uma determinada localidade e de um certo setor a partir de um ponto de partida. A RAIS-MIGRA acompanha os vínculos dos empregados a partir do seu número do PIS/PASEP, permitindo localizar as migrações e as mudanças de atividades.

A tabela 5.7 apresenta a distribuição do tipo de ligação dos empregados formais no setor de confecções de Toritama em 2005. De um total de 1.916⁴⁵ registros de trabalhadores neste ano, 64,35% são manutenções no emprego, o que resulta em uma rotatividade de 53,34%⁴⁶, bastante elevada. Outro ponto que se destaca é o elevado volume de primeiro emprego, 24,53%, que pode revelar tanto uma tendência de contratação de jovens entrantes no mercado de trabalho quanto ser reflexo da forte formalização observada na última década, ou seja, as empresas contratam trabalhadores com experiência profissional, mas não com registro anterior em carteira. Considerando que 42,37% do emprego correspondem aos jovens com menos de 24 anos e que jovens com menos de 17 representam apenas 2,72%, pode-se afirmar que a maior probabilidade é de que a experiência em costura, mesmo que sem emprego formal anterior, seja mais importante do que a entrada de jovens sem experiência alguma no mercado formal.

⁴⁵ O total desta tabela refere-se ao número de trabalhadores que tiveram emprego formal em 2005 e não ao estoque de trabalhadores em 31/12/2005, com o qual se calculou o QL e os demais indicadores na seção anterior.

⁴⁶ A rotatividade foi obtida pela razão entre os trabalhadores flutuantes e o estoque médio de trabalhadores. O volume de trabalhadores flutuantes é igual à diferença entre o total de trabalhadores em 2005 e o estoque médio. O estoque médio, por sua vez, foi obtido pela média do estoque de 2005 com o estoque de 2004.

TABELA 5.7
Tipo de vínculo formal em 2005
Divisão de confecções – Toritama

Tipo	N.º	%
Primeiro emprego	470	24,53
Reemprego	210	10,96
Transferência sem ônus	3	0,15
Outros	0	0
Não admitidos no ano	1.233	64,35
Total	1.916	100,00

Fonte: RAIS-MIGRA.

A tabela 5.8 apresenta a origem dos trabalhadores formais do setor de confecções de Toritama nos anos anteriores. Por exemplo, dos 1.916 empregados em 2005, 5 deles estavam trabalhando no estado de São Paulo em 2004. O estado de Pernambuco apresenta a maior participação do emprego em virtude de Toritama ser computada nesta linha. O Sudeste apresenta fluxo migratório para Toritama mais intenso que outros estados do Nordeste, o que indica que o vigor de atração do polo é muito forte.

TABELA 5.8
Origem dos trabalhadores formais empregados em confecções em
Toritama: 2005

Região/Estado	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995
Norte	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
RN	0	2	5	2	2	2	1	1	1	1
PB	5	6	4	6	5	4	4	3	5	6
PE	1.425	994	588	464	321	274	221	123	130	136
AL	0	0	1	1	1	1	1	1	3	3
Outros NE	1	2	1	2	1	1	1	0	1	1
MG	0	0	2	2	4	3	2	2	1	1
ES	2	4	3	4	5	4	4	2	2	0
RJ	0	1	1	1	4	4	0	0	1	3
SP	5	6	10	11	13	12	12	13	24	24
SC	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
MT	0	1	1	0	2	2	1	1	1	0
DF	1	2	2	2	1	0	0	0	1	1
Ignorado	0	0	0	0	1	1	61	1	1	1
Total	1.440	1.018	618	495	362	309	309	148	172	178

Fonte: RAIS-MIGRA.

A tabela também revela que a atração de pessoas do sudeste tem diminuído expressivamente. Ao todo, 192 trabalhadores formais de Toritama em 2005 estiveram trabalhando no Sudeste no período de 1995 a 2005 (10,02%) um contingente importante tendo em vista a distância envolvida e o sentido do fluxo migratório (da região mais desenvolvida para a menos desenvolvida). Também se evidencia na tabela a forte formalização do emprego, uma vez que apenas 9,29% dos trabalhadores formais de 2005 possuíam emprego formal em 1995.

5.5 Notas introdutórias sobre a informalidade no setor

Tendo em vista o objetivo deste capítulo, não existe a necessidade de se tecer ponderações teóricas aprofundadas sobre a informalidade no setor de confecções, apesar da extrema relevância deste tema. O importante é ter uma mínima dimensão do tamanho da distorção que a utilização dos dados da RAIS pode trazer para a análise do emprego no setor em Pernambuco. Para tanto foi elaborada a tabela 5.9 com base em dados do Censo Demográfico de 2000. Nela, estão explícitos o emprego formal (aquelas pessoas que se declararam trabalhar em confecções com carteira assinada), o emprego informal (sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria) e os empregadores. A partir destas informações foi calculada a taxa de informalidade para os mesmos municípios onde foram apresentados dados sobre o emprego formal obtido pela RAIS.

TABELA 5.9
Emprego no setor de confecções em Pernambuco:
Censo de 2000

Município	Emprego		Empregador		Total	Tx Informalidade
	Formal	Informal	Formal	Informal		
Agrestina	0	33	0	33	100,0%	
Belo Jardim	263	408	46	717	60,8%	
Caruaru	1.776	8.251	433	10.460	82,3%	
Itambé	32	33	0	65	50,8%	
Jaboatão dos Guararapes	705	1.707	51	2.463	70,8%	
Olinda	432	1.168	25	1.625	73,0%	
Paulista	569	947	19	1.535	62,5%	
Pesqueira	65	298	37	400	82,1%	
Recife	1.640	4.424	173	6.237	73,0%	
Sanharó	56	145	13	214	72,1%	
Santa Cruz do Capibaribe	567	10.905	633	12.105	95,1%	
Surubim	50	285	0	335	85,1%	
Taquaritinga do Norte	206	1.521	40	1.767	88,1%	
Toritama	272	5.469	144	5.885	95,3%	
Vitória de Santo Antão	54	287	0	341	84,2%	
Total	6.687	35.881	1.614	44.182	84,3%	
Pernambuco	9.485	52.485	2.029	63.999	84,7%	
Núcleo do Polo	2.821	26.146	1.250	30.217	90,3%	
Núcleo da RMR	3.346	8.246	268	11.860	71,1%	

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Enquanto a RAIS apresentou emprego total de 10.568 pessoas, o CENSO apresentou um total de 9.485 empregos formais e 63.999 pessoas no total no setor. Tendo em vista que o Censo tem como mês de referência agosto e a informação da RAIS é tomada em dezembro, esta diferença a mais para o emprego formal da RAIS pode ser atribuída à sazonalidade. Desta forma, a RAIS confirma-se como um bom indicador do emprego formal. A taxa de informalidade do setor de confecções em Pernambuco no ano de 2000 foi extremamente alta – 84,3%.

Um fator que merece destaque é que há uma importante diferença na informalidade entre os municípios analisados. O núcleo do PCA apresenta informalidade de 90,3%, enquanto que no núcleo da RMR o percentual indicativo desta ocorrência (71,1%) é consideravelmente menor. Parte desta diferença deve-se à cultura local, pois os trabalhadores da RMR já têm experiência direta com emprego formal, ou possuem conhecimentos mais detalhados dos direitos trabalhistas. Além disto, o acesso à justiça trabalhista é mais fácil na RMR do que em alguns dos municípios do PCA. A disparidade das taxas de informalidade entre municípios também permite reforçar a hipótese de um perfil de emprego e produção diferente entre Paulista e Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, tendo em vista que a distância entre as taxas é bem mais marcante.

Outro ponto interessante é o grande volume de empregadores no núcleo do PCA. Ao todo, 61,61% das pessoas que se declararam empregadores estão localizados no PCA, enquanto que o núcleo da RMR apresenta apenas 13,21%. Esta informação corrobora a constatação de que o perfil de empresas no PCA é mais focado em micro e pequenas empresas, enquanto que na RMR há a presença de unidades maiores. Para confirmar esta afirmativa pode-se calcular a proporção dos empregados (formais e informais) por empregador em cada município⁴⁷. Em Paulista, esta proporção é de 79,8, enquanto que em Santa Cruz do Capibaribe é de 18,1 e em Caruaru de 23,15.

Tal proporção é elevada em Toritama, de 39,86, o que leva à hipótese de uma alta incidência de emprego disfarçado nas residências. Conforme pesquisas realizadas em 2003, existe uma grande proporção de moradias onde são realizadas atividades produtivas. A proporção encontrada em pesquisa de campo da Fundaj, em dezembro de 2007, foi de 71,2. Se o sistema de facção leva à existência de muitas pessoas que trabalham em suas residências, mas que são totalmente dependentes do fluxo de encomendas de um faccionista, estas se consideram empregadas sem carteira assinada e não trabalhadores por conta própria. Note-se que do total de 5.469

⁴⁷ Tal proporção não pode ser lida como o tamanho médio das firmas, porque a pendularidade do emprego afeta tal lógica, mas é uma boa proxy desta informação.

trabalhadores informais em Toritama em 2000, apenas 853 eram trabalhadores por conta própria.

5.6 Notas conclusivas

A análise do emprego formal do setor de confecções de Pernambuco e em especial de Toritama, permite apresentar algumas notas conclusivas e levantar muitos pontos onde se deve aprofundar estudos. O primeiro deles é o grande declínio observado no município de Paulista. Não foram apresentadas evidências de que os trabalhadores tenham migrado para o Polo do Agreste, do que decorre um importante questionamento. Este declínio é reversível? Se não for, um importante contingente de trabalhadores está com dificuldades de conseguir emprego, ou deverá ser treinado em outras atividades.

Outra importante questão refere-se ao desempenho do setor de confecções em Recife. A queda no emprego formal foi muito menor do que a de Paulista e o tamanho médio dos estabelecimentos (medido em número de trabalhadores) é similar ao do PCA. Estes fatos permitem levantar a hipótese de que exista um vigoroso processo produtivo de confecções em Recife, funcionando em moldes análogos aos do Agreste, mas que não é objeto de estudos e políticas públicas específicas.

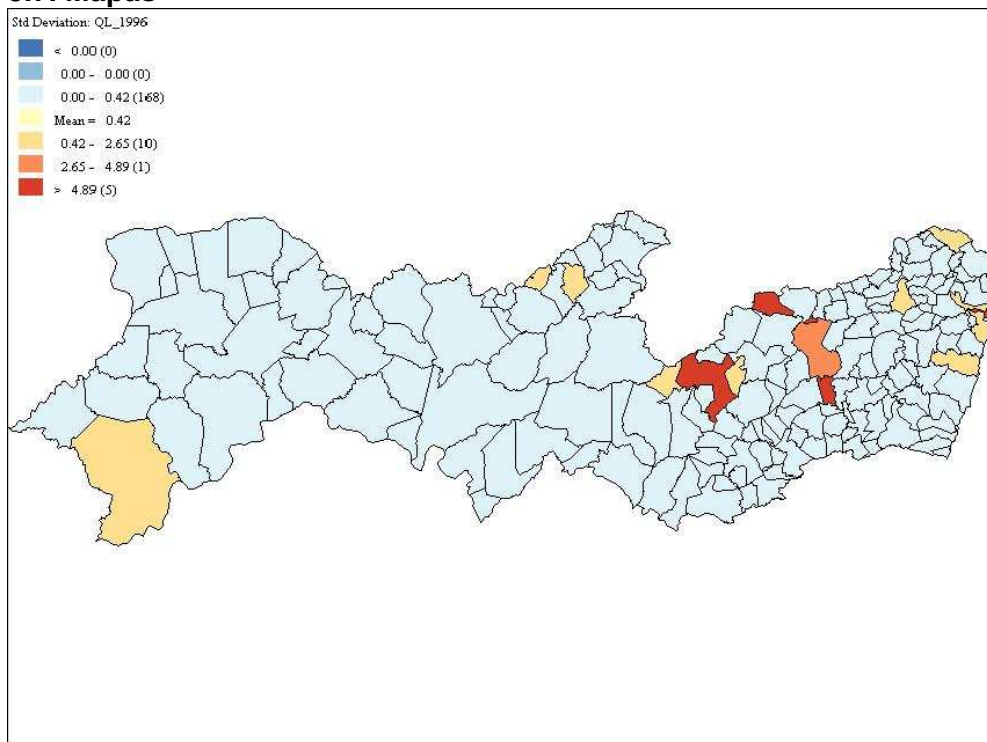
O importante crescimento do polo de confecções do agreste tem atraído população e também tem mostrado uma tendência de aumento da formalização do emprego. Contudo, tendo em vista os níveis de informalidade apontados no Censo de 2000 e em pesquisa do SEBRAE em 2003, este é um ponto de alta relevância a ser analisado. Até que ponto o crescimento do emprego formal observado é capaz de fazer com que diminua a informalidade a níveis similares aos de regiões mais desenvolvidas do Estado, e como esta formalização pode ser conseguida, são questões que merecem estudos.

A dinâmica de expansão do PCA, que tem se dirigido a antigos pontos de produção de confecções, mas de produtos diferenciados, pode levar ao surgimento de uma moda com uma identidade cultural diferenciada, ou o PCA ainda manterá sua característica de seguir as tendências apresentadas por grandes centros produtores é outro ponto que deve ser visto com muito interesse pelas autoridades.

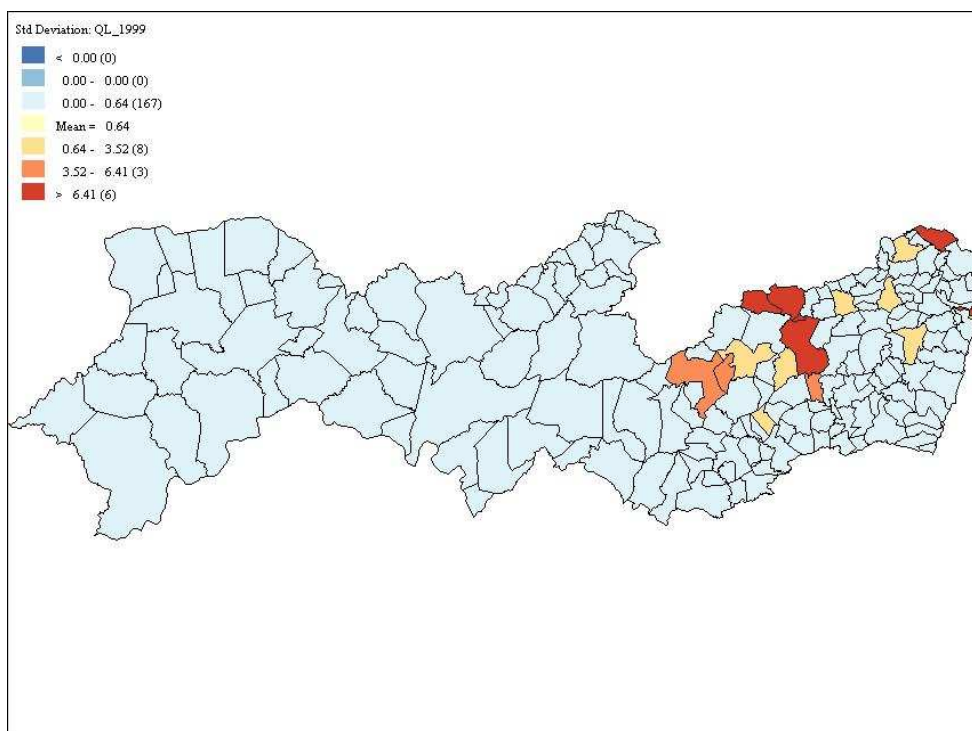
Por fim, dirigindo-se especificamente para Toritama, é relevante verificar as vantagens e desvantagens da alta especialização do município em confecções de jeans. Como Toritama é o município com os maiores valores de QL e sua produção é

altamente especializada em um determinado tipo de moda, isto pode levar a uma forte dependência do município e à criação de suscetibilidades em médio prazo.

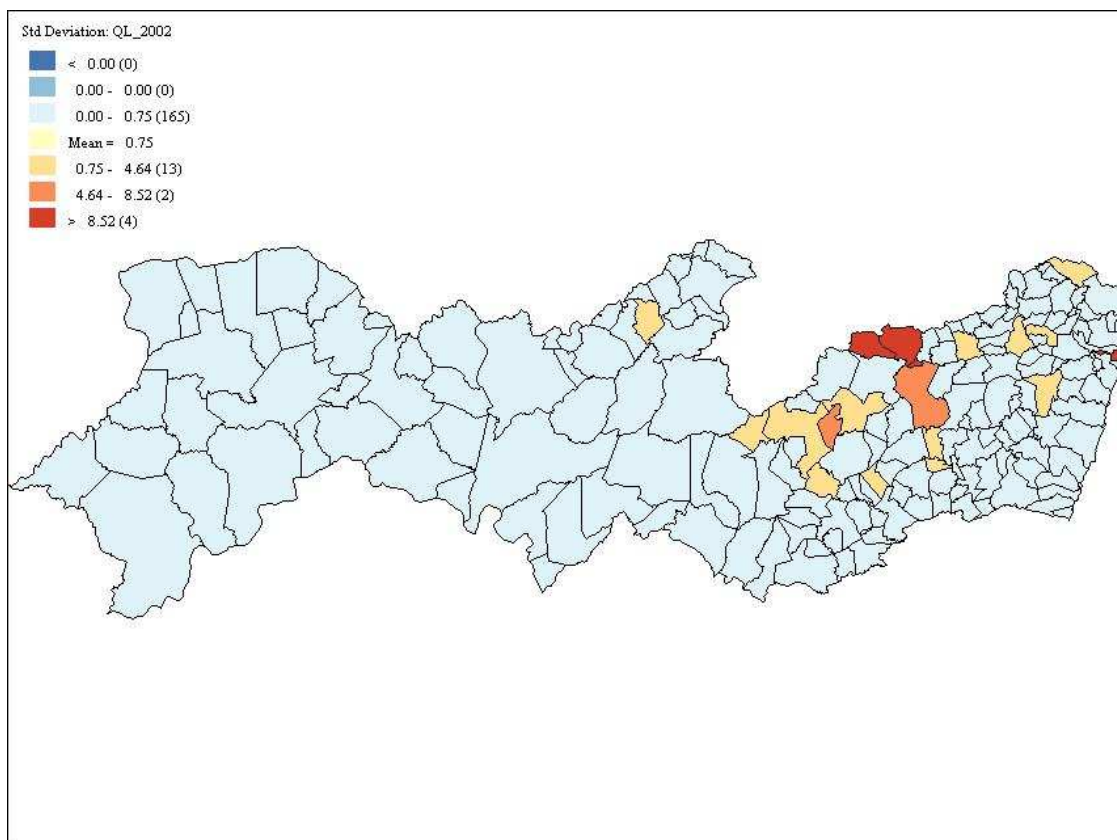
5.7. Mapas



Mapa 5.1: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 1996
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.

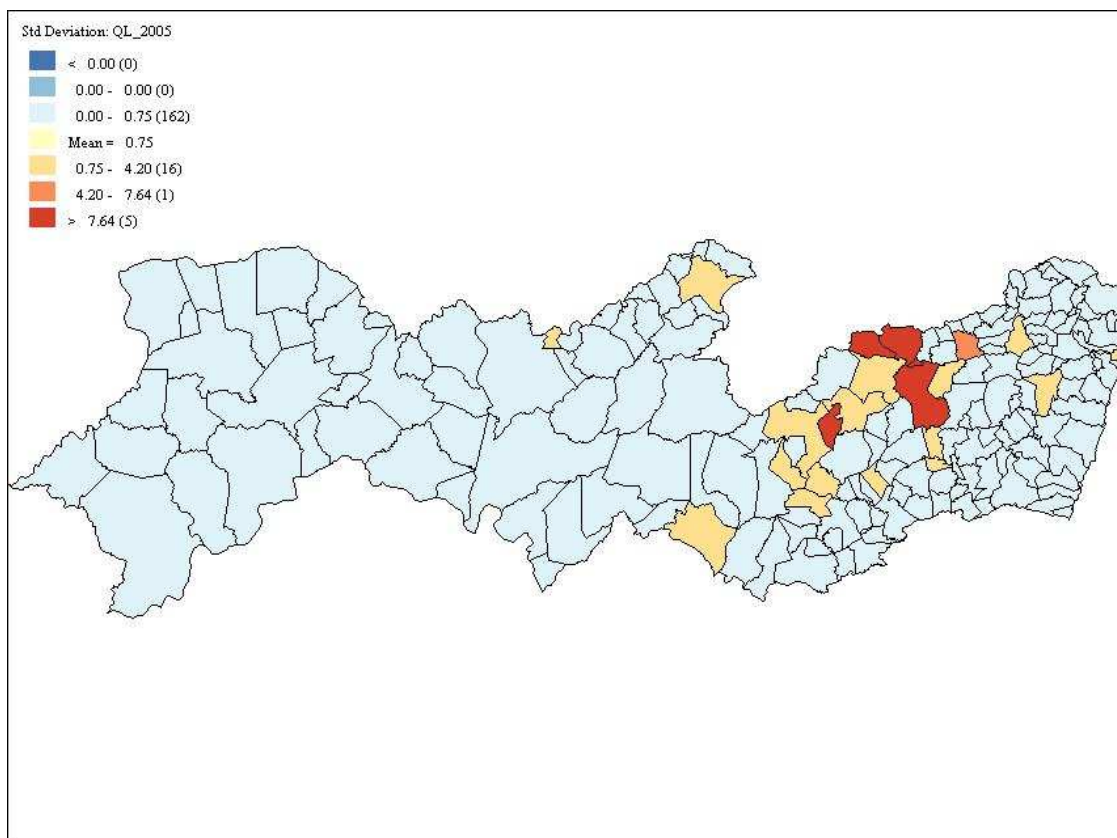


Mapa 5.2: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 1999
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.



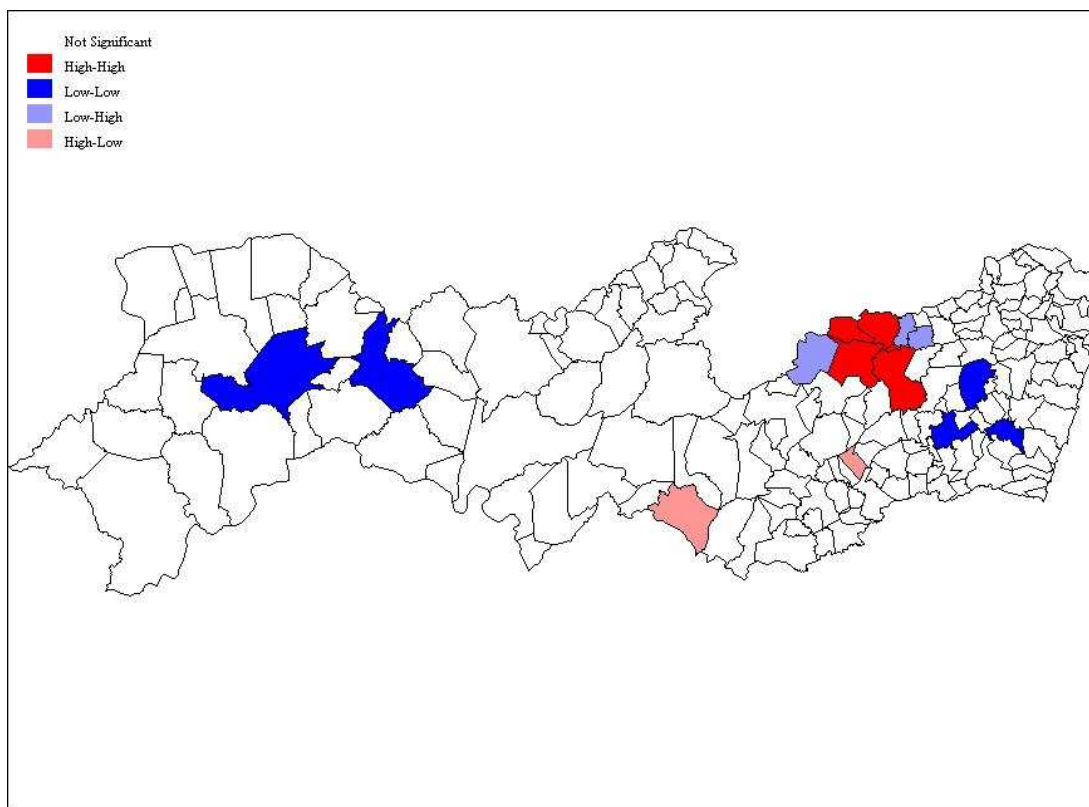
Mapa 5.3: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2002

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.

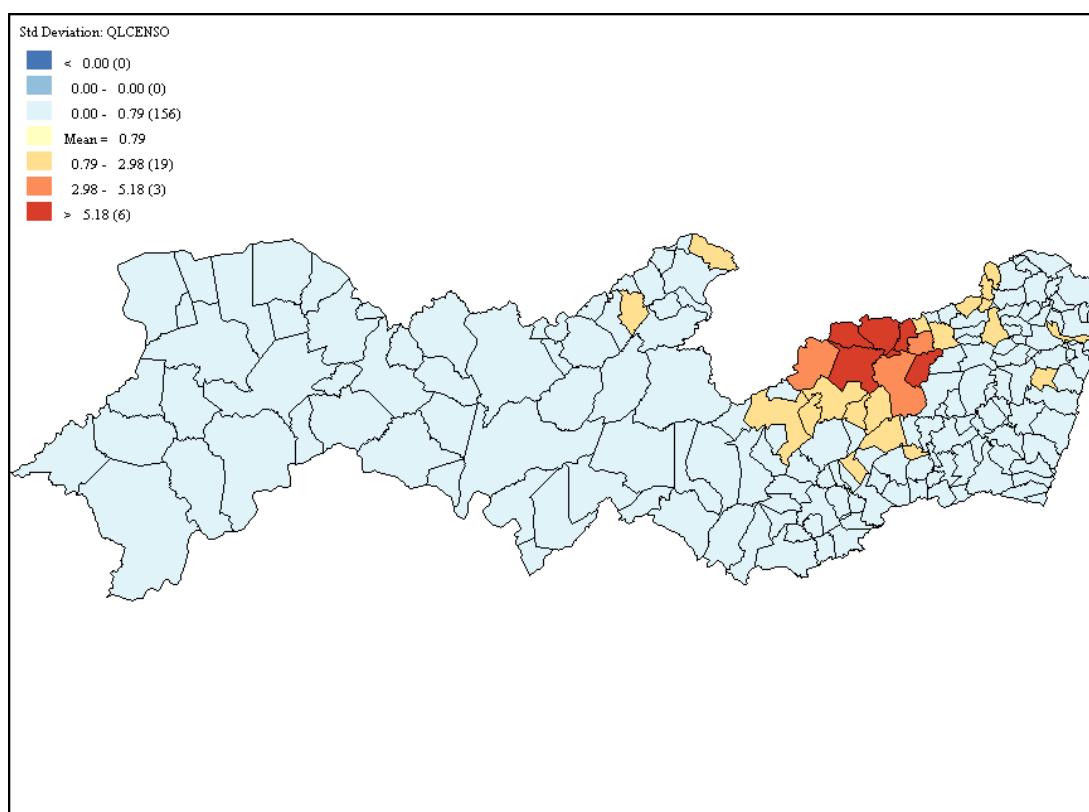


Mapa 5.4: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.



Mapa 5.5: Teste LISA para o QL de confecções em 2005
 Fonte: Elaboração própria.



Mapa 5.6: Distribuição do QL do setor de confecções em Pernambuco em 2000
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CENSO-2000.

6. Procedimentos metodológicos

Magda de Caldas Neto
André Luis Santiago Maia
Luís Henrique Romani de Campos

6.1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o detalhamento da estratégia empírica utilizada para coletar dados primários sobre o APL de confecções de Toritama. Para tanto se procede à descrição das diversas fases da pesquisa de campo, detalhando seus planos amostrais, a estratégia para a elaboração dos instrumentos de coleta, a definição das variáveis derivadas e o relato dos procedimentos de campo e de ajustes nos instrumentos de coleta.

Foram realizadas duas pesquisas de campo. Uma domiciliar dividida em duas fases, e uma empresarial. Além disto, foram feitas entrevistas semiestruturadas junto a diversas instituições. A pesquisa domiciliar por amostragem foi conduzida pela COPEC e visava captar o papel e a dimensão da informalidade na economia local, através da identificação dos proprietários de negócios informais e da investigação das características de funcionamento de unidades produtivas. A pesquisa empresarial visava detalhar características da parcela formal da produção de vestuário do município, destacando o processo inovativo e identificando a existência ou não de cooperação. As entrevistas semiestruturadas aplicadas junto a entidades de suporte do APL visavam caracterizar a estrutura institucional e sua influência sobre a dinâmica econômica de Toritama.

Estudos de abrangência regional, com base em dados empíricos consistentes, que tenham por finalidade a análise das relações de trabalho e da informalidade, são imprescindíveis em quaisquer sociedades que desejem estabelecer e avaliar políticas públicas neste campo. Uma representação confiável da sociedade e o estudo de seus fenômenos dinâmicos demandam a prática sistemática de pesquisas baseadas em planos amostrais eficientes. Tais pesquisas são necessárias, especialmente em um país marcado por heterogeneidades econômicas, culturais e sociais, como o Brasil.

Além disto, a maioria das pesquisas realizadas e disponibilizadas pelo IBGE não contempla o interior dos estados, o que gera uma grande lacuna para análises empíricas quantitativas.

Para um trabalho de investigação desta natureza, a melhor possibilidade de obtenção de informações fidedignas a respeito da população de interesse, e que possam receber um tratamento estatístico válido, é através do uso de técnicas adequadas de amostragem.

6.2 As fases da pesquisa de campo

Como já foi mencionado anteriormente, a pesquisa envolve em seus objetivos específicos aspectos ligados à cooperação, à subordinação, à informalidade, à qualidade do trabalho e à migração de trabalhadores. Isto sob a ótica evolucionária que vê na inovação a chave do desenvolvimento econômico. Para tanto era preciso que fossem feitas coletas de dados primários.

Para verificar estes aspectos tornou-se imprescindível uma pesquisa de campo que envolvesse os domicílios, uma vez que a literatura existente sobre a região destaca como muito relevante o volume de empresas que funcionam nas próprias casas dos moradores, muitas vezes, sendo até difícil de identificar aquelas construções como empresas. A pesquisa domiciliar tinha como meta, então, apurar qual o volume de domicílios onde se observava o desenvolvimento de alguma atividade ligada à indústria de confecções, quais as condições de trabalho desta unidade, bem como identificar traços de cooperação e/ou subordinação.

Conforme será destacado na seção seguinte, a pesquisa domiciliar foi executada em duas fases. A primeira se fez necessária para que se pudesse detalhar o percentual de domicílios onde ocorre a incidência de produção, organizar um cadastro destes estabelecimentos/domicílios e também subsidiar a elaboração do plano amostral da aplicação do instrumento relativo aos aspectos ligados com os objetivos específicos da pesquisa.

Como a pesquisa domiciliar envolve apenas unidades de menor porte e, em sua maioria, informais, foi realizada outra pesquisa, desta vez dentro das empresas de médio e grande porte estabelecidas formalmente em Toritama. Devido ao pequeno tamanho da amostra, as entrevistas foram realizadas por apenas uma pesquisadora. O objetivo deste instrumento era verificar os diversos níveis de cooperação porventura

existentes no APL e levantar as políticas de inovação (explícitas ou não) das empresas líderes do APL.

Também foram feitas entrevistas semiestruturadas junto às seguintes entidades que compõem o tecido institucional do APL: i) Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP); ii) Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC); iii) Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT); iv) Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama (ALPF); v) Banco do Brasil (BB) agência de Toritama; vi) Caixa Econômica Federal (CEF) agência de Toritama; vii) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); viii) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); ix) Organizações de ensino superior; x) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); xi) Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD DIPER); xii) Centro Tecnológico da Moda (CTM) e Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP); xiii) Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores da Indústria de Confecções de Roupas do Estado de Pernambuco (SINDCOSTURA); xiv) Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST); e xv) Delegacia Regional do Trabalho.

6.3 Pesquisa domiciliar

A abordagem quantitativa do estudo resulta da possibilidade de se transformar as informações coletadas em dados estatísticos e assim poder traçar tendências, auxiliando na proposição de possíveis políticas em relação ao objeto estudado e permitindo o dimensionamento de relações de trabalho e da informalidade existente na cadeia produtiva de confecções em Toritama.

Para o trabalho de coleta de dados primários a pesquisa contou com a Coordenação de Pesquisa de Campo (Copec) da Fundaj no que diz respeito à realização das entrevistas, através da aplicação de questionários. O desenvolvimento dos questionários, o treinamento dos entrevistadores, a supervisão e a coordenação de campo foram executados também pela Copec.

As estimativas populacionais com relação ao município de Toritama, utilizadas no plano amostral, foram obtidas com base nos microdados do Censo Demográfico do ano 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IBGE, em 2000 a população deste município constava de 21.800 habitantes e um contingente de 5.546 domicílios. A maioria, ou seja, 5.144 domicílios

estavam localizados na área urbana e em 3.439 (67%) destes havia pelo menos um residente empregado no setor de confecções do município.

No momento do desenho amostral somente estava disponível pelo IBGE o total da população. O município de Toritama passou a ter, em 2007, 29.890 habitantes, o que significa um crescimento de 37% comparado ao censo de 2000. Aplicando cálculo matemático simples e supondo que a densidade populacional por domicílio não se alterou ao longo dos anos de 2000 e 2007, estimou-se que o município de Toritama teria 7.604 domicílios. O desenho amostral foi feito com base nesta estimativa. Posteriormente, o IBGE passou a disponibilizar estas mesmas estimativas com base nos microdados da contagem de 2007, o que resulta em 7.969 domicílios, dos quais 7.670 localizavam-se em área urbana. Neste capítulo, será detalhado que esta diferença de estimativa não afeta o tamanho da amostra, fazendo com que os dados encontrados sejam estatisticamente relevantes.

O plano amostral da pesquisa sobre o polo de confecções do município de Toritama, realizada pela Fundaj, deu-se em duas etapas. Na primeira etapa, a população-objetivo é constituída por todos os domicílios localizados no município de Toritama. Um dos aspectos específicos desta etapa refere-se, principalmente, à estratificação geográfica. Todos os 17 setores censitários de Toritama, definidos pelo Censo Demográfico de 2000 do IBGE, foram investigados. Esta estratificação teve por intuito espalhar geograficamente a amostra, garantindo a participação das diferentes partes do território do município. O sistema de referência adotado para determinar a delimitação do município em área urbana e rural também foi o Censo Demográfico de 2000.

A primeira etapa teve por objetivo estimar o número de domicílios da região urbana de Toritama nos quais reside pelo menos uma pessoa em idade ativa⁴⁸ ocupada no setor de confecções do município. Ainda com esta primeira amostra, visou-se construir um arrolamento desses domicílios relacionados ao ramo de confecções em Toritama, incluindo os endereços, com a finalidade de se obter um cadastro atualizado para proceder à seleção dos domicílios alvo da pesquisa na segunda etapa. Desta maneira, na segunda etapa do plano amostral, a população-objetivo é formada apenas por domicílios identificados na primeira etapa, ou seja, domicílios onde pelo menos um ocupante exercia alguma atividade ligada ao setor de confecções. Assim, por meio de amostragem probabilística, foi estabelecido outro conjunto amostral baseado no cadastro resultante da primeira etapa. Esta segunda amostra é utilizada, de modo geral, com a finalidade de analisar as relações de

⁴⁸ Conjunto total da população com 10 anos ou mais.

trabalho e a informalidade existente na cadeia produtiva de confecções no município de Toritama.

A alocação da amostra para a segunda etapa, ao longo do município de Toritama, foi realizada aleatoriamente, considerando-se o número de domicílios (estimado na primeira etapa) onde há produção de confecções em suas dependências.

O método amostral empregado em ambas as etapas da pesquisa é a amostragem aleatória simples. Neste método de amostragem, todas as unidades amostrais têm igual probabilidade de serem selecionados para a amostra.

Com base nos dados do Censo de 2000 do IBGE, já apresentados, estimou-se a proporção de $p=0,67$, na determinação do tamanho da amostra. A precisão das estimativas foi calcada na suposição de um desenho amostral aleatório simples, com nível de confiança para construção do intervalo de confiança de 95%. Com base nestes cálculos obtém-se um tamanho amostral de 320 elementos. Se fosse considerada a estimativa do IBGE para o número de domicílios existentes em Toritama em 2007 esta amostra subiria para 327.

Em área contígua à zona urbana de Toritama está o distrito de Vila Canaã, pertencente à Caruaru. Tendo em vista a forte ligação da Vila Canaã com Toritama, devido à existência do processo de conurbação nos arredores desse município, decidiu-se, durante a visita de reconhecimento da área, realizar entrevistas das duas fases da pesquisa neste distrito. Estas entrevistas ampliariam a quantidade amostral, ou seja, os quantitativos planejados para Toritama e poderiam ser utilizadas apenas para enriquecer de forma marginal a pesquisa.

Como se optou por fazer entrevistas também na Vila Canaã acrescentou-se à amostra da primeira etapa mais 25 questionários, totalizando 345. Contudo, quando a equipe foi a campo, conseguiu-se ampliar o número de entrevistas nesta fase, o que era desejável, tendo em vista que as unidades produtivas localizadas formariam o cadastro para fazer a segunda fase. Assim, o tamanho da amostra resultante para a primeira etapa foi de 470 domicílios, sendo 25 deles em Vila Canaã.

O questionário da primeira fase, que se encontra em anexo deste relatório apresenta três perguntas dicotômicas e duas perguntas quantitativas, além de dados de identificação que permitiram o retorno da pesquisa nas unidades produtivas identificadas. As perguntas dicotômicas envolvem o gênero, o fato de haver alguma pessoa do domicílio envolvida com a produção de roupas e de existir alguma atividade ligada à produção de confecções dentro do domicílio. Note-se que os entrevistadores foram instruídos a explicar aos entrevistados do que se entendia por produção, o que

exclui formas de comercialização. Desta feita, os resultados encontrados não se referem a toda a cadeia produtiva, mas apenas ao núcleo da mesma, a confecção.

Dos 445 domicílios visitados em Toritama na primeira fase da pesquisa, em 317 (71%) foi declarado haver pelo menos um residente que trabalha na produção de confecções. Considerando este percentual, expandindo para os 7.604 domicílios do município, estimou-se que atualmente existem 5.417 domicílios com ao menos um residente que trabalha na produção de confecções. O intervalo de 95% de confiança para esta quantidade é dado por [5.111; 5.723] domicílios. Se forem utilizados dados da Contagem Populacional de 2007 do IBGE para fazer esta extrapolação os resultados são os seguintes: i) 5.677 domicílios com ao menos um residente que trabalha na produção de confecções; ii) intervalo de confiança dado por [5.356; 5.997].

Sem perda de generalidade, estimou-se o número de domicílios onde há produção de confecções. Nos 445 domicílios entrevistados em Toritama, em 163 (37%) domicílios foi declarado haver produção de confecções. Desta forma, do total de domicílios existentes em Toritama (7.604), estimou-se que em 2.785 há produção de confecções em suas dependências. O intervalo de 95% de confiança para o total de domicílios em Toritama com esta característica é dado por [2.460; 3.111] domicílios. Novamente, utilizando dados da Contagem Populacional de 2007 do IBGE estas estimativas seriam: i) 2.919 domicílios com produção em seu interior e ii) intervalo de confiança de [2.578; 3.260].

A segunda etapa da pesquisa tem entre outros objetivos o de capturar o percentual de informalidade existente na cadeia produtiva de confecções no município e também o percentual de emprego disfarçado existente nos domicílios de Toritama, onde foi declarado haver produção de confecções. Desta feita, as questões centrais da pesquisa resumem-se a respostas dicotômicas.

A Tabela 6.1 apresenta os tamanhos da amostra para a segunda etapa da pesquisa, obtidos através de diferentes proporções de emprego informal na produção de confecções em Toritama. Por exemplo, considerando que a informalidade atinge 85% dos empregos, o tamanho da amostra correspondente é de 184 domicílios. Tendo em vista o nível de informalidade encontrado em pesquisas anteriores, optou-se por manter a amostra de 200 domicílios. Para manter a confiabilidade dos dados a alocação da amostra no município foi realizada de modo proporcional ao número de domicílios onde há produção de confecções em suas dependências, por setor censitário.

Tabela 6.1: Tamanho da amostra para a segunda etapa da pesquisa.

Proporção de informalidade	Tamanho da amostra	Tamanho da amostra*
70%	290	291
75%	262	263
80%	226	227
85%	184	184
90%	132	133

* Valores calculados a partir da estimativa da Contagem Populacional de 2007 do IBGE.

Na segunda fase da pesquisa domiciliar foram aplicados três questionários distintos, que se encontram em anexo neste relatório. O primeiro e mais detalhado deles buscava informações acerca da atividade produtiva, buscando caracterizar melhor o domicílio. O mesmo possuía questões sobre a pessoa respondente, como gênero, idade, escolaridade, bem como seu passado profissional. A pessoa designada para responder o questionário era a responsável pela produção no domicílio. Muitas vezes no domicílio selecionado apenas uma pessoa trabalhava na produção, e esta foi entrevistada.

Além das perguntas sobre o responsável pela produção, o questionário levantou questões características da unidade produtiva, tais como: especialização produtiva, sistema de facção, fontes de financiamento da produção, formas de comercialização da produção, volume de pessoas empregadas, faturamento na semana de referência. Também foram feitas indagações pertinentes à formalização da atividade. Deste modelo, foram aplicados 200 questionários.

Outro questionário buscava conhecer as condições de trabalho existentes no domicílio pesquisado. Este questionário era aplicado também ao responsável pela produção, que na maioria das vezes também trabalhava na mesma, e junto a mais um trabalhador. Como as entrevistas eram realizadas simultaneamente por dois pesquisadores de campo, um deles ficava encarregado de entrevistar um funcionário enquanto o outro aplicava o questionário do primeiro modelo junto ao responsável. Com isto tentou-se minimizar o efeito de coação que a presença do responsável (na maioria das vezes era o proprietário da produção) poderia surtir no empregado. Quando no domicílio apenas uma pessoa trabalhava na produção, somente um questionário de condições de trabalho era preenchido. Ao todo foram coletados 330 questionários de condições de trabalho, o que indica que em 70 estabelecimentos apenas uma pessoa trabalhava na produção.

O terceiro questionário aplicado nos domicílios trata-se, na verdade, de uma ficha onde um dos pesquisadores fazia observações sobre as condições físicas do ambiente de trabalho, tais como iluminação, ergonomia ao trabalhar, ruído, etc. Os pesquisadores, ao serem treinados, foram alertados sobre quais seriam as condições ideais de trabalho para que pudessem preencher as fichas. Como as normas técnicas de ergonomia são complexas, a observação não seguiu rigorosamente estas normas, mas o nível do bom senso. Por exemplo, como as entrevistas eram feitas no ambiente de trabalho, se o ruído das máquinas não permitisse conversar com o entrevistado de forma normal, seria marcado que o ruído estava inadequado. O número de fichas com dados sobre o ambiente de trabalho totalizou 200, o que corresponde ao universo de domicílios, com produção de confecções, pesquisados.

A massa de dados obtida nesta pesquisa de campo foi disponibilizada para todos os pesquisadores envolvidos na redação do relatório, após sua devida crítica com base em cruzamentos simples de variáveis-chave.

6.4 Pesquisa empresarial e institucional

Com o objetivo de verificar os esforços em inovação e desenhar o mapa de cooperação do APL, foram realizadas entrevistas junto a empresas formais e instituições que compõem a governança do mesmo. A amostra de empresas a serem entrevistadas foi definida a partir do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e da Relação Anual de Informações Sociais de 2007. Foram identificadas 399 empresas formais, sendo que apenas 128, ou seja, 32,1% do total possuem registro de funcionários. A distribuição do número de empresas por faixa de funcionários contratados está descrita na tabela 6.2.

TABELA 6.2
Distribuição das empresas formais de Toritama por estrato de funcionários

Número de Funcionários	Número de Empresas	Amostra Pretendida	Amostra Realizada
0	271	0	0
1 – 5	61	0	0
6 – 10	31	0	0
11 – 20	18	5	2
21 – 40	12	3	4
Mais de 40	6	2	2

Fonte: RAIS, 2007.

Considerando que boa parte das empresas com até 10 funcionários provavelmente funcionam em domicílios, tendo em vista a cultura local, optou-se por utilizar como universo da pesquisa empresarial o volume de 36 empresas. A amostra aleatória estratificada desejada também está representada na tabela 6.2. Esperava-se entrevistar, em Toritama, 27,8% das empresas com mais de 10 funcionários. Contudo, o volume de recusas impediu que se atingisse a meta, sendo realizadas efetivamente 8 entrevistas das 10 previstas. Vale registrar que houve mais duas amostras para substituição de recusas, mas, mesmo assim, não se atingiu o total esperado. A distribuição dos quantitativos das empresas entrevistadas mostra que uma das empresas que possuía menos de 21 funcionários em 2007 cresceu após esta data, tendo mudado de categoria e que a recusa ocorreu em uma menor faixa de tamanho de empresa, ou seja, naquela que empregava de 11 a 20 pessoas.

O questionário aplicado, que se encontra em anexo, foi uma adaptação do questionário da REDESIST, que foca principalmente questões evolutivas da empresa e o processo de inovação e de cooperação. O referido questionário foi simplificado para o caso de Toritama, tendo em vista as especificidades locais.

As entidades foram entrevistadas praticamente em caráter censitário. Apenas nas instituições de ensino superior não se atingiu essa totalidade. Foram feitos 4 roteiros de entrevistas (em anexo) com questões semiestruturadas que permitissem uma análise qualitativa do funcionamento da entidade e de como esta se inseria na governança do APL. Um roteiro foi aplicado para as associações e sindicatos, outro para as instituições financeiras, outro para as instituições de ensino e pesquisa e outro para órgãos de diversas esferas de governo.

7. Migração e trabalho em Toritama-PE

Wilson Fusco
Valtemira Mendes Vasconcelos

7.1 Introdução

O Agreste Pernambucano destacou-se ao longo do período de 1970 a 2000, não só como área de maior evasão de população, como também de maior atração de migrantes do estado, em termos proporcionais. Esse recorte territorial foi o lugar de troca migratória mais expressiva com o estado de São Paulo, pois ao mesmo tempo em que se tornou a região com mais emigrantes para a metrópole paulista, ela foi também a que mais recebeu migrantes retornados, superando, em termos de volume, a migração de retorno à Região Metropolitana de Recife (LYRA, 2005). Este expressivo fluxo de retorno pode ser explicado por alguns processos que vêm ocorrendo na região desde a década de 70. Têm sido registradas, nesse sentido, novas atividades que envolvem a produção de roupa popular, de bordados e renda, do artesanato de barro e a dinamização do comércio e dos serviços, que estão assumindo um papel econômico importante.

No panorama demográfico mais geral, não somente no Nordeste, mas no resto do Brasil, o fenômeno migratório vem assumindo importante papel pelas suas diferentes implicações na dinâmica populacional. Além da diversificação das formas de assentamentos humanos, ganharam importância novos espaços regionais e outros tipos de mobilidade populacional, com claras consequências nos padrões de espacialização da população, dentro e fora dos grandes centros urbanos, caracterizando, assim, uma relativa desconcentração demográfica (CUNHA, 2003). Algumas das consequências dessas transformações podem ser verificadas também nos municípios que fazem parte do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, em função do referido desenvolvimento econômico da região.

Nesse sentido, os fluxos migratórios relacionados à ocupação no setor de confecção de vestuário do município de Toritama configuram-se como objeto principal de análise deste capítulo. Pretende-se pensar a migração em Toritama sob dois aspectos: inicialmente, com relação às consequências do intenso processo migratório sobre a renda e a qualificação profissional da população local, após a absorção dos

fluxos; além disso, buscar-se-á analisar a migração em suas diferentes modalidades, uma vez que os deslocamentos que ocorrem em Toritama abrangem desde movimentos de longa distância até a “migração pendular” cotidiana, conceito que ainda suscita debates no meio acadêmico sobre sua validade.

Ademais, a motivação para migrar, por um lado, e a existência de estruturas que apoiam e sustentam a migração – as redes sociais -, serão consideradas neste segmento do relatório. Estas questões dificilmente são trabalhadas em análises que utilizam dados quantitativos, pois as fontes de dados secundários não proporcionam, em geral, informações relativas a motivo para migrar nem a estruturas reticulares que servem de ponte entre origem e destino. Para suprir essa lacuna serão utilizados neste capítulo, além do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2000, mais dois bancos de dados. Estes bancos de dados são resultados de pesquisas domiciliares ocorridas em Toritama, no ano de 2008, especialmente para captar informações sobre os trabalhadores do setor de confecção de vestuário e acessórios.

7.1.1 Localização e caracterização da área estudada

Situada no Agreste Setentrional de Pernambuco, particularmente na microrregião do Alto Capibaribe, Toritama dista 167 km do Recife e 36 km de Caruaru. O município compreende uma área de 34,8 km² e sua população, de acordo com os dados da contagem do IBGE realizada em 2007, era de 29.897 pessoas.

Nas últimas décadas tem-se registrado o intenso crescimento econômico e populacional de Toritama, cidade que passou a ser considerada como lugar de forte atração para trabalhadores que vêm de diversos lugares do país com a intenção de encontrar na indústria e no comércio de confecções uma oportunidade de emprego. Sua economia, atualmente, divide-se entre o comércio e a indústria de vestuário e acessórios, desenvolvidos energicamente nos últimos anos e impulsionados especialmente pela indústria de confecções de jeans, seu principal produto.

O setor produtivo de confecções na região do polo em estudo é composto por milhares de empreendimentos, informais na maioria dos casos. Essa atividade teve início da década de 1970, quando os caminhoneiros que transportavam mercadorias da sub-região do Agreste pernambucano para o estado de São Paulo defrontavam-se, frequentemente, com a falta de carga na viagem de retorno. Alguns desses caminhoneiros passaram a comprar e transportar retalhos do tecido chamado helanca com o intuito deles serem aproveitados por costureiras de Santa Cruz do Capibaribe,

que experimentavam certa ociosidade devida, principalmente, aos custos relativamente altos de matéria-prima para a confecção de roupas (XAVIER, 2006). A parceria entre os caminhoneiros e as costureiras de Santa Cruz do Capibaribe prosperou e consolidou-se em curto espaço de tempo, chegando a caracterizar uma atividade que recebeu o nome de *indústria da sulanca*⁴⁹. A expansão da indústria de confecção naquela pequena porção do Agreste de Pernambuco deve-se a uma conjunção de fatores, dentre os quais vale destacar a proximidade da cidade de Caruaru, que, além de ser um importante polo econômico sub-regional, abriga a maior feira ao ar livre do interior nordestino. Sem Caruaru, a indústria da sulanca teria pouca probabilidade de prosperar em Santa Cruz do Capibaribe; da mesma forma, sem esta, provavelmente Toritama teria continuado a exibir o fraco dinamismo que ainda hoje se observa na maioria das cidades do Agreste pernambucano (DUARTE e FUSCO, 2008).

O fato concreto é que Toritama tornou-se o maior polo de confecções do Nordeste, a ponto de ser responsável, hoje, pela fabricação de 15% do jeans produzido no país. As mudanças ocorridas no município ao longo da década de 1990, em decorrência da expansão da atividade de confecção de roupas, manifestaram-se de diversas formas. Dentre essas transformações, merece destaque o crescente fluxo de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho no setor de confecções, bem como nas outras atividades subsidiárias.

Uma dessas atividades subsidiárias conferiu outro destaque ao município, em função de ser considerado como um polo de lavanderias, responsável pela manutenção de vários postos de trabalho. Nessas empresas é realizado todo o processo de lavagem, amaciamento, tingimento e descoloração do jeans. Entretanto, além de gerar empregos, as lavanderias de Toritama vêm provocando polêmica em questões ambientais, pois estas indústrias são as grandes responsáveis pela poluição local do rio Capibaribe, um dos mais importantes do estado de Pernambuco.

7.2 Abordagens para migração e trabalho em Toritama

A mesorregião do Agreste Pernambucano tem apresentado crescimento econômico nos setores de exploração agrícola, pecuária e atividades do comércio, além de serviços associados aos centros urbanos dinâmicos. No entanto, foi por meio

⁴⁹ Para uma avaliação detalhada da indústria da sulanca, ver Fade/UFPE (2003).

da produção de roupas, bordados, renda – e, conseqüentemente, em função da comercialização destes produtos, com a criação e o incremento de feiras livres - que a região ganhou o destaque que tem atualmente.

Esses elementos provocaram a atração de trabalhadores, não somente de pessoas que haviam saído da região e hoje estão retornando, mas, também, de migrantes que vêm de municípios vizinhos, que reagem a novas oportunidades de emprego e investimento. Dessa forma, o município de Toritama passou a desempenhar importante papel na dinâmica demográfica regional, devido aos intensos fluxos migratórios e ao rápido crescimento populacional. A migração, por sua vez, é um processo social complexo, que pode ser estudada a partir de diferentes abordagens.

No final do século XIX, Ravenstein (1885) formulava suas “leis da migração”, apoiadas no registro das regularidades de movimentos migratórios entre Inglaterra e outros países. Seu trabalho iniciou um longo caminho para as análises de movimentos populacionais, marcado pela vinculação entre atividades econômicas e deslocamentos de grupos específicos. A organização dessas regularidades de forma sistemática resultou em proposições que dizem respeito à distância entre origem e destino, migração por etapas, associação entre corrente e contra corrente, dentre outros elementos próprios dos fluxos.

Everett Lee (1966), na década de 1960, elaborou uma nova tentativa de construir uma “teoria” para os deslocamentos populacionais. Ao considerar a migração como mudança permanente ou semipermanente de residência, além de apreciar esse processo como uma consequência racional, ponderada entre os fatores de atração e expulsão e intermediada por obstáculos intervenientes, Lee refinou e ampliou o modelo de Ravenstein.

No caso dos habitantes da região Nordeste, as secas episódicas foram e ainda têm sido causadoras do êxodo de famílias rurais para as áreas urbanas do próprio Nordeste ou para outras regiões do país (DUARTE, 1979). Como a maioria dos habitantes do Sertão sobrevive da agricultura de subsistência dependente de água das chuvas, qualquer interrupção destas (seja em termos espaciais, seja no calendário das precipitações) provoca a perda da safra e leva milhões de pessoas à situação de indigência. Além disso, o fraco desempenho econômico de muitos municípios da região resulta em baixa oferta de empregos, aumentando o peso dos fatores de expulsão nesses lugares e estimulando a saída de pessoas de seu local de origem.

Se determinados elementos têm a força para desenraizar grandes contingentes de população, outros exercem atração e direcionam esses segmentos para áreas específicas. Todaro (1976), por exemplo, acreditava que, nos países pobres, apesar

do conhecimento da existência de altas taxas de desemprego e subemprego nas áreas urbanas, os emigrantes rurais agiam racionalmente, visto que eles levavam em conta não o presente, mas os diferenciais futuros de renda para escolherem o lugar de destino de sua moradia. Outro adepto da predominância dos fatores de atração, Glantz (1973: FRB n° 52), argumenta que os migrantes escolhem os lugares de destino onde, esperam, irão receber benefícios sociais e ter acesso a melhores serviços públicos. Ainda que os imigrantes em Toritama sejam originários predominantemente de áreas urbanas, foram encontrados neste município elementos de atração semelhantes aos elencados por Todaro, uma vez que a grande oferta de emprego é dirigida à mão-de-obra pouco qualificada, associada à contratação informal e à precariedade das relações de trabalho. Não foram encontrados, no entanto, registros que apoiem a proposição de Glantz em nossa área de estudo, pois a informalidade do trabalho local não proporciona os benefícios próprios de quem tem carteira de trabalho assinada, e o município, sem coletar os impostos devidos, não oferece bons serviços públicos.

Os esforços analíticos que seguiram aos neoclássicos redirecionaram a ênfase individual para o entendimento da migração imersa em processos mais amplos de transformação social. A partir de vertentes diversas, o enfoque alternativo convergia para a inevitabilidade das migrações na construção e consolidação das sociedades capitalistas, a qual dependia da formação de grandes contingentes de mão-de-obra para seu satisfatório desenvolvimento. Como resultado, o estudo da migração passou a vincular os processos de deslocamento populacional à inserção dos migrantes nos espaços econômicos em transformação, ou seja, a associação entre migração e emprego ganhou a proeminência nos estudos temáticos (PATARRA E CUNHA, 1987).

Mais recentemente, o avanço do pensamento que propõe a relativa desvinculação entre produção econômica e emprego desafia abordagens teórico-metodológicas que assumem a existência de uma relação mecânica entre migração e emprego industrial. Como coloca Jannuzzi (1996), as manifestações atuais do processo de urbanização no Brasil e o acirramento da polarização do crescimento demográfico em direção a alguns centros urbanos fora das regiões metropolitanas também trazem novidades na discussão dos níveis e padrões migratórios da população. Para o caso de Toritama, percebe-se que a relação entre migração e emprego industrial é nítida, mas a estrutura produtiva em questão não se enquadra tão bem nos moldes tradicionais, nem o polo de desenvolvimento se localiza no interior de uma região metropolitana.

7.3 Redes sociais na migração

O papel das redes sociais na migração recebeu muita atenção dos estudiosos que criticam a perspectiva neoclássica sobre o tema (MASSEY et al, 1998; PORTES, 1995; TILLY, 1990; BOYD, 1989; MASSEY et al, 1987). Qualificada, geralmente, de forma diferente dos condicionantes que provocam o início dos fluxos migratórios, essas redes estariam atreladas à manutenção e expansão do movimento. Segundo Douglas Massey (1998: p.42):

“Embora os diferenciais de renda, a diversificação de riscos, os esforços de recrutamento e a penetração do mercado possam continuar a estimular o movimento das pessoas, novas condições que surgem no curso da migração parecem funcionar como causas independentes; as redes migratórias se desenvolvem, e o significado social do trabalho muda nas sociedades de destino. A consequência usual dessas transformações é a ampliação dos fluxos, levando à perpetuação da migração através do tempo e do espaço.”

As redes migratórias são formadas por laços que conectam migrantes recentes, migrantes pioneiros e potenciais migrantes em áreas de origem e destino por meio de relações de parentesco, amizade e origem comum (MASSEY et al, 1998). Segundo Portes (1995: p.8), as redes são importantes na dimensão socioeconômica da sociedade porque são fontes para aquisição de elementos escassos, como capital e informação, e porque simultaneamente impõem constrangimentos efetivos à busca de metas pessoais. Isso quer dizer que os mecanismos que operam na captação de recursos, os quais se desenvolvem por intermédio de laços sociais, facilitam o projeto de migrar e a adaptação no destino, ao mesmo tempo em que submete e limita o migrante aos códigos sociais próprios da comunidade em que está inserido.

Quando alguns migrantes pioneiros se estabelecem, após enfrentarem os riscos e custos – tanto financeiros quanto emocionais - inerentes ao processo, o primeiro estágio de um fluxo maior é alcançado. Para que o processo evolua, no entanto, é necessário que tais pioneiros mantenham e cultivem os laços sociais com seu lugar de origem. O deslocamento de alguns migrantes e de suas redes pessoais para outra localidade, associado à ampliação dessas redes ao passo em que se estabelecem no destino, iniciam o processo de expansão da migração, pois os demais membros do grupo original do migrante passam a ter mais e mais contatos no destino, que se configuram como potenciais fontes de recursos. Os laços de parentesco e amizade, nesse contexto, restringem a ampliação do movimento aos limites espaciais, geralmente estreitos, nos quais repousam esses mesmo laços. O aumento do alcance

das redes sociais relacionadas à migração, portanto, amplia a esfera de inclusão para potenciais migrantes, ao mesmo tempo em que limita esse crescimento aos locais onde se encontram os grupos sociais na origem, vinculados aos respectivos membros no destino (FUSCO, 2007).

A aplicação do conceito de redes sociais para melhor compreender os deslocamentos populacionais foi inicialmente restrita às migrações internacionais. No entanto, essa abordagem tem sido utilizada para casos de migração interna no Brasil e, até mesmo, para estudos que focalizam essa mesma mesorregião do Agreste pernambucano (LYRA, 2005). Dessa forma, acredita-se que a abordagem das redes nas migrações em Toritama pode, também, contribuir para inferências relevantes.

7.4 Fluxos pendulares

No Brasil, o deslocamento populacional passa a ser rediscutido também em termos de modalidades, destacando-se novos movimentos como circularidade, retorno e residência base, fazendo aparecer tipos de deslocamentos com destino, duração e periodicidade diversos, que não necessariamente impliquem em mudança de residência. As estratégias dos migrantes se alteram em função da nova realidade, da flexibilidade produtiva e precariedade do mercado de trabalho. Nesse sentido, a pendularidade e as novas modalidades de movimentos populacionais poderiam ser vistas como uma das faces do modo como se desenvolvem os movimentos migratórios (OLIVEIRA, 2006). De maneira geral, considerar a migração somente como mudança definitiva de residência, de uma divisão político-administrativa a outra, pode não ser mais interessante metodologicamente.

Cabe lembrar que as empresas iniciaram um processo de desintegração, tanto espacial - quando as empresas saem do lugar de origem, na maioria das vezes grandes centros urbanos, para o interior, onde os impostos são menores e a mão-de-obra é barata -, quanto produtiva - quando se dá o processo de terceirização, a fim de aumentar a competitividade no mercado. Este processo de realocação de empresas e pessoas tem crescido bastante nas atividades de confecção de vestuários e acessórios em Pernambuco. Tem sido observado um aumento considerável no número de empresas que se dirigem para o polo de fabricação de roupas do Agreste, e esse é um dos fatores que tem provocado a entrada de um grande contingente de população que se desloca diariamente para trabalhar, além dos migrantes que se mudam definitivamente para a sede município onde se localizam as empresas.

Ao buscarem novas estratégias de inserção ocupacional, as pessoas alteram o modo tradicional como se processavam as migrações, quando os movimentos de média e longa distância correspondiam a mudanças definitivas de residência. Como consequência, surge a pendularidade e outras novas modalidades de movimentos populacionais, que poderiam ser traduzidas como novas faces derivadas do processo de desenvolvimento dos movimentos migratórios. É este o processo e suas derivações que se verifica em Toritama, pois se percebe que boa parte dos trabalhadores reside em cidades e zonas rurais de municípios vizinhos, deslocando-se diariamente para Toritama, a fim de exercerem suas atividades.

Há várias discussões em relação ao conceito de migração pendular, devido ao fato deste tipo de fluxo ser considerado apenas como mobilidade populacional, não entrando no conceito de migração. Atualmente, discute-se bastante entre os estudiosos que trabalham com fluxos populacionais a inserção da mobilidade pendular como um tipo de migração. No entanto, a mobilidade pendular será abordada neste texto devido à importância que vem tomando no atual contexto da dinâmica migratória local e nos estudos sobre rede urbana.

O estudo da dinâmica populacional urbana com base nos movimentos pendulares está vinculado a uma das linhas tradicionais de pesquisa da Geografia Urbana com a identificação de áreas de influência ou regiões funcionais. Portanto, a discussão do movimento é indissociável da abordagem sobre mobilidade. É esta que vai caracterizar a vida urbana atual, acentuando a importância dos transportes, por exemplo. Nessa discussão, deve ser considerada a própria diversidade de uso do termo em expressões, ora aparecendo como “migração pendular”, ora como “movimento pendular” (BRANCO; FIRKOWSKI e MOURA, 2005).

Ainda para essas autoras, o conceito de “migração pendular” é antigo na Geografia, pois aparece nas análises de Beaujeu-Garnier e Derruau, dentre outros, com ênfase em Geografia da População. Para estes não há uma denominação única para essa ordem de deslocamentos, na medida em que ora se referem à “migração” ora a “movimento”. Assim, enquanto a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por movimentos frequentes entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica.

Desse modo, a natureza dos deslocamentos pendulares difere substancialmente da compreendida pelos movimentos migratórios tradicionais, embora ambos impliquem fluxos de pessoas no território. No “movimento” ou “deslocamento” pendular entende-se que a dinâmica envolve um deslocamento diário, não implicando transferência para outro lugar ou fixação definitiva.

Para alguns autores (OJIMA, PEREIRA e SILVA, 2007), essa modalidade de movimentos é corretamente denominada de “deslocamento pendular” por se considerar que trabalhando ou estudando em municípios distintos este movimento possui uma regularidade cotidiana. E uma das maneiras de captar empiricamente a dinâmica populacional que configura esses movimentos é a utilização da informação censitária que registra o município que a pessoa trabalha ou estuda.

Nesse contexto, vê-se que o uso da informação de deslocamento pendular com objetivo de trabalho ou estudo é uma importante ferramenta para entender os processos de metropolização, pois permite verificar o grau de extensão da circularidade de pessoas numa determinada região. Ainda que esteja muito longe de ser considerada uma região metropolitana, o polo de confecções do Agreste e, mais especificamente, o município de Toritama podem ser estudados, também, com bastante proveito a partir da idéia de migração pendular, ainda que este conceito não seja aceito universalmente como um tipo de migração.

7.5 Trabalho

O desequilíbrio entre oferta e demanda por mão-de-obra decorre, dentre outros fatores, do aumento do número de desempregados e de pessoas ocupadas no setor informal da economia. A oferta de trabalhadores em uma economia é determinada, *grosso modo*, pelo volume populacional, pela estrutura etária e de sexo e pela taxa de participação específica por idade e sexo. Os dois primeiros fatores são determinados pelos efeitos demográficos de fecundidade, mortalidade e migração, enquanto o último é influenciado por fatores econômicos, sociais e culturais. Assim, a diminuição da força de trabalho decorre dos efeitos da emigração e da mortalidade, enquanto fatores culturais e socioeconômicos podem restringir ou potencializar a busca por empregos. Os fatores demográficos relacionados ao desemprego podem ser reflexos dos efeitos da queda de fecundidade, do envelhecimento da população, da sobremortalidade de jovens e da diminuição da imigração (CARVANO e JANNUZZI, 2006).

Dessa maneira, os efeitos da migração, em decorrência da busca por oportunidades de emprego e melhores perspectivas profissionais, também podem ter um efeito considerável na quantificação da População Economicamente Ativa (PEA). Nesse caso, a imigração pode representar um acréscimo da população e, em consequência, uma maior pressão para o mercado de trabalho.

Esse quadro retrata bem o que vem ocorrendo com as indústrias de confecções no Brasil. Estas apresentam grande diversidade, tanto de mercados quanto de produtos, processos de produção, qualificação e regime de trabalho, tipos de organização, níveis tecnológicos, tamanhos e volumes de capital. O mercado interno para este setor é bastante diversificado e bem mais representativo que o mercado externo. Mas as indústrias de confecções no Brasil têm reduzido o seu tamanho e terceirizado sua produção, ampliando o número de pequenas empresas contratadas e incrementando o trabalho informal. Alterações nas relações de trabalho, em decorrência da reestruturação produtiva, aumentaram a precarização do trabalho e a informalidade. Estas características podem ser observadas pela sazonalidade, quando em determinados períodos do ano há uma intensificação do trabalho informal, favorecida pelo desaquecimento dos setores formais da indústria, comércio e serviços (OLIVEIRA, 2004).

A partir do contexto atual das fábricas de confecções de Toritama, pode-se considerar que o mesmo se assemelha ao sistema de linha de montagem de alta produtividade do *Fordismo*. No entanto, diferentemente do *Fordismo* - que dava aos trabalhadores renda e tempo para lazer suficientes para que consumissem os produtos em massa -, o que se observa nas fábricas⁵⁰ e fábricas do município é apenas a utilização do tempo disponível para a produção em massa, não restando nenhum período de tempo para qualquer outro tipo de atividade que não o trabalho.

O *Fordismo* trouxe, para a maioria dos países do terceiro mundo, insatisfação, destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas do domínio capitalista em troca de ganhos muito baixos em termos de padrão de vida e de serviços públicos para a massa dos operários (HARVEY, 2006). Foi a rigidez do *Fordismo* que o levou a decadência em meados dos anos 60: rigidez dos investimentos de capital fixo, rigidez no sistema de produção em massa, nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, a rigidez dos compromissos do Estado.

Mas o que isso tem a ver com Toritama? Pelo que se pode apreender, a economia desse município parece se assemelhar bastante ao modelo de Ford. Não que o sistema de produção de jeans seja totalmente rígido, mas o sistema de trabalho se aproxima bastante. Toritama também vem passando por um processo de acumulação flexível, aquela mesma acumulação que surgiu com o fim do período *Fordista* na década de 60.

⁵⁰Termo utilizado para empresas auxiliares (de terceirização de etapas da produção) de baixo investimento inicial. Utiliza-se aqui a concepção de fábricas citada por Eduardo G. Noronha e Lenita Turchi em trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre "Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais" de 2005.

A flexibilidade que trouxe níveis altos de desemprego estrutural e ganhos modestos, além de uma jornada de trabalho que tem, em média, quarenta horas por semana, mas que obriga o empregado a trabalhar mais horas por dia em períodos de muita demanda e é responsável pelo aumento do trabalho temporário e pelas subcontratações. E são estas últimas que abrem oportunidade para a formação de pequenas empresas, permitindo até sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista (HARVEY, 2006).

O surgimento de novas formas de organização industrial, frequentemente dominadas por grupos de migrantes, pode indicar, também, o surgimento de novas formas de sobrevivência para os desempregados; em outros casos existem apenas grupos de imigrantes tentando entrar num sistema capitalista. Ford também usou quase que exclusivamente a mão-de-obra imigrante no seu sistema de produção. A rotatividade da força de trabalho de Ford também era alta (HARVEY, 2006). Tais fatores também se assemelham aos da área em estudo.

7.6 Características sociodemográficas da população analisada

A migração laboral no Brasil é um processo social no qual os atributos dos atores e a dimensão temporal dos fluxos importam para uma análise mais detalhada. Neste segmento apresentam-se informações relevantes para a caracterização da migração associada aos aspectos ocupacionais do setor de confecção em Toritama, examinando os dados populacionais a partir de três fontes: o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2000, uma pesquisa domiciliar por amostragem aleatória realizada em 2008 (cuja referência nas fontes das tabelas 7.3 e 7.4 aparecem como “pesquisa domiciliar Fundaj”) e uma pesquisa de campo complementar, não representativa, também desenvolvida em 2008 (cuja referência na fonte da tabela 7.5 aparece como “pesquisa complementar Fundaj”).

7.6.1 Dados do censo 2000

Como pode ser observada na tabela 7.1, a atividade de confecção em Toritama absorvia 58,3% dos trabalhadores ocupados no ano 2000. O subsetor mais importante, em termos de absorção da mão-de-obra local, depois de confecção, era o

comércio, principalmente aquele realizado em postos móveis ou mercados. Fica evidente, nessa tabela, que a atividade de confecção de vestuário e acessórios ocupava mais da metade da mão-de-obra desse município, que se especializou na indústria de confecção de uso popular. As atividades comerciais, por sua vez, estavam relacionadas, predominantemente, com a distribuição das mercadorias produzidas pelas indústrias de confecção.

TABELA 7.1

Distribuição da população ocupada (10 anos ou mais) segundo setor de atividade. Toritama, 2000.

Atividades	População Ocupada (%)
Mal especificadas	0,3
Agropecuária e assemelhados	6,5
Indústrias de transformação	61,7
(Confecção de artigos do vestuário e acessórios)	(58,3)
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,1
Construção	2,4
Comércio e serviços de reparação de objetos	12,1
Alojamento e alimentação	2,2
Transporte, armazenagem e comunicações	1,6
Intermediação financeira	0,0
Atividades imobiliárias	0,5
Administração pública	2,9
Educação	1,9
Saúde e serviços sociais	0,5
Outros serviços coletivos	3,4
Serviços domésticos	3,9
Total (%)	100,0
Total	10296

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulação própria.

Do total de 21.800 pessoas residentes em Toritama no ano 2000, mais da metade (57,2%) tinha idade entre 0 e 24 anos, característica consistente com o perfil demográfico das cidades do interior nordestino, onde a taxa de fecundidade é relativamente elevada quando comparada com a da população das outras regiões brasileiras. Considerando a participação da mão-de-obra ocupada na indústria de confecção na cidade, vê-se na tabela 7.2 que havia uma grande concentração de jovens em Toritama (66,0%) nas faixas etárias entre 15 e 29 anos, enquanto que no restante do estado de Pernambuco essa proporção era de 40,5%. Essa diferença pode encontrar explicação – além da diferença na composição por idade de cada população – pela disposição dos mais jovens de enfrentar situações em que ocorre,

frequentemente, maior precariedade nas relações de trabalho, como é o caso analisado.

TABELA 7.2
Distribuição da população ocupada na atividade de confecção segundo faixas de idade e sexo. Toritama, 2000.

Faixas de idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
	(%)		
10 a 14	6,7	1,3	4,2
15 a 19	20,7	17,8	19,4
20 a 24	27,5	27,7	27,6
25 a 29	20,4	17,3	19,0
30 a 34	9,7	15,0	12,1
35 a 39	7,2	9,1	8,1
40 a 44	3,7	4,4	4,0
45 a 49	1,7	5,0	3,1
50 a 54	1,6	1,4	1,5
55 a 59	0,0	0,6	0,3
60 a 64	0,9	0,3	0,6
Total(%)	100,0	100,0	100,0
Total	3301	2701	6002

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulação própria.

A tabela 7.2 mostra ainda uma diferença digna de registro quanto à distribuição das pessoas ocupadas, por sexo, na atividade de confecção em Toritama. Enquanto que, considerando a população total do Brasil, os homens correspondiam a 14% das pessoas ocupadas na atividade de confecção, em Toritama os homens correspondiam a 55% das pessoas aí ocupadas. Uma possível explicação é que, se esse subsetor, de forma geral, configura-se como nicho ocupacional no qual predomina a população feminina, a intensa especialização da região e o conseqüente recrutamento da maioria da mão-de-obra disponível, do município e do entorno, causaram suficiente interferência no comportamento da população para transformar essa questão de gênero no espaço analisado.

Os dados do Censo revelam também que, no ano 2000, 31,5% dos moradores de Toritama eram migrantes. Considerando agora somente este grupo, 17,6% eram migrantes originários de outras UFs, enquanto que 82,4% eram naturais de Pernambuco. Para detalhar ainda mais, 8,6% dos pernambucanos eram nascidos em Toritama, ou seja, eram migrantes de retorno à cidade de nascimento. Com o objetivo de ilustrar o potencial de atração do local, pode-se dizer que se os municípios de Pernambuco fossem hierarquizados em ordem decrescente pela taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000, Toritama estaria na 3ª posição, o que

sugere a existência de forte atratividade migratória comparativamente aos demais municípios do estado. Ademais, os dados da contagem de 2007, realizada pelo IBGE, mostram que Toritama teve uma taxa de crescimento populacional ao ano de 4,6%, a maior do estado, no período de 2000 a 2007.

Com relação aos toritamenses ocupados na atividade de confecção, quase 40% deles era migrante, o que indica a importância do setor na atratividade migratória local. O tempo médio de residência em Toritama, para esses imigrantes, era de 9,4 anos, fato que, em princípio, já lhes conferia as características de nativos do município. O estoque de imigrantes ocupados no setor de confecção em Toritama era formado por 80,0% de pernambucanos – dentre os quais 9,2% eram retornados plenos (nascidos em Toritama) -, 8,0% de alagoanos, 4,8% de paulistas e 4,6% de paraibanos, além de 2,6% divididos entre paranaenses, mineiros, potiguares e cearenses. A maioria dos imigrantes nascidos fora do estado de Pernambuco (464 pessoas) chegou a Toritama durante os 10 anos anteriores ao ano 2000. Com relação a esses migrantes recentes (com menos de 10 anos de residência na UF), aproximadamente 30 % deles fizeram um longo trajeto a partir do estado de São Paulo e quase 50 % vieram dos vizinhos estados de Alagoas e Paraíba.

7.6.2 Dados da pesquisa domiciliar

Esta pesquisa⁵¹ foi desenvolvida em duas etapas: a primeira teve por objetivo estimar o número de domicílios da região urbana de Toritama nos quais residisse pelo menos uma pessoa em idade ativa empregada no setor de confecções de vestuário, e elaborar um cadastro dos domicílios que funcionavam como fábricas; na segunda etapa realizaram-se, de fato, as entrevistas com os trabalhadores, a partir de uma amostra dos domicílios arrolados na primeira fase. O método amostral empregado em ambas as etapas da pesquisa foi a amostragem aleatória simples. Neste método de amostragem, todas as unidades amostrais – domicílios localizados na área urbana de Toritama – têm igual probabilidade de serem selecionados para a amostra. Dessa forma, realizaram-se 330 entrevistas com pessoas residentes de Toritama e que trabalhavam na confecção de vestuário.

⁵¹ A pesquisa de campo foi realizada com financiamento da Fundação Joaquim Nabuco e faz parte do projeto “O Pólo de Confecções de Toritama: análise das relações de trabalho e da informalidade”, coordenado pelo pesquisador Luis Henrique Romani de Campos, e objeto do presente relatório.

A distribuição da população entrevistada na pesquisa domiciliar segundo o sexo do trabalhador registrou 34,5% de homens e 65,5% de mulheres. A diferença com relação à proporção que resultou dos dados do Censo de 2000 (que registrou maior proporção de homens) pode estar relacionada a dois fatores, dentre outros: por um lado, o local escolhido para as entrevistas – o domicílio - concentra relações de trabalho mais precárias do que empresas de maior porte, e as mulheres, comumente mais vulneráveis e exploradas neste aspecto, ocupam proporcionalmente mais postos de trabalho nas unidades produtivas domiciliares; por outro lado, a atratividade migratória dos anos mais recentes pode estar trazendo mais mulheres para o mercado de trabalho local, justamente pelo tipo de produção predominante, a qual privilegia a maior exploração da mão-de-obra em favor da lucratividade.

Com relação à estrutura etária da população pesquisada, os dados revelam que os trabalhadores, em 2008, tinham em média 31,5 anos de idade, enquanto que, em 2000, eles tinham essa média em 26,3 anos, segundo o último censo. Essa ampliação das faixas de idade nas quais se enquadram os ocupados na atividade de confecções (com o conseqüente aumento da idade média) encontra correspondência com o que já se observou em diversos outros espaços de forte imigração. Uma das explicações mais utilizadas é a que evidencia o funcionamento das redes sociais nas migrações.

Conforme referenciado anteriormente, o conceito de redes aplicado às migrações permite compreender a dinâmica dos fluxos em função de determinados atributos da população que migra, dentre outros fatores. Quando o processo está em seu início, as redes sociais funcionam como uma espécie de “filtro-catalisador”, ou seja, elas impulsionam a migração, mas seletivamente: os indivíduos recém-chegados, predominantemente, fazem parte do grupo de conexões sociais dos imigrantes pioneiros. Com o passar dos anos, as redes sociais – estruturas dinâmicas cujos pontos de contato são eventualmente acrescidos ou retirados de seu conjunto –, associadas ao aumento da oferta de empregos, incluem um número cada vez maior de pessoas nos grupos envolvidos, de maneira a diminuir a seletividade do migrante em diversos aspectos, neste caso em termos da idade do trabalhador.

De fato, se for comparada a estrutura etária em função do status migratório, tanto do pessoal ocupado no setor de confecção registrado pelo censo quanto daqueles captados pela pesquisa domiciliar, se constatará que o migrante sempre aparece com uma média de idade superior ao não migrante. Ademais, a média de idade dos imigrantes em 2008 é maior do que em 2000, sugerindo o aumento da média também no interior do grupo com o passar dos anos. Além da diminuição da seletividade por idade causada pela ampliação da migração em função dos efeitos das

redes sociais, também se pode considerar que a diferença das médias de idade verificadas entre 2000 e 2008, tanto entre os migrantes como entre os não migrantes, está associada ao processo de envelhecimento populacional, que ocorre cada vez mais intensamente em todo o país.

A dinâmica migratória local é o destaque neste trabalho, e os resultados da pesquisa domiciliar corroboram os subsídios anteriores, registrados pelo censo de 2000 e pela contagem de 2007, ambos os trabalhos realizados pelo IBGE. Segundo tais resultados, a população ocupada no setor de confecção divide-se entre 60% de migrantes e 40% de não migrantes. Ao revelar uma proporção de migrantes no setor de atividade em questão ainda maior que o censo de 2000, a pesquisa domiciliar evidencia a continuidade e o incremento do processo migratório em Toritama. Segundo a tabela 7.3, dentre as dez principais cidades que figuram como lugar de nascimento dos migrantes, oito localizam-se em Pernambuco (as demais cidades que não aparecem na tabela correspondem a menos de 2% do grupo em cada uma). Os indivíduos que declararam terem nascido em Toritama, denominados migrantes de retorno pleno, compõem 3,5% do grupo.

A presença de São Paulo entre as principais cidades de naturalidade dos migrantes é um fato relevante. Da mesma forma que tem sido observado o aumento dos fluxos de retorno dos naturais do Nordeste, principalmente voltando do Sudeste, também a migração de filhos de nordestinos que residiam em outras regiões tem sido registrada. Assim, existe forte probabilidade de que estas pessoas que declararam terem nascido em São Paulo sejam “migrantes retornados” à região de nascimento de seus pais.

TABELA 7.3
Migrantes residentes segundo município de nascimento:
Toritama, 2008.

Município de nascimento	N	(%)
Caruaru - PE	37	18,7
Vertentes - PE	20	10,1
Taquaritinga do Norte - PE	13	6,6
Recife - PE	9	4,5
Limoeiro - PE	7	3,5
Toritama - PE	7	3,5
São Paulo - SP	6	3,0
Brejo da Madre de Deus - PE	5	2,5
Surubim - PE	5	2,5
Arapiraca - AL	5	2,5
Demais	84	42,4
Total	198	100,0

Fonte: Pesquisa domiciliar Fundaj.

A tabela 7.4 mostra as principais cidades que foram relatadas como local da última procedência dos imigrantes em Toritama, e a maioria delas também figurava na tabela anterior. A partir desses dados pode-se comprovar que a comunidade migrante se deslocou, predominantemente, de cidades do próprio estado de Pernambuco, particularmente de municípios do entorno de Toritama. Por outro lado, o município de São Paulo adquiriu maior relevância como cidade de procedência do que de nascimento, o que corrobora a expectativa de se observar a continuidade de fluxos de retorno de nordestinos para sua terra natal.

TABELA 7.4
Migrantes residentes segundo município de última procedência.
Toritama, 2008.

Município de residência anterior	N	%
Caruaru - PE	37	18,7
Vertentes - PE	23	11,6
São Paulo - SP	13	6,6
Recife - PE	10	5,1
Taquaritinga do Norte - PE	10	5,1
Limoeiro - PE	8	4,0
Santa Cruz do Capibaribe - PE	7	3,5
Surubim - PE	5	2,5
Brejo da Madre de Deus - PE	4	2,0
Frei Miguelinho - PE	4	2,0
Demais	77	38,9
Total	198	100,0

Fonte: Pesquisa domiciliar Fundaj.

Os migrantes que trabalham no setor de confecções têm contribuído para alterar a configuração da população ocupada nesse setor em diversos aspectos. Dentre as variáveis socioeconômicas, nota-se a diferença entre as médias salariais dos migrantes e dos não migrantes, que são R\$ 658,00 e R\$ 555,00, respectivamente. Por outro lado, os migrantes apresentaram menor escolaridade, menos tempo de experiência com o trabalho no setor de confecção e menor índice de contribuição a algum instituto de previdência quando comparados aos não migrantes. Esse aparente paradoxo pode ser facilmente explicado: os migrantes podem ser divididos entre proprietários e trabalhadores das fábricas. Mais da metade dos migrantes são os donos das fábricas onde foram realizadas as entrevistas, e apesar de seus baixos índices de qualificação, eles “puxam” a média dos rendimentos dos migrantes para cima, superando os não migrantes, que predominam como empregados.

O grupo de migrantes entrevistado apresenta uma média de 13,5 anos de residência ininterrupta no município. Esse índice é superior ao anotado em 2000 pelo censo (9,4 anos), e pode indicar a capacidade do município em reter os migrantes.

Toritama vem crescendo em termos populacionais com taxas sempre superiores à média do estado, e ultimamente seu índice de incremento é o maior de Pernambuco. Esse aumento de população, como já foi referido, deve-se principalmente à chegada de migrantes que vieram em busca de emprego no setor de confecção.

7.6.3 Dados da pesquisa complementar

Além das 330 entrevistas realizadas por meio da pesquisa domiciliar, foram aplicados, ainda, 37 questionários complementares nos domicílios e estabelecimentos comerciais onde havia produção e comercialização de vestuários e acessórios no município de Toritama. Nesses casos, não foi considerado um requisito o respondente ser residente do município, exatamente para que se pudesse aferir e analisar os deslocamentos pendulares e cotidianos relacionados às atividades de produção e venda de vestuários em Toritama. Por meio desses dados, foram registrados 23 residentes no município e 14 pessoas que se deslocavam diariamente para trabalhar em Toritama.

Dentre os residentes, observou-se que quase 74% deles eram migrantes e apenas 26% constituíam o grupo de pessoas naturais do município e que nunca haviam emigrado. Embora estes números não sejam representativos da população como um todo, confirmam a existência da atração migratória que Toritama exerce e que tem sido destacada neste texto.

Nesta pesquisa, em particular, foi perguntado o motivo que levou a pessoa a sair do município de residência anterior, e os dados mostram que a escassez de postos de trabalho nesses municípios de origem aparece em primeiro lugar, pois mais de 43% dos migrantes entrevistados responderam que a decisão de emigrar deveu-se à falta de trabalho. Uma segunda motivação relevante diz respeito à necessidade dos entrevistados acompanharem seus familiares; estes são prováveis cônjuges ou filhos de migrantes, que se deslocaram para Toritama, junto com os integrantes da família, e representam 17,4% do grupo. Também foi inquirido o motivo de ser Toritama o lugar escolhido como destino e o resultado comprova que a atratividade local deve-se ao intenso processo produtivo no setor de confecções, pois quase 48% dos entrevistados responderam que é a grande oferta em postos de trabalho o fator preponderante do deslocamento para Toritama.

Foi verificada, ainda, a existência de redes sociais no processo migratório da região. Este levantamento mostrou uma presença forte de parentes que ajudaram

tanto com custos de financiamento para a viagem, quanto com oferta ou informações de hospedagem e/ou emprego. Entretanto, como o deslocamento por parte da maioria desses migrantes foi de localidades bem próximas, apareceu mais a ajuda na forma de oferta ou informação de emprego e hospedagem. Os parentes que ajudam são, na maioria dos casos, pessoas que chegaram a Toritama e se estabeleceram com sucesso. Essas pessoas, por sua vez, facilitam a integração social e econômica dos novos migrantes no município.

De maneira geral, as informações obtidas sobre a quantidade de pessoas que moram no domicílio dos entrevistados e a relação de parentesco com estes, como já era de se esperar, revelou a presença da configuração familiar tradicional nas residências (casal com filhos), com aproximadamente quatro indivíduos residindo em um mesmo domicílio. Aproximadamente de 35% dos entrevistados responderam que havia quatro pessoas morando em suas residências, compostas predominantemente por parentes.

Quando o indivíduo abordado não era residente do município de Toritama, aplicou-se um questionário específico, que buscou informações referentes aos fluxos pendulares que ligam Toritama a outros municípios. Para estes 14 indivíduos, o motivo da estadia em Toritama era, sem dúvida, o emprego: mais de 90% responderam que estavam lá para trabalhar. Quanto à frequência de ida ao município, nota-se que houve certa variação: mais de 64% se deslocavam quase que diariamente, ou seja, durante 28 dias por mês, sendo que mais de 14% se deslocavam também nos finais de semana, viajando todos os dias do mês. Dentre os que se deslocavam 20 vezes ou menos por mês, com um percentual de mais de 21%, estavam também os que se deslocam 12 vezes ou menos, entre uma e duas vezes por semana.

7.6.4 Perfil ocupacional

Para a elaboração do perfil ocupacional, optou-se por manter a distinção entre residentes em Toritama (migrantes ou não) e não residentes (que praticam o deslocamento pendular), e caracterizá-los separadamente. Observa-se na tabela 7.5, com base nas informações obtidas sobre as ocupações desses trabalhadores, que aproximadamente 35% dos residentes são operadores de máquinas de costura de roupas e aproximadamente 26% estão agrupados em outras ocupações da produção de confecções. Os vendedores e demonstradores em lojas e mercados, estes

igualmente ligados a atividades de confecções, também somam 26%. As demais ocupações não foram registradas em número expressivo.

TABELA 7.5

Residentes segundo ocupação no trabalho principal: Toritama, 2008.

Ocupação	N	%
Operadores de máquinas de costura de roupas	8	34,7
Outras ocupações da produção de confecções	6	26,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	6	26,0
Demais	3	13,2
Total	23	100,0

Fonte: Pesquisa complementar Fundaj.

Com relação às ocupações mais exercidas pelos migrantes pendulares, os dados revelaram que 50% são vendedores e demonstradores em lojas, todos em lojas de artigos do vestuário. Poucos (14%) são recepcionistas de hotéis, e as demais ocupações não aparecem em grupos significativos. Quando se compara os dados de residentes e migrantes pendulares, é possível verificar que os residentes em Toritama trabalham mais em ocupações e atividades ligadas à produção de confecções, enquanto que os trabalhadores pendulares se encarregam mais da comercialização dos produtos de vestuário e acessórios.

7.7 Considerações finais

Este capítulo buscou analisar a associação entre migração e trabalho no setor de confecção de vestuário e acessórios em Toritama, município do Agreste pernambucano. Toritama faz parte do polo de confecções do Agreste, formado também por Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Esta região tem se destacado, por um lado, pela presença marcante da indústria e do comércio de roupas de uso popular, e por outro, pelos elevados índices de crescimento populacional nas últimas décadas.

A caracterização da população ocupada no setor de confecção revelou a situação de vulnerabilidade desses trabalhadores, por sua baixa qualificação e baixos rendimentos, além de não possuírem segurança nas relações de trabalho, uma vez que a maioria dos empregos situa-se no setor informal. Verificou-se, nesse sentido, que os migrantes residentes no município apresentam uma leve superioridade em termos de média salarial com relação aos não migrantes, ainda que tenham

desvantagem em outros atributos. Esse fato, como foi constatado, deve-se à presença expressiva de proprietários de facções entre os migrantes.

Outra característica do fenômeno analisado foi a presença marcante de homens, mesmo entre os migrantes, no trabalho de confecção, nicho tradicionalmente feminino. Isso se deve ao fato de que a especialização do município atingiu tal patamar, que a obtenção de emprego nesse setor superou uma questão de gênero que é observada no restante do país. Essa especialização, além disso, é a responsável pela taxa anual de crescimento populacional do município, a maior de Pernambuco nos últimos anos.

Esse crescimento da população, ainda que resulte também do crescimento vegetativo (nascimentos menos mortes), deve-se, sobretudo, à atratividade migratória que Toritama vem apresentando nas últimas décadas. As pessoas vêm tanto de municípios vizinhos, como Vertentes, Caruaru e Taquaritinga do Norte, como de lugares um pouco mais distantes, como a capital do estado, Recife. Ainda com relação às origens desses migrantes, chega a ser surpreendente que a atração alcance a metrópole de São Paulo, trazendo até mesmo indivíduos naturais do Nordeste que lá residiam, e que retornaram para sua região de nascimento. Com relação aos motivos da migração, ficou claro que a falta de trabalho na origem e a oferta de empregos em Toritama é o que tem causado esse fluxo migratório.

Os resultados da pesquisa de campo também revelaram outra característica surpreendente: os movimentos pendulares – normalmente vinculados a regiões metropolitanas -, que ligam Toritama a municípios do entorno, trazem trabalhadores para o setor de comércio de roupas, atividade, por sua vez, dependente da indústria de confecção. Aqueles que transferiram sua residência para Toritama estão predominantemente vinculados ao trabalho nessa indústria. Ou seja, migração pendular está voltada mais para empregos no comércio, enquanto que migração definitiva está relacionada de forma mais expressiva à atividade industrial.

Finalmente, pode-se dizer que, como resultado do processo neoliberal denominado de *reestruturação produtiva*, a precarização do emprego em Toritama dominou grande parte do mercado de trabalho local, ao mesmo tempo em que se verifica que a oferta de ocupações na indústria e comércio de roupas populares tenha sido – e continua sendo – alta. Assim, Toritama vem despontando como um dos municípios do interior do Agreste que mais tem crescido nos últimos anos, e este crescimento corresponde à oferta de trabalho, para a população local e para migrantes, mesmo que sejam, na maioria dos casos, empregos no setor informal. Além disso, ainda que, por enquanto, esse crescimento não seja traduzido em desenvolvimento local sustentável, por inúmeros fatores relacionados ao não

pagamento de tributos e à informalidade, levando ao abandono a infraestrutura básica local por parte do poder político municipal, Toritama conta com potencial para desenvolver-se de forma mais adequada.

8. Configurações produtivas e condições de trabalho na indústria de confecções em Toritama

Darcilene Gomes
Valtemira Vasconcelos
Luís Henrique Romani de Campos

8.1 Introdução

Nas últimas décadas, tem-se presenciado o crescimento econômico expressivo do município de Toritama, o qual se assenta na produção de peças simples de vestuário destinado, especialmente, ao público de baixa renda residente na região Nordeste⁵². A forma quase espontânea do surgimento da produção em área de pouco dinamismo econômico e sem passado industrial, bem como o expressivo crescimento do emprego em confecção em momento de crise e estagnação do setor no país⁵³, chamaram a atenção de instituições e pesquisadores que buscaram compreender as razões do sucesso do município situado no agreste do estado de Pernambuco.

Silva (1994) apresenta estudo que aborda o problema do trabalho domiciliar ligado a confecções em Toritama. Seu enfoque era a trabalhadora rural e o trabalho por subcontratação em domicílio é apontado como meio de manter a subsistência da família agricultora. Neste sentido, a autora aponta a dupla subordinação da mulher: a de gênero e a do trabalho. Apesar de considerar o trabalho doméstico como subordinado, seu estudo não abrange a maior parte da população de Toritama, que é urbana. Além disto, a realidade produtiva daquele município alterou-se desde sua pesquisa pioneira, tendo em vista o forte adensamento produtivo em confecções voltadas ao jeans.

Soares (2002, 102) apresenta um estudo sociológico da trajetória de vida de 16 costureiras de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Em suas conclusões afirma que: “as fronteiras entre quem compra e quem vende a força de trabalho são difusas, impedindo maiores definições identitárias”.

Raposo e Gomes (2003) apresentam o primeiro grande estudo realizado na região envolvendo ampla pesquisa de campo no qual se constatou elevado percentual

⁵² O crescimento nominal do PIB de Toritama, segundo dados do CONDEPE-FIDEM/IBGE é de 104,2% para o período de 2002 a 2006, contra crescimento de 57,45% do Estado. O deflator do PIB pernambucano para o mesmo período é de 43,4%, o que permite uma estimativa aproximada de crescimento real de 9,2% ao ano no PIB de Toritama.

⁵³ (Noronha; Turchi, 2007)

de domicílios onde havia produção de confecções e estimou-se um grande número de empresas da área. Este estudo transformou-se em referência para a elaboração de políticas públicas para os municípios do polo de confecções do agreste e considerou como empresa informal cada domicílio onde existisse alguma produção em curso.

Xavier (2006) apresenta estudo cujo enfoque principal é a interação entre o sistema produtivo gerado e Santa Cruz do Capibaribe e o desenvolvimento urbano, não versando, conseqüentemente, das relações de trabalho engendrados na produção de roupas.

Cabral (2007) realizou tese de doutorado onde focou principalmente o espírito empreendedor e as características da inovação de algumas empresas de destaque da região. Em seu estudo, apesar de constatar a forte utilização de facção pelas grandes empresas, não é tratada a relação destas com seus contratados, e, muito menos, o formato do processo produtivo e da inovação nas unidades produtivas domiciliares.

Os estudos mais recentes acerca da indústria de confecções de Toritama não tratam do processo de trabalho e das condições de trabalho existentes nas unidades domiciliares, principal lócus de produção de Toritama. Raposo e Gomes (2003) adotam pesquisa domiciliar, mas sua metodologia considerou todo domicílio com produção de vestuário como uma empresa (formal ou não). Também não existe pesquisa quantitativa que aborde, de forma global, o tema no Brasil.

Alguns esforços foram realizados no início dos anos 90, mas ficaram apenas no plano do debate e não avançaram no sentido de materializar um conjunto de ações visando estruturar um amplo e regular inquérito com essa natureza (Hirata; Salerno, 1992; Hirata; Salerno, 1995). Na França, por exemplo, já existe uma base bastante consolidada de dados sobre condições de trabalho (além de outros inquéritos de interesse na área do trabalho); a primeira pesquisa sobre o assunto foi levada a campo em 1978 (Volkoff, 1992). Dessa forma, as informações disponíveis sobre o tema dependeram dos esforços de algumas instituições (Hirata; Salerno, 1995) e dependem de pesquisadores atuando de forma individual e que, no último caso, produzem estudos qualitativos sobre o assunto – os quais são importantes, mas deveriam ser complementados por pesquisas quantitativas mais abrangentes.

Nesse sentido, este capítulo mostra os resultados da pesquisa de campo cuja metodologia está descrita no capítulo 6 e tem por objetivo descrever a realidade das condições de trabalho na indústria de confecções em Toritama, tal como se apresentou nas respostas obtidas. Espera-se que os dados aqui levantados tragam esclarecimentos e possam servir de subsídio para nortear as ações dos poderes públicos e demais atores sociais.

8.2 Conhecendo Toritama

Conforme já foi destacado no capítulo 5, a cidade faz parte de um importante centro econômico, o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. O Polo de Confecções está localizado na mesorregião do Agreste pernambucano e tem seu núcleo formado pelos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Caruaru e Taquaritinga do Norte.

A economia do município divide-se entre o comércio local e a indústria de vestuário que tem se desenvolvido fortemente nos últimos anos, principalmente impulsionado pela confecção de jeans, que é a sua principal fonte de renda. E este último setor, o que mais tem contribuído para a dinâmica econômica local, assim como para uma ampla oferta de trabalho, garantindo a ocupação de seus habitantes, e até mesmo atraindo mão-de-obra de outros municípios.

Entretanto, a cidade de Toritama é um caso recente de dinamismo econômico. Até o início dos anos setenta, ela produzia volume considerável de calçados à base de couro ou borracha, não se destacando no setor de vestuário. Foi, há aproximadamente, 30 anos, que se iniciou a confecção de peças de vestuário e, no final dos anos 80, de *jeans*.

A comercialização local se dá através da feira da Sulanca, no município, que começa na segunda-feira e alcança seu ponto alto na terça-feira. São nesses dias que feirantes do próprio município e de municípios vizinhos como Taquaritinga do Norte, Vertentes, Caruaru, e outras cidades expõem seus produtos, sendo intenso o movimento em grande parte da cidade. Os produtores também se deslocam para outras feiras situadas em diferentes municípios ou comercializam suas peças em lojas próprias ou boxes/lojas localizados no Parque das Feiras⁵⁴, espécie de *shopping* construído pelos empresários do município.

As empresas localizadas no município experimentaram, nos anos 90, alguma modernização, em geral ligadas ao processo de idealização⁵⁵, montagem e divulgação⁵⁶ das peças produzidas. Destaca-se, ainda, o esforço em organizar administrativamente o negócio, com o uso de computadores, contratação de consultores entre outros (Andrade, 2008).

⁵⁴ Com 5 mil metros de área coberta, concentrando 500 boxes e 110 lojas, além de praça de alimentação, caixas eletrônicos de bancos e uma rádio comunitária (Andrade, 2008).

⁵⁵ Com a contratação de estilistas profissionais.

⁵⁶ A título de exemplo: participação em eventos de moda, a realização de desfiles, criação de marcas próprias.

Quanto à área agrícola, esta se apresenta pouco desenvolvida, existindo no município apenas o plantio de coco da Bahia com 02 ha, cerca de 380 ha destinados ao plantio de feijão e 300 ha destinados ao plantio de milho (IBGE 2000). Tal fato se deve, em parte, as peculiaridades do clima semi-árido muito quente (tipo Bs'h da classificação de Köppen), com chuvas no outono e inverno, apresentando um dos índices pluviométricos mais baixos do Agreste e com temperaturas médias entre 25 e 35° no verão e 20° no inverno. Nesse tipo climático, nos quais se inserem não apenas o município de Toritama, mas também a maior parte da região no seu entorno, se desenvolve uma vegetação de Caatinga Hipoxerófila arbustiva, com árvores e arbustos entremeados de cactáceas e bromeliáceas. Além disto, o município está entre os menores em extensão do estado.

No que diz respeito aos equipamentos públicos, Toritama possui oito estabelecimentos de saúde, sendo todos estes vinculados diretamente ao município (IBGE 2000); e contando com duas escolas estaduais e seis municipais que atendem não só os toritamenses, mas também a população da Vila Canaã, distrito de Caruaru, mas integrante do núcleo urbano de Toritama (Andrade, 2008).

8.3 O trabalho em Toritama: alguns dados

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2000 Toritama tinha uma das mais elevadas taxas de atividade do Estado, 62,8% (a média de Pernambuco é 51,3%), com taxa de participação feminina superior a verificada para o Brasil, 49,7% contra 44,1%. A força de trabalho na cidade era jovem, 64% tinham entre 18 e 39 anos e possuíam escolaridade muito baixa: 25,6% afirmaram não saber ler e escrever, 87,2% tinham até 8 anos de estudo (o equivalente ao fundamental completo).

A taxa de ocupação também era elevada, 97,8%, o que coloca o município entre os que apresentam taxas mais altas em Pernambuco⁵⁷ (81,7% é a taxa média calculada para o Estado). Nesse sentido, a taxa de desocupação era muito baixa: 2,3%. Praticamente não há diferenças entre as taxas de ocupação feminina e masculina: 97,7% e 97,8%, respectivamente. Entre os ocupados, as principais posições na ocupação eram: o emprego sem carteira (61,8%) e o trabalho por conta-

⁵⁷ Os três primeiros são: Fernando de Noronha, Manari e Paratama. Manari é, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), considerado o mais pobre do Brasil; naquela localidade as pessoas sobrevivem da lavoura de subsistência, além das transferências governamentais.

própria (21,7%). O emprego com carteira é artigo raro em Toritama; apenas 7,6% dos ocupados informaram ter um vínculo regular de emprego.

Os rendimentos auferidos com o trabalho (levando-se em conta todos os trabalhos) não podem ser considerados baixos no município, comparativamente à realidade do Estado, uma vez que 78% dos ocupados percebiam mais de um salário mínimo por mês (no Estado esse grupo de ocupados era representado pelo percentual de 57%). O rendimento mediano superava o mínimo legal em 65,6% em Toritama, sendo que em Pernambuco como um todo era igual ao salário mínimo. Segundo Rocha; Albuquerque (2004), o município apresentava a menor proporção de pobreza extrema da região Nordeste: 3,27%.

A maioria dos ocupados, 86,4%, informou não contribuir para a previdência social. No Brasil como um todo esse mesmo percentual era de 48,5%. Na verdade, a cidade, no que diz respeito à previdência social, está entre aquelas com menor percentual de ocupados contribuintes do país.

Mais da metade dos ocupados, ou seja, 58,3% eram vinculados diretamente ao segmento produtor de artigos de vestuário. Eram trabalhadores jovens (90,4% tinham entre 10 e 39 anos de idade), 55% eram do sexo masculino⁵⁸. A escolaridade não difere muito da observada para o conjunto dos trabalhadores toritamenses: 88,5% tinham no máximo 8 anos de estudo e 20,5% não sabiam ler e nem escrever. A posição ocupacional mais comum era a de trabalhador sem registro em carteira, correspondendo a 77,1% do total dos ocupados; seguido pelo trabalho por conta-própria (14,2%). O percentual de empregados com carteira assinada era de 4,5%. Entre os ocupados no setor, 83% percebiam rendimentos iguais ou maiores do que um salário mínimo e o rendimento mediano era 85% superior ao mínimo. Registravam-se diferenças substantivas de rendimento considerando a posição na ocupação. Na base da pirâmide salarial estavam os trabalhadores sem carteira e no topo os empregadores (cuja renda média era 3,9 vezes superior à dos empregados sem registro). O percentual de não-contribuintes para a Previdência Social entre os trabalhadores da indústria do vestuário era superior ao observado para o conjunto dos ocupados no município: 92,5% afirmaram não efetuar qualquer contribuição.

Esses indicadores convencionais sobre o mercado de trabalho sugerem que o município não apresentaria problemas de geração de empregos; as dificuldades estariam ligadas à qualidade do emprego, especialmente no que tange à proteção social (baixa incidência de carteira assinada e contribuição previdenciária). Um olhar

⁵⁸ Embora o trabalho no setor seja tradicionalmente associado ao sexo feminino (Gazzona, 1997), observa-se que em municípios com elevada especialização na indústria de confecções a participação masculina supera a feminina (é o caso de Jaraguá/GO).

mais aproximado e atento, no entanto, revela outras questões importantes. Em primeiro lugar, embora taxas de atividade e ocupação elevadas costumem ser associadas a um maior dinamismo econômico, pois tendem a indicar maiores oportunidades para inserção no mercado de trabalho, em Toritama elas parecem estar mais relacionadas à existência de um mercado de trabalho pouco estruturado ou até mesmo incipiente. Taxas de atividade e ocupação tão elevadas, como as observadas em Toritama, indicam que praticamente todos (homens, mulheres, crianças, idosos etc.) trabalham. Quase não existe população inativa no município. De imediato surgem três questões: quem cuida da reprodução social em Toritama? Crianças e jovens conseguem combinar trabalho e educação? E os idosos?

O próprio Censo Demográfico de 2000 já acusava o trabalho de menores de 16 anos em Toritama. Segundo essas informações, 22,9% dos indivíduos com idades entre 10 e 15 anos trabalhavam na cidade, em outras palavras, mais de duas a cada cinco crianças/adolescentes trabalhavam no município no ano de 2000. É conveniente lembrar que o trabalho só é permitido no país a partir dos 16 anos de idade⁵⁹ - mas com restrições até os 18 anos (desde que não seja prejudicial à formação e desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, e nem realizado de forma que comprometa a frequência escolar). O Censo de 2000 mostrou que na região Nordeste a taxa de atividade do segmento infanto-juvenil é a maior do país, mas, em boa parte dos casos, trata-se do trabalho agrícola (Sabóia, 1996); a peculiaridade de Toritama é que o trabalho infanto-juvenil é particularmente urbano, especialmente vinculado à indústria do vestuário (64,1% das crianças e jovens trabalhavam na produção de itens de vestuário, 57,2% estavam ocupados como operadores de máquinas de costura).

A qualidade do trabalho também não pode ser associada somente à posse da carteira de trabalho e à efetivação da contribuição previdenciária. As condições de uso da força de trabalho também devem ser levadas em consideração e seu uso extensivo pode acarretar mais prejuízos, em geral só vislumbrados no médio e longo prazo, do que o aparente benefício imediato apresentado por indicadores muito agregados. Esse ponto será retomado mais adiante.

⁵⁹ Segundo padrões definidos pela Convenção 132 e 182 da Organização Internacional do Trabalho, ambas ratificadas pelo Brasil.

8.4 Condições de trabalho na indústria de confecções em Toritama

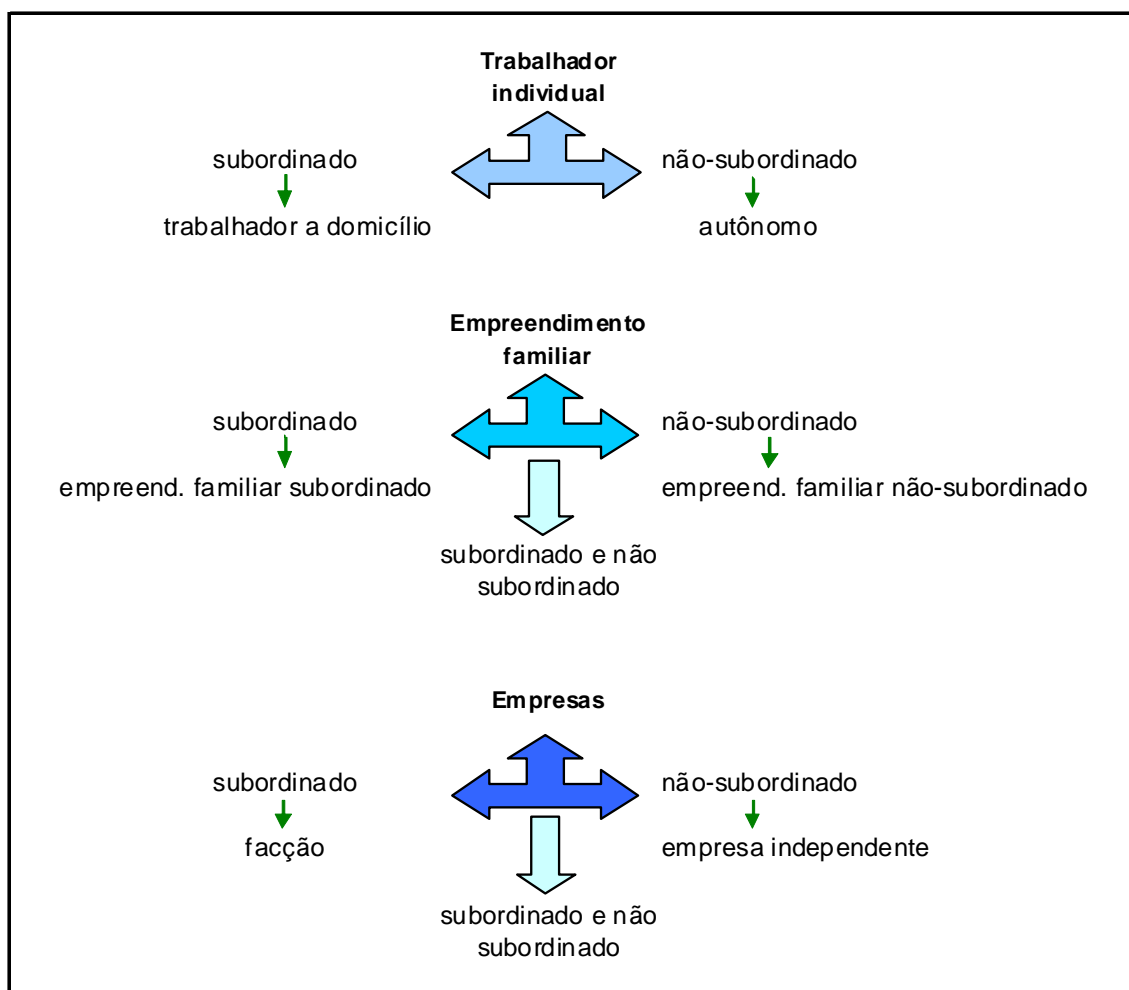
Para classificar as configurações produtivas foi utilizado o questionário aplicado às unidades produtivas domiciliares em Toritama. Para avaliar as condições de trabalho dos ocupados na indústria de confecção de Toritama foram aplicados dois tipos de questionários. O primeiro deles foi dirigido ao trabalhador e realizado durante a visita domiciliar. O outro foi denominado “Ficha de observação”; nela o entrevistador assinalava, em um roteiro previamente definido, sua percepção sobre as condições de trabalho. A ficha de observação foi elaborada tendo-se em conta três ordens de fatores: i) em Toritama o domicílio se confunde com o local de trabalho e, muitas vezes, o trabalhador ocupa o mesmo espaço que o patrão, o que poderia constrangê-lo a discorrer sobre aspectos do trabalho realizado cotidianamente; ii) procurar revestir de certa objetividade o relato sobre as condições de trabalho, buscando fugir do estigma de pesquisa de opinião ou satisfação; iii) muitas vezes o trabalhador não é consciente sobre os riscos que determinada atividade/ação pode acarretar sobre sua saúde.

Conforme destacado no capítulo metodológico, 36,6% dos domicílios de Toritama abrigam alguma fase da produção de confecções. A pesquisa acerca das condições de trabalho vislumbra apenas este subconjunto, desta feita, para facilitar a compreensão será considerado Domicílio Produtivo (DP) a unidade de referência. Também foi tratado anteriormente que o trabalho no domicílio pode ter a característica de uma empresa, quando as decisões de produção e comercialização são tomadas de forma autônoma, chegando até à possibilidade de classificar o trabalho no domicílio como uma forma de emprego disfarçado, quando existe forte subordinação no tocante ao que, quanto e em que ritmo deve ser produzido.

Com base nos resultados da pesquisa de campo procedeu-se a uma tipologia da produção domiciliar de itens do vestuário a partir de três configurações básicas. Estas configurações foram definidas segundo o número de pessoas no domicílio envolvidas na produção (apenas uma, mais de uma), as características dos trabalhadores envolvidos na produção (familiar, não familiar) e o nível de autonomia do empreendimento (definida pelo destino da produção), a saber: as microempresas independentes, os empreendimentos familiares e os trabalhadores individuais. As microempresas independentes são aqueles DP onde existem mais de um trabalhador, com a presença de pessoa de fora da família no processo produtivo e que possui autonomia de decisão quanto ao fluxo produtivo. Os empreendimentos familiares são aqueles nos quais mais de um familiar do domicílio está ligado à produção. Tais

formas básicas, por sua vez, se subdividem em oito categorias que podem ser vistas na figura abaixo.

Figura 8.1 – Configurações produtivas



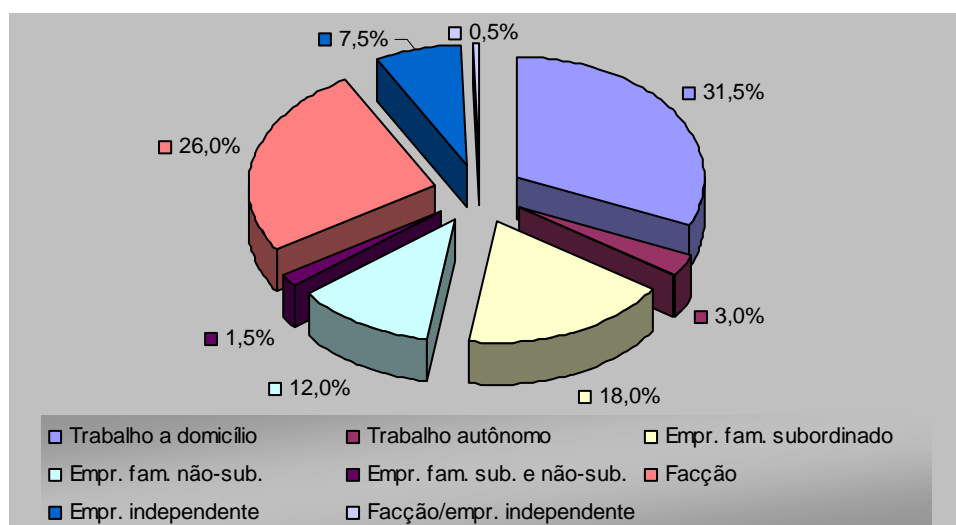
Fonte: Elaboração própria.

As pequenas empresas confeccionistas, que podem ser formalizadas ou não, utilizam predominantemente trabalho assalariado. São, em alguns casos, proprietárias do produto final (empreendimentos independentes) e, na maior parte dos casos, subcontratadas para executar parcela (ou a totalidade) do processo produtivo (a típica facção). Em geral, o proprietário reserva um espaço exclusivo, no domicílio, para as atividades da empresa (pode ser um cômodo construído para tal finalidade). Algumas dessas empresas atuam tanto como empresas independentes quanto como subcontratadas, isto é, possuem uma linha própria de produtos e aceitam encomendas de outras empresas. Os empreendimentos familiares correspondem a oficinas especializadas que empregam exclusivamente força de trabalho familiar. Podem receber tecidos e peças semimontadas para realizar determinadas etapas do processo produtivo e, ao mesmo tempo, manter linhas próprias de produtos (ou as duas coisas

simultaneamente). Essas oficinas são organizadas dentro do domicílio do proprietário (na garagem, na sala), que também participa da produção. Os trabalhadores individuais, por sua vez, se subdividem em dois grupos: os típicos trabalhadores a domicílio (segundo a definição dada pela Convenção n.º 177 da Organização Internacional do Trabalho) e os trabalhadores autônomos. Os trabalhadores a domicílio realizam tarefas parciais do processo produtivo, trabalham em seu próprio domicílio em condições de dependência a determinada unidade produtiva. Esses trabalhadores tanto podem ser arregimentados pelos empreendimentos familiares como pelas empresas independentes (de forma direta ou por meio de intermediários⁶⁰). Já os autônomos dominam todo o processo produtivo, produzem por encomenda ou fabricam peças para serem comercializadas em feiras.

O gráfico 8.1 mostra a distribuição dessas configurações nos domicílios de Toritama. Observa-se que 31,5% dos domicílios produtivos (DP) de Toritama abrigam o típico trabalhador a domicílio. Apenas 3% correspondem aos trabalhadores autônomos. Os empreendimentos familiares subordinados perfazem 18% dos DPs e os não subordinados 12%. Somente 1,5% dos DPs nos quais estão organizados empreendimentos familiares atuam como subcontratados e, em simultâneo, possuem produção própria. As facções típicas correspondem a 26% dos DPs e as empresas independentes a 7,5%. Por último, 0,5% dos DPs acolhem empreendimentos que utilizam essencialmente força de trabalho assalariada e atuam como subcontratadas e possuem linha de produtos própria.

Gráfico 8.1 – Distribuição das configurações produtivas nos DPs de Toritama



Fonte: Elaboração própria – pesquisa de campo.

⁶⁰ Pessoa que recebe a encomenda e distribui o trabalho para uma rede de oficinas e domicílios.

Outras características no que diz respeito à especialização/fragmentação do processo produtivo, ao acesso/utilização do maquinário e ao faturamento distinguem as diferentes categorias produtivas. Os trabalhadores a domicílio costumam executar poucas etapas do processo produtivo (52,4% realizam até duas atividades) e, na maioria das vezes, muito simples, como: limpar a peça (isto é, cortar os fios sobrantes); cortar a aba do bolso; colocar elástico; costurar o zíper, entre outras. Nesse caso, a qualificação ou habilidade requerida para o exercício do trabalho é mínima. A ampla maioria dos trabalhadores a domicílio é do sexo feminino (84,1%). O maquinário utilizado é, em boa parte das vezes, emprestado ou cedido por algum parente ou pelo contratante do serviço, exceto a máquina de costura reta – 73% são de propriedade do trabalhador que a utiliza. Os trabalhadores a domicílio percebem o valor médio de R\$113,90 por semana (rendimento 9% superior ao salário mínimo vigente na época da pesquisa). O rendimento semanal mediano é R\$75,00.

Já o trabalhador autônomo domina todo o processo produtivo, pois produz a peça inteira e não apenas determinadas partes. Esse trabalhador, nesse sentido, é mais qualificado. Aqui também a mulher é ampla maioria: 83,3%. No que diz respeito ao maquinário, condizente com o tipo de trabalho realizado, possuem máquinas de costura (reta, overlock e, em menor proporção, interlock) e não máquinas especializadas em parcela do processo produtivo. Essas máquinas são de propriedade do trabalhador. O rendimento percebido é superior ao auferido pelo trabalhador a domicílio: R\$283,33 é o rendimento médio semanal e R\$165,00 o mediano.

Nos empreendimentos familiares subordinados são realizadas, em média, quatro tarefas relacionadas com a produção. Na verdade, o trabalho é distribuído entre os membros da família (em média dois familiares participam da produção) que podem executar todos a mesma tarefa ou cada um uma tarefa diferente. As mulheres, em grande maioria (77,8%), são responsáveis pelo comando do empreendimento. Trabalham com maior diversidade de maquinário (costura reta, overlock, interlock, máquina de pregar botão, duas agulhas, travet, máquina de rebater, de braguilha, de gola, zig zag, de ilhós etc.). Parte do maquinário é próprio (obtido, inclusive, por meio de empréstimo bancário), tendo sido adquirido, em sua maior parte, sem uso anterior, isto é, novo. Também foi mencionado maquinário cedido/emprestado. Esses empreendimentos foram iniciados com capital próprio em 97,2% dos casos. O faturamento médio semanal é R\$282,56 e o mediano R\$190,00. Nenhum desses empreendimentos é formalizado.

Nos empreendimentos familiares não-subordinados são executadas inúmeras tarefas. As mulheres e os homens dividem igualmente o comando do negócio no qual trabalham, em média, 2,5 membros da família. Também possuem maquinário diversificado e, a maioria (66,7%) sem utilização anterior. Esse grupo iniciou o empreendimento com recursos próprios (91,7%) ou empréstimo bancário (8,3%). Faturam em média R\$1120,00 por semana. O faturamento mediano é bem mais modesto: R\$350,00. Poucos desses empreendimentos são formalizados – 12,5%.

Nas facções são realizadas em média 5,3 tarefas, desempenhadas em média por 6,9 funcionários. As mulheres são responsáveis por 57,7% do comando dessas unidades produtivas. Possuem maquinário bastante diversificado e a maior parte (75%) foi comprada sem uso anterior. Como as demais, foram iniciadas preponderantemente com capital próprio (96,6%). O faturamento médio semanal é R\$1.305,4 e o mediano R\$800,00. Apenas 5,8% afirmaram ser formalizadas.

Nos empreendimentos independentes são realizadas muitas tarefas, desempenhadas por 6,4 empregados. Mais da metade, isto é, 53,3% são comandados por homens. O maquinário é diversificado e próprio. A maioria (53,3%) foi adquirida sem uso anterior. O capital utilizado para iniciar a atividade é totalmente próprio. O faturamento médio semanal é R\$1.778,80 e mediano é R\$1.000,00. O percentual de empresas formalizadas é o mais alto entre as categorias analisadas: 40%.

Considerando as unidades produtivas com mais de um trabalhador, observa-se que apenas 7,6% dos empregados desses empreendimentos possuem registro em carteira de trabalho. A remuneração é paga, em quase todos os casos (90,4%), semanalmente. Como mostra a literatura sobre a indústria do vestuário, neste setor a forma de remuneração utilizada difere do assalariamento puro. Em geral, os trabalhadores são pagos por peça produzida, o que faz a renda ter um caráter instável e variável⁶¹. Em Toritama acontece o mesmo. A tabela 8.1 mostra o que o trabalhador recebe por algumas atividades da produção de artigos de *jeans*. Por exemplo, um trabalhador que costura os bolsos traseiros da peça em jeans precisará costurar 648 pares de bolsos por semana para atingir um salário mínimo ao final do mês. A montagem e costura de uma calça, por exemplo, custa algo em torno de R\$2,50 para a empresa. Mas além do salário por peça foi encontrada outra forma de remuneração, a qual é baseada no “volume de trabalho” e consiste no seguinte: o empregador “avalia” a quantidade de trabalho e efetua o pagamento. Essa é, por exemplo, uma

⁶¹ Alguns trabalhadores tiveram dificuldade em responder ao questionamento sobre a renda do mês anterior. Como o pagamento é feito por semana e varia muito, muitas vezes são traídos pela memória. Cabe mencionar que alguns trabalhadores reclamaram da queda no volume diário de produção. Também informaram que não conseguem peças para costurar em alguns períodos. Segundo Andrade (2008), dos meses de janeiro a março é comum ocorrer uma redução da produção em Toritama.

forma de remuneração comum entre os “aprontadores”, indivíduos que exercem as atividades de limpar, enumerar e embalar as mercadorias. Esses dados evidenciam que a competitividade da produção toritamense se sustenta, em grande medida, na utilização extensiva de força de trabalho barata⁶². A título de registro, nos empreendimentos familiares, por exemplo, nem sempre há pagamento monetário⁶³. Em alguns casos não há pagamento regular⁶⁴.

**Tabela 8.1 – Valor pago por unidade produzida,
Toritama, 2008.**

Atividade	Valor R\$
Corte à mão	R\$0,20
Corte com máquina	R\$0,25
Costura dos bolsos traseiros	R\$0,16
Costura do zíper	R\$0,09
Revés do bolso	R\$0,03
Abainhado do bolso	R\$0,03
Abainhado da perna	R\$0,08
Lixar	R\$0,25
Esponjado	R\$0,25 a R\$0,30

Fonte: Elaboração própria – pesquisa de campo.

Para o trabalhador o salário por peça, aliado ao ritmo intenso de trabalho, propicia rendimentos razoáveis considerando a realidade da região, conforme os dados do Censo 2000 mostraram. Todavia, embora não sejam representativos do universo dos trabalhadores assalariados na indústria do vestuário em Toritama, pois o foco eram as unidades produtivas, os trabalhadores entrevistados apontaram um ganho menor, em salários mínimos, em relação ao Censo de 2000. Segundo os pesquisados, 29,3% ganhavam mais de um salário mínimo na ocasião da pesquisa (abril de 2008)⁶⁵. O rendimento mediano correspondia a 86,7% do salário mínimo. Para explicar tal diferença podem ser aventadas duas hipóteses não necessariamente excludentes: i) houve alguma perda de dinamismo da indústria de confecção em Toritama; ii) o rendimento não conseguiu acompanhar o salário mínimo. No primeiro caso, o ano de 2000, ainda sob o efeito da desvalorização do câmbio, o qual

⁶² Fato contestado por uma amostra de micro, pequenos e médio empresários da cidade também entrevistada nessa pesquisa. Na verdade, segundo os próprios, o custo da força de trabalho é elevado em Toritama (ver Andrade, 2008).

⁶³ Uma entrevistada, por exemplo, disse que ajudava a mãe e não recebia nada por isso. Da mesma forma, outra entrevistada relatou ajudar o filho com a limpeza das peças e também não recebia nenhum pagamento por este trabalho.

⁶⁴ Um entrevistado, que trabalha com o pai, disse que “... recebe algum dinheiro quando precisa”. Outro relatou que a “... mãe dá algum dinheiro de vez em quando”.

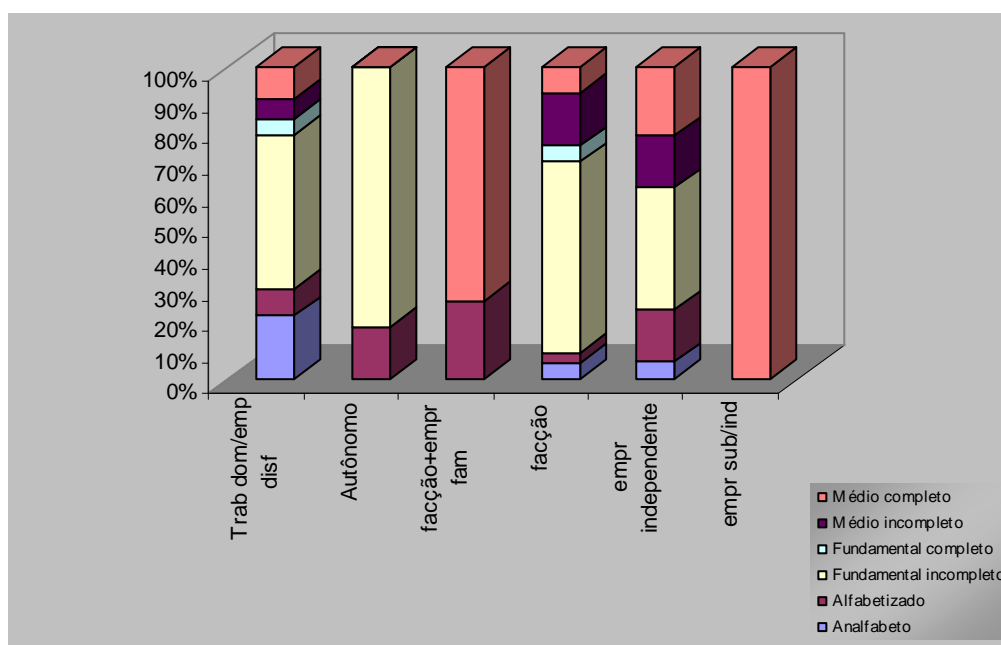
⁶⁵ Foram retirados do cálculo os trabalhadores familiares.

favoreceu a indústria local do vestuário, pode ter sido um ano atípico. Sobre o salário mínimo, nos últimos anos houve deliberada política de recuperação do seu valor real (Brandão, 2005), sendo possível que as remunerações pagas em Toritama não tenham acompanhado essa valorização – uma vez que as relações de trabalho não são formalizadas, os rendimentos percebidos ficaram defasados em relação ao mínimo legal.

Há ainda outro elemento que deve ser adicionado às análises sobre o rendimento em Toritama. Naquele município o custo de vida é relativamente alto. Os aluguéis⁶⁶ são elevados (um quarto com banheiro em uma área periférica da cidade, por exemplo, era encontrado por R\$100,00). A água é um item escasso e esse fato faz com que os moradores tenham que comprar água potável (R\$).

O questionário aplicado aos trabalhadores assalariados mostra uma escolaridade muito baixa: 71,5% não chegaram a completar o ensino fundamental e 10,9% eram analfabetos. Dentre as configurações produtivas analisadas os trabalhadores individuais, a domicílio e autônomos, apresentam o pior nível educacional: 78% e 100%, respectivamente, não completaram o ensino fundamental ou são analfabetos ou apenas foram alfabetizados (gráfico 8.2).

Gráfico 8.2 – Escolaridade dos trabalhadores entrevistados por configuração produtiva, Toritama, 2008



Fonte: Elaboração própria – pesquisa de campo.

⁶⁶ Uma casa simples é vendida no município por R\$200.000,00.

Poucos trabalhadores, 12,9%, afirmaram ter participado de algum curso de qualificação profissional, sendo 57,1% deles oferecidos gratuitamente. O curso geralmente frequentado foi o de corte e costura.

Com o tempo médio de trabalho no setor acima de 7 anos, pode-se afirmar que os entrevistados possuem uma razoável experiência na atividade. Sobre essa experiência, não foram observadas diferenças substantivas entre os trabalhadores nas diversas configurações produtivas analisadas.

Dado caráter subordinado da produção, na maioria das unidades analisadas a jornada de trabalho é variável, dependendo, nesse sentido, das encomendas recebidas. Os trabalhadores assalariados informaram ter trabalho, em média, 39 horas na semana de referência da pesquisa e 56,7 horas na semana de maior encomenda. Cerca de metade dos trabalhadores entrevistados (52,5%) afirmou ter trabalhado até 44 horas na semana de referência (jornada máxima legal no Brasil). Nesse sentido, o percentual de trabalhadores que realizou jornada extra é muito elevado: 47,5% (ver tabela 8.2).

Tabela 8.2 – Trabalhadores entrevistados distribuídos por jornada de trabalho semanal, Toritama, 2008

Horas de trabalho na semana	%
Menos de 22 horas	23,1
De 22 a menos de 44 horas	29,4
De 44 a menos de 66 horas	38,5
De 66 a menos de 88 horas	7,7
88 ou mais horas	1,4
Total	100,0

Fonte: Elaboração própria – pesquisa de campo.

A maioria dos trabalhadores assalariados entrevistados (75,5%) informou que costuma fazer intervalos ao longo do dia de trabalho. Em média fazem dois intervalos de aproximadamente 30 minutos. A produção diária é definida, segundo 56,9% dos entrevistados, pela chefia; 29,2% afirmaram que o próprio trabalhador decide o volume de produção e, de acordo com 12,5%, não há produção diária pré-determinada.

Sobre as condições físicas do local de trabalho, 90,5% dos trabalhadores assalariados avaliaram a iluminação como adequada, 74,1% aprovaram a ventilação, 70,7% consideraram satisfatórias as condições acústicas do ambiente de trabalho. Esses dados contrastam com a observação e avaliação realizadas pelos entrevistadores. Sob a ótica dessas pessoas (bem mais criteriosas), apenas 33% das unidades produtivas possuíam iluminação considerada adequada, 23,5% possuíam ventilação adequada e 11,5% condições acústicas consideradas adequadas. Os

trabalhadores, ao que parece, quando confrontadas suas respostas com a folha de observação preenchida pelo entrevistador, sentiram alguma dificuldade ou se sentiram constrangidos em exprimir sua opinião sobre as características e condições do seu ambiente de trabalho.

Nas unidades produtivas, nas quais foi possível a observação, os trabalhadores não utilizavam equipamentos de proteção individual como: protetor auditivo, óculos de segurança e respirador. A cadeira utilizada pelos trabalhadores foi considerada adequada em 6% das unidades produtivas⁶⁷. Aliás, em 30% delas nem sequer existiam cadeiras. Os entrevistadores também observaram as condições de higiene e as instalações elétricas do local de trabalho e avaliaram que somente 31,5% e 30%, respectivamente, podiam ser considerados como adequados. Cabe observar, ainda, que a organização do trabalho e do espaço de produção é caótica, conforme Lima; Soares (2002) já havia mencionado. Não existe local exclusivo para a estocagem de matérias-primas, produtos semiacabados e sobras de produção (é comum, inclusive, vê-los empilhados nas calçadas dos domicílios); no mesmo espaço de produção são realizadas as refeições; alguns trabalhadores chegam a dormir nos “fabricos”.

Aproximadamente 11% dos entrevistados informaram ter sofrido acidente de trabalho. O afastamento por problemas de saúde acometeu 26,5% dos trabalhadores entrevistados. Entre os motivos para o afastamento estão males que podem ser diretamente associados ao trabalho na indústria do vestuário como: problemas na coluna e articulações (15,4%), alergias e complicações respiratórias (10,3%), além de acidentes ocorridos no local de trabalho (2,6%). O atendimento a esses problemas de saúde em 66,7% dos casos foi realizado em equipamentos públicos de saúde (posto ou hospital), 20,5% em hospitais/médicos privados e 12,8% não procurou nenhum tipo de atendimento médico.

8.5 Considerações finais

Em Toritama, conforme aponta Andrade (2008), a produção de peças de vestuário é essencialmente domiciliar. Essa produção apoia-se no trabalho extensivo, com intensa divisão do trabalho e tecnologia rudimentar. São inúmeras as implicações relacionadas a tal constatação. Em primeiro lugar, o domicílio, local que deveria ser reservado ao convívio familiar, aos momentos de lazer e descanso, é apropriado pela

⁶⁷ As cadeiras utilizadas são, em boa parte dos casos, vendidas de porta em porta. São cadeiras de fio de plástico e quando os fios se quebram são substituídos por tiras de jeans, de pneus ou de couro.

produção capitalista e passa a funcionar como uma espécie de fábrica estendida. Há uma fusão entre o domicílio e a fábrica, entre os momentos de trabalho e não-trabalho. Na maioria das vezes o espaço de produção é improvisado e não há qualquer preocupação com a salubridade desses mesmos espaços. Espaços públicos, como as calçadas, são utilizados como depósitos de matérias-primas, de produtos semiacabados e de sobras da produção.

Por fim, cabe perguntar: quem assumirá o ônus pelo desenvolvimento a partir do uso extensivo da força de trabalho? Doenças profissionais, doenças derivadas das condições insalubres de trabalho, perda de capacidade para o trabalho decorrente de acidentes, doenças e velhice? Em um momento não muito distante, essa fatura será cobrada.

9. Referências

ABREU, A. R. P. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo, Hucitec, 1985.

ALBAGLI, S.; BRITO, J. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, M.F. Understanding incentives for clustered firms in Brazil to control pollution: the case of Toritama (PE). Workshop: **Desafios Institucionais para o Melhoramento de Arranjos Produtivos Locais**. Organizado por RADMA: Rede Acadêmica de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANDRADE, T. S. **A estrutura institucional do APL de confecção do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama**. João Pessoa, UFPB, 2008. (Dissertação de Mestrado)

ANSELIN, L.; BERA, A. K.; FLORAX, R.; YOON, M. J. Simple diagnostic tests for spatial dependence. **Regional Science and Urban Economics**. Elsevier Science: 1996. Vol. 26 p.77 – 104.

ANSELIN, Luc. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**. Ohio State University Press: 1995. Vol. 27, nº 2 (April) p.93 – 115.

ANSELIN, Luc. **Spatial Econometrics: methods and models**. Norwell: Kluwer, 1988.

AXELROD, R. **The Complexity of Cooperation: agent-based models of competition and collaborations**. Princeton Studies in Complexity. Princeton: Princeton University Press, 1997.

BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia Maria. **A Dimensão Estratégica das Redes Horizontais de PMEs: Teorizações e Evidências**. 2004. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac/vol08/dwn/rac-08-edesp-abb.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2008.

BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia Maria. **Evidências Teóricas para a Compreensão das Redes Interorganizacionais**. Recife, 2002. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/eneo/2002/dwn/eneo2002-46.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2008.

BARROS, Alexandre Rands. et al. **Desenvolvimento de Estratégia de Integração entre Pequenas e Grandes Empresas em Pernambuco**. Primeiro relatório com conjunto de setores selecionados.

BRAGA, C. A. **Acirramento da concorrência e alterações nas estratégias competitivas na indústria de vestuário: o caso do APL de Petrópolis**. Rio de Janeiro/ RJ, 2005. UFRJ, Instituto de Economia. Dissertação de Mestrado.

BRANDÃO, S. M. C. “Diretrizes para uma política de recuperação do salário mínimo”. In: BALTAR, P.; DEDECCA, C.; KREIN, J. (orgs) *Salário mínimo de desenvolvimento*. Campinas, IE/UNICAMP, 2005.

CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: Estudo de casos múltiplos no Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano**. Salvador: UFBA, 2007. Tese de Doutorado.

CAMPOS, L.H.R.; LIMA, R.C. Aglomerações produtivas e as políticas de desenvolvimento regional: uma análise para o Nordeste brasileiro. **Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política**. Vitória: SEP, 2006.

CAMPOS, Luís Henrique Romani de. **O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco**. Recife, 2004. 165 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco.

CARLEIAL, Liana. **Redes Industriais de Subcontratação: um enfoque de Sistema Nacional de Inovação**. São Paulo: Hucitec, 2001.

CARVANO, Luiz M.; JANNUZZI, Paulo de M.; MARTIGNONI, Enrico Moreira. Força de trabalho de desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1990: o efeito dos fatores demográficos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.23, n.º 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext?pid=S0102-30982006000200006>>. Acesso em: Agosto de 2007.

CASAROTTO, Nelson Filho; PIRES, Luis H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Atlas, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, S. D. **O Arranjo Produtivo de Confecções da Região de Jaraguá - GO**. UCG. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/ UFRJ, 2004.

CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B.; MOUTINHO, L. M. G. **Arranjo Produtivo de Micro e Pequenas Empresas de Confecções em Campina Grande**. UFPB. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/ UFRJ, 2004.

COASE, Ronald. The Nature of the Firm. **ECONOMICA**, v.4 p.386-405, 1937.

CORRÊA, J. **Gerência Econômica de Estoques e Compras**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

COSTA, Achyles Barcelos da; COSTA, Beatriz Morem da. **Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2007.

CUNHA, J. M. P. Redistribuição Espacial da População: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 218-233, 2003.

DIANNI, C. Acordo limita importações de têxtil da China. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/02/2006.

DUARTE, R.S. Migration and Urban Poverty in Northeast Brazil. **Tese de PhD**, submetida a Universidade de Glasgow. Março de 1979.

DUARTE, Renato Santos; FUSCO, Wilson. Migração e emprego precário em dois contextos distintos: São Paulo e Toritama. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar. 2009.

FADE / UFPE. **Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano**. FADE/UFPE/SEBRAE: Recife, 2003. Relatório de Pesquisa.

FADE/UFPE. Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano. FADE/UFPE/SEBRAE: Recife, 2003. **Relatório de Pesquisa.**

FEITOSA, Maria L. P. A. M. **Acordos de cooperação entre empresas e o efeito rede.** Maio 2002. Disponível em: <http: www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>. Acesso em: 30 jan. 2008.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. ; MOURA, R. ; BRANCO, M. L. C. . Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, p. 121-133, 2006.

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy: presidential address to AEA. **American Economic Review**, 58. 1968.

FUSCO, W. Capital Social e Dinâmica Migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos. **Textos NEPO** (UNICAMP), v. 52, p. 1-83, 2007.

GAZZONA, R. S. "Trabalho feminino na indústria do vestuário". *Educação & Sociedade*. Campinas, Ano XVIII, n.º 61, dez. 1997.

GLANTZ, F. B. **The Determinants of the Intermetropolitan Migration of the Economically Disadvantaged.** Federal Reserv Bank of Boston Research Report N. 52, January 1973.

GORINI, A. P. F. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no Mundo: reestruturação e perspectivas.** Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

GUGONI, M. Brasil pode enviar mão-de-obra para ajudar GM nos Estados Unidos. **Folhaonline.** São Paulo: Folha de São Paulo, 2009. disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u543339.shtml>. Consultado em 01/04/2009.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In:_____. **Condição Pós-Moderna.** 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. cap. 2, p. 115-177.

HIGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social.** 11. ed. Chapecó: Argos, 2005.

HIRATA, H. S.; SALERNO, M. A implantação de instrumentos estatísticos relacionados ao trabalho nos países ditos semidesenvolvidos: o caso do Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.º 12, jun./dez., 1995.

HIRATA, H. S.; SALERNO, M. S. **Metodologias para levantamento quantitativo sobre a difusão de novas tecnologias no processo de trabalho.** Brasília, IPEA, 1992. (Texto para Discussão n.º 277)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Microdados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino . Dinâmica migratória recente no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 92-101, 1996.

KREIN, José Dari. **Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil 1990-2005**. 2007. 345 f. Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.libdigi.unicamp.br./document/?code=utls000417368>>. Acesso em: 10 set. 2007.

KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.

LATRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil. 8.ed. Rio de Janeiro: Sebrae/Redesist, 2005. disponível em <http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>.

LEE, E. (1966). Uma teoria sobre as migrações. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, cap. 2, p. 89-114.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. "Trabalho flexível e o novo informal". **Caderno CRH**, Salvador, n.º 37, jul./dez. 2002.

LUCENA, W. G. L. **Uma Contribuição ao Estudo das Informações Contáveis Geradas pelas Micro e Pequenas Empresas Localizadas na Cidade de Toritama no Agreste Pernambucano**. João Pessoa: UFPB/UNB/UFPE/UFRN, 2004. Dissertação de Mestrado. P.114.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. Sulanca X Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. In: Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste, 2004, Recife: **Anais...**, 2004. p.64-73. Disponível em: <http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/gsqgsne/06_MariaRejaneLyra>. PDF. Acesso em: Novembro de 2007.

MAGALHÃES, André Matos. HEWINGS, Geoffrey. **Spatial Dependence and Regional Convergence in Brazil**. Texto para Discussão nº 439. Recife: PIMES, 2000.

MARTELETO, Regina M; SILVA, Antônio B. O. **Redes e Capital Social: um enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Brasília, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br.pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

MASSEY, D. S. et al. **Worlds In Motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Clarendon Press, Oxford. 1998.

MASSEY, D. S. et al.. **Return to Aztlan**. Los Angeles: University of California Press. 1987.

MTE. **Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Brasília: TEM, SIT, 2005. 309 p.

MYTELKA, Lynn; FARINELLI, Fulvia. **Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness**. Discussion Paper n. 2000-5. Maastricht: The United Nations University – INTECH: 2000.

NELSON, R. R. **As fontes do Crescimento Econômico**. Campinas: Unicamp, 2006.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1982.

NORONHA; E. G; TURCHI, L. O pulo do gato da pequena indústria precária. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, vol. 19, n.º 1, junho de 2007.

OIT. **Guia sobre las normas internacionales del trabajo**. Genebra, OIT, 2000.

OJIMA, Ricardo. A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. OJIMA, Ricardo (coord.); SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael H. de Moraes. **Relatório de Pesquisa**. NEPO/Unicamp. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf> PDF. Acesso em: Fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Dos Movimentos Migratórios Populacionais a Pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambú, **Anais...** Caxambu: Abep, 18-22 de Setembro de 2006. 17 p. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: Fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Ivanilton Passos de Oliveira. **Indústria informal de confecções e mercado de trabalho: um estudo sobre a Grande Natal (1997-2003)**. Natal: Departamento de Geografia/ UFRN, 2004, 209 p. (Dissertação de Mestrado).

PATARRA, N. e CUNHA, J.M.P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v.1, n.2, 1987, p.32-35.

PEREZ-ALEMAN, P. Learning, Adjustment and Economic Development: transforming firms, the state and associations in Chile. **World Development**. Great Britain: Elsevier, 2000. Vol. 28, nº1, pp 41-55.

PIORE, M. J. & SABEL, C. F. **The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

PORTER, M. **On Competition**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: **The economic sociology of immigration**. Nova York: Russel Sage Foundation. 1995.

RAPOSO, I. P. A.; CAMPOS, L. H. R.; MELO, P. B. Desenvolvimento Local e capital social: quatro estudos de caso em municípios de Pernambuco. In: **XIII Encontro Nacional de Economia Política**, 2008, João Pessoa - PB. Celso Furtado: diálogos desenvolvimentistas. João Pessoa - PB : Editora Universitária - UFPB, 2008.

RAVENSTEIN. E.G. (1885). As Leis da Migração. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, cap. 1, p. 19-88.

ROCHA, S.; ALBUQUERQUE, R. C. **Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome**. Rio de Janeiro, Fórum Nacional, 2003.

RUDUIT, Sandro. **Relações Interfirmas e Emprego**: estudo de uma rede de empresas em telecomunicações. 2001. 160 f. Dissertação (mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em Sociologia / Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppgsocio/dissertacao%20sandro.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2008.

SABÓIA, J. O trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90. **Caderno de Políticas Sociais**. N.º 3, outubro de 1996.

SANTANA, L. M.; APOLINÁRIO, V. **Arranjo Produtivo de Confecções em Natal e 'Grande Natal': oportunidades e limites para o crescimento local**. UFRN. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/ UFRJ, 2004.

SBICCA, A.; FERNANDES, A. L. **A racionalidade em Simon e a firma evolucionária de Nelson e Winter: uma visão sistêmica**. In: XXXII Encontro Nacional de Economia. NATAL: ANPEC, 2005.

SCHIMITZ, H. Global competition and local cooperation: success and failure in the Sinos Valley, Brazil. **World Development**. Great Britain: Elsevier, 1999. Vol.27, n.9, p.1627-1650.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, M. M. **A linha de subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano**. São Paulo: USP, 1994. Tese de Doutorado.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOARES, M. J. B. **As costureiras da sulanca: mulheres trabalhadoras em um cluster informal no agreste pernambucano**. João Pessoa: UFPB, 2002. Dissertação de Mestrado.

SPINOSA, Luiz M; SOUZA, Roberto C. **Redes de cooperação face à economia baseada em conhecimento: o caso Copel Distribuição S.A.** Nov. 2004. Disponível em: <[http:// www.Abepro.org.br/biblioteca/enegep2004_enegep0406_1303.pdf](http://www.Abepro.org.br/biblioteca/enegep2004_enegep0406_1303.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2008.

TENDLER, J. **Small firms, the informal sector, and the Devil's Deal**. *IDS Working Papers*, 2002. 33(3).

TIGRE, P. B. Inovação e teoria da firma em três paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ, n.3, jan/jun., 1998.

TODARO, Michael J. Income Expectations, Rural – Urban Migration and Employment in Africa. IN: Jolly, Richard; de Kand , E.; Singer, H. and. Wilson, F. editors, **Third World Employment: problems and strategy**, London, Cox and Wyman Ltd., 1976.

UDERMAN, S. **O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional**. In: XI Encontro da Sociedade de Economia Política, 2006, Vitória. Anais do XI Encontro da Sociedade de Economia Política, 2006.

VOLKOFF, S. **As pesquisas francesas sobre as condições de trabalho e a organização do trabalho: dos métodos aos resultados**. Brasília, IPEA, 1992. (Texto para Discussão n.º 276)

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics. In: SCHMALENSEE, R.; WILLING, R. (eds.) **Handbook of Industrial Organization**. Amsterdam: North-Holland, 1989.

WINTER, S. G. Satisficing, selection and innovation remnant. **The Quarterly Journal of Economics**. V. 85, n.2, p. 237-261, may, 1971.

www.ipeadata.gov.br.

www.mdic.gov.br.

XAVIER 2006

XAVIER, M. G. P. O empreendedorismo em Cidades do Interior de Pernambuco: estudo de caso em Santa Cruz do Capibaribe (1960 – 2000). 2006. **Tese (doutorado em Desenvolvimento Urbano)** – Universidade Federal de Pernambuco.

XAVIER, M. G. P. **O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960 – 2000)**. Recife: UFPE, 2006. Tese de Doutorado.

ANEXO I
INSTRUMENTOS DE COLETA

QUESTIONÁRIO – PRIMEIRA FASE***O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade***

Data de aplicação: ____/____/____ N° do Quest [| | | |]

Nome do entrevistador: _____

APRESENTAÇÃO: *Bom dia/tarde/noite. Meu nome é (....). Eu sou entrevistador da Fundação Joaquim Nabuco, uma Fundação do Ministério da Educação e nós estamos realizando uma pesquisa sobre a atividade de confecção em Toritama e ficaremos agradecidos se o(a) Sr.(a) puder responder algumas questões. Eu posso assegurá-lo(a) que suas respostas serão estritamente confidenciais e que o seu nome não será usado em nenhum documento baseado nesta pesquisa.*


Nome do entrevistado (e apelido): _____


Endereço Rua/Av./Praça: _____

Ponto de referência para o domicílio: _____


Bairro: _____ Fone: _____ Fone/Fax: _____

01. Sexo (OBSERVE E ANOTE) [1] Masculino [2] Feminino	[]
02. Quantas pessoas residem no domicílio?	
2.1 Homens: _____	2.1 []
2.2 Mulheres: _____	2.2 []
	[99] NS/NR
03. Existe neste domicílio algum residente que trabalhe na produção de roupas, de forma remunerada ou não?	[]
[1] Sim ↗Q04 [2] Não ↗Q05 [9] NS/NR ↗Q05	
04. 🖐 Se existe algum residente que trabalhe na produção de roupas, indique quantos são:	
4.1 Homens: _____	4.1 []
4.2 Mulheres: _____	4.2 []
	[99] NS/NR
05. Alguma atividade produtiva relacionada a confecções é realizada neste domicílio?	[]
[1] Sim [2] Não [9] NS/NR	

 <p>FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS</p>	<p>FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS</p>
<p><i>O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade</i></p>	
<p>Data de aplicação: ___/___/___ N° do Quest []</p>	
<p>Nome do entrevistador: _____</p>	
<p>Nome do proprietário: _____ N° do Quest./emp. [/ / / / /]</p>	
<p>01. Tipo de cadeira: observar o estado geral da cadeira Itens específicos: encosto (ver se é regulável), tipo de assento (conforto), se tem regulagem de altura e se é giratória 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado</p>	<p>V01 []</p>
<p>02. Iluminação do ambiente: pode ser natural ou artificial 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado</p>	<p>V02 []</p>
<p>03. Instalação elétrica: observar o estado geral da fiação e tomadas 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado</p>	<p>V03 []</p>
<p>04. Ruído das máquinas 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado</p>	<p>V04 []</p>
<p>05. Condições de ventilação: pode ser natural ou artificial 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado</p>	<p>V05 []</p>
<p>06. Condições de higiene do local 1() Adequado 2() Parcialmente adequado 3() Inadequado</p>	<p>V06 []</p>
<p>07. Utilização de Equipamento de Proteção Individual: A. Protetor auditivo 1() Sim, por todos 2() Não usavam 3() Alguns usavam B. Óculos de segurança 1() Sim, por todos 2() Não usavam 3() Alguns usavam C. Respirador 1() Sim, por todos 2() Não usavam 3() Alguns usavam</p>	<p>V07 A[] B[] C[]</p>
<p>Obs: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____</p>	

 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS	
<i>O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade</i>	
Data de aplicação: ____/____/____ Nº do Quest []	
Nome do entrevistador: _____	
Nome do entrevistado (e apelido): _____	
Nome do proprietário: _____ Nº do Quest./emp. []	
06. Sexo (OBSERVE E ANOTE) [1] Masculino [2] Feminino	[]
07. Idade (em anos completos): _____ [99] NS/NR	[]
08. O Sr. (a) mora em Toritama desde que nasceu? [1] Sim Q07 [2] Não [9] NS/NR	[]
09. Município e UF de nascimento? Município _____ Unidade Federativa: _____ [9999999] NS/NR	[]
10. Mora em Toritama há quanto tempo? _____ (anos) [99] NS/NR	[]
11. Município e UF de residência anterior: Município _____ Unidade Federativa: _____ [9999999] NS/NR	[]
12. O Sr. (a) sabe ler e escrever? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
13. Qual a escolaridade do Sr. (a)? [01] Analfabeto [06] Médio Completo [02] Alfabetizado [07] Superior Incompleto [03] Fundamental Incompleto [08] Superior Completo [04] Fundamental Completo [09] Outro(espec): _____ [05] Médio Incompleto [99] NS/NR	[]
14. O Sr. (a) participou de algum curso de qualificação nos últimos dez anos? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
15. Quantos cursos de qualificação o Sr.(a) participou? _____ [99] NS/NR	[]
16. Citar os cursos de qualificação em confecção os quais participou (até 3 cursos): [99] NS/NR A _____ B. 1.Pago [] 2.Gratis [] A _____ B. 1.Pago [] 2.Gratis [] A _____ B. 1.Pago [] 2.Gratis []	A [] B [] A [] B [] A [] B []
17. Há quanto tempo o Sr.(a) trabalha com confecção? _____(anos) _____(meses) [999] NS/NR	[] em meses
18. Qual foi a jornada de trabalho do Sr. (a) na semana de 24 a 29 de março? (semanal) _____ horas/semana [999] NS/NR	[]
19. Qual a jornada de trabalho do Sr.(a) em períodos de maior encomenda? (semanal) _____ horas/semana [999] NS/NR	[]
20. O Sr. (a) costuma fazer algum intervalo durante a jornada diária de trabalho? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
21. Quantos intervalos ao longo do dia? _____ [99] NS/NR	[]
22. Qual a duração média dos intervalos? _____ (em minutos) [99] NS/NR	[]

23. Nestes momentos (dos intervalos) todos os trabalhadores param? [1] Sim, sempre [2] Sim, às vezes [3] Não [9] NS/NR	[]
24. O Sr. (a) recebe sua remuneração em dinheiro? [1] Sim, totalmente [2] Sim, parcialmente [3] Não [9] NS/NR	[]
25. A remuneração recebida pelo Sr. (a) é paga por dia, semana, quinzena ou mês? [1] Dia [2] Semana [3] Quinzena [4] Mês [9] NS/NR	[]
26. O Sr. (a) recebe um valor fixo ou é variável? [1] Valor fixo [3] Uma parte fixa e outra variável [9] NS/NR [2] Valor variável [4] Outra forma de remuneração _____	[]
27. Se variável, do que depende o ganho? [1] Do número de peças produzidas [3] Determinado pelo empregador [9] NS/NR [2] Peso das peças produzidas [4] Outra forma _____	[]
28. Qual foi o rendimento do Sr.(a) no mês passado nesta atividade? R\$ _____ [9999999] NS/NR	[]
29. Como é definida a produção diária? [1] Definida pelo próprio trabalhador [3] Outro (espec.): _____ [9] NS/NR [2] Definida pela chefia	[]
30. O que acontece quando a produção diária não é atingida? _____ [9] NS/NR	[]
31. O Sr.(a) contribui para algum instituto de previdência social? [1] Sim [2] Não [3] Nunca contribuiu [9] NS/NR	[]
32. O Sr.(a) considera a iluminação do ambiente de trabalho adequada? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
33. O Sr.(a) considera a ventilação do ambiente de trabalho adequada? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
34. O ruído das máquinas incomoda o Sr.(a)? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
35. O Sr. (a) já foi vítima de algum acidente de trabalho? [1] Sim [2] Não →Q31 [9] NS/NR	[]
36. Qual? _____ [99] NS/NR	[]
37. O Sr. (a) tem algum problema de saúde? [1] Sim [2] Não →Q33 [9] NS/NR	[]
38. Qual problema de saúde? _____ [99] NS/NR	[]
39. O Sr.(a) já teve que se afastar do trabalho por problemas de saúde? [1] Sim [2] Não →Q36 [9] NS/NR	[]
40. Qual foi o problema de saúde? _____ [99] NS/NR	[]
41. Onde procurou atendimento médico quando se afastou do trabalho? [01] Médico pago pela empresa [03] Plano de Saúde [05] Outro _____ [9] NS/NR [02] Programa Saúde da Família (PSF) [04] Posto de saúde (público)	[]
42. O que o Sr. (a) costuma fazer nas horas em que não está trabalhando? _____ [9] NS/NR	[]
Obs:	

 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS		
O Pólo de Confeções de Toritama: Análise das Relações de Trabalho e da Informalidade		
Data de aplicação: ___/___/___ N° do Quest []		
Nome do entrevistador: _____		
Nome do entrevistado (e apelido): _____		
Endereço Rua/Av./Praça: _____		
Ponto de referência para o domicílio: _____		
Bairro: _____		Fone: _____ Fone/Fax: _____
01. Sexo (OBSERVE E ANOTE) [1] Masculino [2] Feminino		[]
02. Alguma atividade produtiva relacionada a confeções é realizada neste domicílio? [1] Sim [2] Não (agradece e encerra o questionário) [9] NS/NR (agradece e encerra o questionário)		[]
03. Qual a sua posição nesta atividade de produção? (ESTIMULADA APENAS 1 OPÇÃO) [1] Proprietário (patrão ou autônomo) [2] Empregado [3] Outro (espec): _____ [9] NS/NR		[]
04. Antes dessas atividades de confecção, o(a) sr(a) trabalhava em alguma outra atividade? [1] Sim [2] Não →Q07 [9] NS/NR →Q07		[]
05. Qual era esta atividade? [01] Relacionada à produção têxtil/confeção [02] Outro (espec): _____ [99] NS/NR		[]
06. Nesta atividade anterior, qual a sua posição? (ESTIMULADA APENAS 1 OPÇÃO) [1] Proprietário (patrão ou autônomo) [2] Empregado [3] Outro (espec): _____ [9] NS/NR		[]
Em relação às atividades de produção:	07. Que atividades são realizadas neste domicílio (LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO) [1] Realiza [2] Não realiza [9] NS/NR	08. Quantos dias por semana realiza essas atividades? [88] N/A [99] NS/NR [78] Não realiza toda semana
1. Desenho e moldes	[]	[]
2. Corte (com ou sem máquina)	[]	[]
3. Costura em geral	[]	[]
4. Costura de Zíper	[]	[]
5. Costura de bolso	[]	[]
6. Revés do bolso	[]	[]
7. Abanhado do bolso	[]	[]
8. Abanhado da perna	[]	[]
9. Esponjado (jeans)	[]	[]
10. Lixar (jeans)	[]	[]
11. Fechamento	[]	[]
12. Travetar	[]	[]
13. Lavanderia e Tingimento	[]	[]
14. Acabamento final	[]	[]
15. Aplicação de acessórios	[]	[]
16. Outros (especificar): _____	[]	[]

09. O(A) sr(a) trabalha para outras pessoas/empresas (ou seja, é uma facção)? [1] Sim [2] Não →Q11 [9] NS/NR →Q11		[] []
10. ✎ Para quantas pessoas/empresas o(a) sr(a) trabalha? _____ 10.1 <u>Quais atividades o(a) sr(a) realiza para outras pessoas/empresas? (ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPCÕES)</u>		[] 10 10.1
[01] Desenho e moldes	[02] Corte	[03] Costura em geral
[04] Costura de zíper	[05] Costura de bolso	[06] Revés de bolso
[07] Abanhado do bolso	[08] Abanhado da perna	[09] Esponjado (jeans)
[10] Lixar (jeans)	[11] Fechamento	[12] Travetar
[13] Lavanderia e Tingimento	[14] Acabamento final	[15] Aplicação de acessórios
[16] Outros (espec.): _____	[99] NS/NR	
11. O(A) sr(a) contrata produção de outras pessoas/empresas (ou seja, o(a) sr(a) facciona)? [1] Sim [2] Não →Q13 [9] NS/NR →Q13		[] []
12. ✎ Quantas pessoas/empresas realizam essas atividades contratadas? _____ 12.1 <u>Quais atividades são realizadas por outras pessoas/empresas? (ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPCÕES)</u>		[] 12 12.1
[01] Desenho e moldes	[02] Corte	[03] Costura em geral
[04] Costura de zíper	[05] Costura de bolso	[06] Revés de bolso
[07] Abanhado do bolso	[08] Abanhado da perna	[09] Esponjado (jeans)
[10] Lixar (jeans)	[11] Fechamento	[12] Travetar
[13] Lavanderia e Tingimento	[14] Acabamento final	[15] Aplicação de acessórios
[16] Outros (espec.): _____	[99] NS/NR	
13. Quantas pessoas trabalham com o(a) sr(a)? _____		[] []
14. Quantos desses trabalhadores são: familiares _____ não-familiares _____ [99] NS/NR		[] [] [] []
15. ✎ (CASO EMPREGUE FAMILIARES) Dos trabalhadores familiares, quantos trabalham em tempo: integral _____ parcial _____ [99] NS/NR		[] [] [] []
16. ✎ (CASO EMPREGUE FAMILIARES) Dos trabalhadores familiares, quantos trabalham em cada fase do processo produtivo? (VER AS RESPOSTAS DA Q.07) [88] N/A [99] NS/NR	17. ✎ Quantos desses trabalhadores familiares trabalham exclusivamente nesta fase do processo produtivo? (LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO. ATENÇÃO: O MESMO TRABALHADOR NÃO PODE SER EXCLUSIVO DE 2 ATIVIDADES AO MESMO TEMPO) [88] N/A [99] NS/NR	
1. Desenho e moldes	[] []	[] []
2. Corte (com ou sem máquina)	[] []	[] []
3. Costura em geral	[] []	[] []
4. Costura de Zíper	[] []	[] []
5. Costura de bolso	[] []	[] []
6. Revés do bolso	[] []	[] []
7. Abanhado do bolso	[] []	[] []
8. Abanhado da perna	[] []	[] []
9. Esponjado (jeans)	[] []	[] []
10. Lixar (jeans)	[] []	[] []
11. Fechamento	[] []	[] []
12. Travetar	[] []	[] []
13. Lavanderia e Tingimento	[] []	[] []
14. Acabamento final	[] []	[] []
15. Aplicação de acessórios	[] []	[] []
16. Outros (especificar): _____	[] []	[] []
18. ✎ (CASO EMPREGUE NÃO-FAMILIARES) Dos trabalhadores não-familiares, quantos trabalham em tempo: integral _____ parcial _____ [99] NS/NR		[] [] [] []

<p>19. 🖐️ (CASO EMPREGUE NÃO-FAMILIARES) Dos trabalhadores não-familiares, quantos trabalham em cada fase do processo produtivo? (VER AS RESPOSTAS DA Q.07)</p> <p>[88] N/A [99] NS/NR</p>	<p>20. 🖐️ Quantos desses trabalhadores não-familiares trabalham exclusivamente nesta fase do processo produtivo? (LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO. ATENÇÃO: O MESMO TRABALHADOR NÃO PODE SER EXCLUSIVO DE 2 ATIVIDADES AO MESMO TEMPO)</p> <p>[88] N/A [99] NS/NR</p>
<p>1. Desenho e moldes []</p> <p>2. Corte (com ou sem máquina) []</p> <p>3. Costura em geral []</p> <p>4. Costura de Zíper []</p> <p>5. Costura de bolso []</p> <p>6. Revés do bolso []</p> <p>7. Abanhado do bolso []</p> <p>8. Abanhado da perna []</p> <p>9. Esponjado (jeans) []</p> <p>10. Lixar (jeans) []</p> <p>11. Fechamento []</p> <p>12. Travetar []</p> <p>13. Lavanderia e Tingimento []</p> <p>14. Acabamento final []</p> <p>15. Aplicação de acessórios []</p> <p>16. Outros (especificar): []</p>	<p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p> <p>[]</p>
<p>21. Quantos trabalhadores exercem, dentro do processo produtivo:</p> <p>25.1 Uma fase de produção somente: _____ 25.1 []</p> <p>25.2 Duas fases de produção: _____ 25.2 []</p> <p>25.3 Três fases de produção: _____ 25.3 []</p> <p>25.4 Quatro fases de produção: _____ 25.4 []</p> <p>25.5 Cinco fases de produção ou mais _____ [99] NS/NR 25.5 []</p>	
<p>22. Qual a frequência de pagamento dos seus funcionários? (ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</p> <p>[1] Semanal [2] Quinzenal [3] Mensal [4] Diversas</p> <p>formas [5] Outro (espec): _____ [8] N/A [9] []</p> <p>NS/NR</p>	
<p>23. Que tipo de confecção o(a) sr(a) produz? (ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</p> <p>[01] Bebê e Banho [02] Jeans [03] Moda Praia [04] Cama, Mesa []</p> <p>[05] Masculino [06] Feminino [07] Profissional/fardas [08] Moda Jovem []</p> <p>[09] Roupas para Esportes [10] Infantil [11] Moda Íntima []</p> <p>[12] Outro (espec): _____ []</p> <p>[99] NS/NR</p>	
<p>24. Quantas peças o(a) sr(a) produziu na semana do 24/3 a 29/3? (SEM DECIMAIS) _____ [9999999] NS/NR []</p>	
<p>25. Qual o faturamento da semana do 24/3 a 29/3? (SEM CENTAVOS) R\$ _____ [9999999] NS/NR []</p>	

26. Quais e quantas dessas máquinas e equipamentos o(a) sr(a) possui? <u>(LER CADA ITEM)</u> [88] N/A [99] NS/NR		27. Deste tipo de máquina quantas são: <u>(LER ITENS AO LADO E CODIFICAR DIRETO)</u> [88] N/A [99] NS/NR				
Itens	Total	Própria/ quitada	Alugada	Emprestada	Financiada pela loja/banco	Financiada por 3 ^{os}
1. Máquina para corte	[]	[]	[]	[]	[]	[]
2. Costura reta	[]	[]	[]	[]	[]	[]
3. Duas agulhas	[]	[]	[]	[]	[]	[]
4. Máquina de travetar	[]	[]	[]	[]	[]	[]
5. Máquina de pregar bolso	[]	[]	[]	[]	[]	[]
6. Máquina de rebater	[]	[]	[]	[]	[]	[]
7. Máquina de botão	[]	[]	[]	[]	[]	[]
8. Interlock	[]	[]	[]	[]	[]	[]
9. Overlock	[]	[]	[]	[]	[]	[]
10. Riata	[]	[]	[]	[]	[]	[]
11. Ferro a vapor	[]	[]	[]	[]	[]	[]
12. Tesoura	[]	[]	[]	[]	[]	[]
13. Outra (espec):	[]	[]	[]	[]	[]	[]
28. <u>(CASO O DOMICÍLIO TENHA MAQUINÁRIO EMPRESTADO)</u> Quem frequentemente empresta máquinas/equipamentos ao sr(a)? <u>(ESPONTÂNEA 1 OPÇÃO)</u> [1] Outra empresa/pessoa [2] Outro (espec): _____ [9] NS/NR Q31						[]
29. Sua produção é destinada (vendida) para quem lhe empresta as máquinas/equipamentos? [1] Sim [2] Não Q31 [9] NS/NR Q31						[]
30. E esta produção é destinada exclusivamente para quem lhe empresta as máquinas/equipamentos ou o(a) sr(a) também vende para outros? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Exclusivamente para quem empresta [2] Também vende para outros (espec): _____ [9] NS/NR						[]
31. <u>(CASO O DOMICÍLIO TENHA MAQUINÁRIO FINANCIADO)</u> Quem é o seu principal financiador de máquinas/equipamentos? <u>(ESPONTÂNEA 1 OPÇÃO)</u> [1] Outra empresa/pessoa [2] Outro (espec): _____ [9] NS/NR Q34						[]
32. Sua produção é destinada (vendida) para quem lhe financia as máquinas/equipamentos? [1] Sim [2] Não Q34 [9] NS/NR Q34						[]
33. E esta produção é destinada exclusivamente para quem lhe financia as máquinas/equipamentos ou o(a) sr(a) também vende para outros? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Exclusivamente para quem financia [2] Também vende para outros (espec): _____ [9] NS/NR						[]
34. Na sua última compra de máquinas/equipamentos, o(a) sr(a) os comprou novos ou usados? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Novo [2] Usado [3] Nunca comprei [9] NS/NR						[]

<p>☞ <u>(CASO A EMPRESA TENHA MAQUINÁRIO ALUGADO)</u> Escrever o maquinário alugado da questão 27</p>	<p>35. ☞ Para este tipo de máquina, quanto pagou pelo último aluguel? <u>(em R\$ sem centavos)</u> [999999] NS/NR</p>	<p>36. ☞ Qual o prazo médio de contrato? <u>(em meses)</u> [98] Tempo indefinido [99] NS/NR</p>	<p>37. ☞ Quem paga pela manutenção? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] O(A) sr(a) mesmo(a) [2] Empresa que aluga [3] Outro (espec) [9] NS/NR</p>
1. _____	[]	[]	[] [] _____
2. _____	[]	[]	[] [] _____
3. _____	[]	[]	[] [] _____
4. _____	[]	[]	[] [] _____
5. _____	[]	[]	[] [] _____
6. _____	[]	[]	[] [] _____
7. _____	[]	[]	[] [] _____
8. _____	[]	[]	[] [] _____
38. O(A) sr(a) empresta ou aluga máquinas/equipamentos para outras empresas/pessoas? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Empresta [2] Aluga [3] Empresta e aluga [3] Não →Q42 [9] NS/NR →Q42			[]
39. ☞ Quais máquinas/equipamentos o(a) sr(a) empresta e/ou aluga? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [01] Máquina para corte [02] Costura reta [03] Duas agulhas [04] Máquina de travetar [05] Máquina de pregar bolso [06] Máquina de rebater [07] Máquina de botão [08] Interlock [09] Overlock [10] Riata [11] Ferro a vapor [12] Tesoura [13] Outro (espec): _____ [99] NS/NR			[] [] [] []
40. ☞ <u>(CASO O DOMICÍLIO EMPRESTE MAQUINÁRIO)</u> As empresas/pessoas para quem o(a) sr(a) empresta suas máquinas/equipamentos são contratadas como sua facção? [1] Sim [2] Não →Q42 [9] NS/NR →Q42			[]
41. ☞ Essas pessoas/empresas contratadas como facção prestam serviços exclusivamente para o(a) sr(a)? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR			[]
Em relação às matérias-primas:	42. O(A) sr(a) compra ou recebe de outras empresas/pessoas? <u>(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)</u> [1] Compra [2] Recebe [3] Compra e recebe [9] NS/NR	43. ☞ Se compra, de quem compra? <u>(ESTIMULADA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] Direto na fábrica [2] Distribuidores localizados no Agreste [3] Distribuidores de outras regiões [4] Outro (espec.): [8] N/A [9] NS/NR	44. ☞ Se recebe, de quem recebe? <u>(ESTIMULADA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] Faccionista [2] De quem empresta/financia/aluga máquinas ao sr(a) [3] Outro (espec.): [8] N/A [9] NS/NR
	1. Tecidos	[]	[] [] [] _____
2. Aviamentos	[]	[] [] [] _____	[] [] _____
45. Quem vende a sua produção? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] Você mesmo, familiares ou pessoal próprio [2] Representantes [3] Vendedores autônomos [4] Contratante da produção (faccionista) [5] Vendedores estrangeiros [6] Outro (espec.): _____ [9] NS/NR			[] [] [] []
46. Para quem o(a) sr(a) vende a sua produção? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] Para lojas isoladas [2] Para rede de lojas [3] Para contratante (faccionista) [4] Outro (espec.): _____ [9] NS/NR			[] [] [] []
47. Quais são as principais fontes de recursos financeiros de sua empresa? <u>(ESPONTÂNEA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] Capital próprio [2] Empréstimos de bancos [3] Empréstimo de faccionista [4] Empréstimos de terceiros (parentes, amigos, etc) [9] NS/NR			[] [] []
48. Sua empresa é formal? [1] Sim [2] Não →Q54 [9] NS/NR →Q54			[]
49. ☞ Que tipo de documento sua empresa possui? <u>(ESTIMULADA 1 OU MAIS OPÇÕES)</u> [1] Inscrição na prefeitura [2] Inscrição na receita estadual [3] Inscrição na receita federal [4] Outro (especificar): _____			[] [] []

50. 🐾 Desde quando a empresa obteve a inscrição? (registrar a inscrição mais antiga no caso da empresa ter mais de uma) _____/_____ mês/ano [99] NS/NR	[] mês [] ano
51. 🐾 Você está conseguindo pagar os tributos de sua empresa? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
52. 🐾 A empresa optou pelo Simples ou Supersimples? [1] Simples →Q54 [2] Supersimples →Q53 [3] Não optou →Q54 [9] NS/NR →Q54	[]
53. 🐾 Você era optante do simples anteriormente? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
54. Você já consultou algum contador para saber se compensa aderir ao supersimples? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
55. Você tem conhecimento do significado do supersimples? [1] Sim [2] Não [9] NS/NR	[]
56. Quantos trabalhadores, familiares e não-familiares, têm carteira assinada: familiares _____ [99] NS/NR não-familiares _____	[] []